



Instituto Interamericano de Cooperación para a Agricultura
Resultados, nosso compromisso

PROJETO BRA/IICA/17/001

**SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: A DISPONIBILIDADE E O ACESSO
À ALIMENTOS SAUDÁVEIS E O COMBATE À POBREZA RURAL**

Consultor(a): Marcel Petrocino Esteves

Número do Contrato: N. 12200109

Vigência do Contrato: 22 de junho de 2022 a 21 de junho de 2023

Número do Produto: Produto 1

Documento técnico contendo:
**Análise de microdados de pesquisas e relatórios que considerem as
condições de Segurança Alimentar e Nutricional da população
brasileira.**

Data de entrega:29/11/2022

**ANÁLISE DE MICRODADOS DE PESQUISAS E RELATÓRIOS
QUE CONSIDEREM AS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL DA POPULAÇÃO BRASILEIRA.**



FOLHA DE ROSTO PARA PRODUTOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Identificação			
Consultor(a)/Autor(a): Marcel Petrocino Esteves			
Número do Contrato: N. 12200109			
Nome do Projeto: Projeto BRA/IICA/17/001 - "Segurança alimentar e nutricional: a disponibilidade e o acesso a alimentos saudáveis e o combate à pobreza rural".			
Oficial/Coordenador Técnico Responsável: Ramoni de Oliveira Madalena			
Classificação			
Temas Prioritários do IICA			
Agronegócio e Comércio		Recursos Naturais e Mudanças Climáticas	
Desenvolvimento Rural Sustentável		Comunicação e Gestão do Conhecimento	
1 Sanidade agropecuária e qualidade dos alimentos		Infraestrutura no meio Rural	
Modernização Institucional		Educação - Formação	
Políticas Públicas	x	Financiamento Público	
Inovação Tecnológica		Outros:	
Palavras-Chave: Segurança Alimentar e Nutricional; Escala Brasileira de Insegurança Alimentar; SOFI/FAO; Pesquisa de Orçamentos Familiares			
Resumo			
Título do Produto: Documento técnico contendo a Análise de microdados de pesquisas e relatórios que considerem as condições de Segurança Alimentar e Nutricional da população brasileira.			
Objetivo da Consultoria: Elaborar estudo técnico para identificar territórios em Insegurança Alimentar e Nutricional, com vistas a compor conjunto de indicadores e critérios para seleção e/ou focalização de ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) executados pela Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva do Ministério da Cidadania (SEISP/MC), voltados às pessoas em vulnerabilidade social.			
Objetivos do Produto: Apresentar estudo contendo análise de microdados da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar e Nutricional (EBIA) e do Consumo Alimentar Pessoal da População Brasileira a partir de Pesquisas Amostrais do IBGE, levando em consideração pesquisas mais recentes divulgadas por outras fontes, como a SOFI/FAO, em julho de 2022 e o Suplemento I do II VIGISAN/REDE PENSSAN, em setembro de 2022.			
Síntese do Produto: As informações contidas neste documento têm a finalidade de delimitar a aplicação de mensurações para identificação de situações de fome e de insegurança alimentar, especialmente da EBIA nas pesquisas amostrais do IBGE (incluindo <i>PoU</i> e <i>FIES</i> da FAO, Inquéritos VIGISAN) e a análise de aquisição domiciliar de alimentos a partir da POF/IBGE e respectiva identificação de situações e graus de insegurança alimentar na população brasileira. São abordadas algumas das implicações para a desnutrição decorrentes da parcela da população ou dos domicílios em situação de fome ou em algum grau de insegurança alimentar.			
Área de Abrangência:			
País: Brasil X; Outro(s): _____			
Região: Norte ___; Sul ___; Centro-Oeste ___; Nordeste ___; Sudeste ___; Outra(s): _____			
Estado(s): _____			
Cidade(s): _____			

APRESENTAÇÃO

O presente relatório corresponde ao Produto 1 do Contrato de Consultoria Número 12200109, conforme termo aditivo firmado em 28 de julho de 2022.

Esclarece-se que o Produto 4 do referido contrato, previsto inicialmente como “*Documento técnico contendo análises dos microdados da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar e Nutricional (EBIA) e do Consumo Alimentar Pessoal da População Brasileira a partir das Pesquisas Amostrais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)*” foi ajustado para “*Documento técnico contendo análise de microdados de pesquisas e relatórios que considerem as condições de Segurança Alimentar e Nutricional da população brasileira*”.

De tal forma, foi ampliado seu escopo levando em consideração pesquisas recentes divulgadas acerca das condições de segurança alimentar e nutricional, como a publicação do relatório “*O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo - 2022*”, da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO/ONU), e o “*II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil*”, pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN), inclusive o seu “*Suplemento I – Insegurança Alimentar nos Estados*”, lançado em setembro de 2022, com vistas a aprimorar a consolidação de informações que subsidiem a tomada de decisões de ações voltadas à garantia das condições de segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

LISTA DE QUADROS

1	Principais levantamentos nacionais de dados alimentares e antropométricos. Brasil, 1974-2006	4
2	Grupos de alimentos segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira. Brasil, 2014	8
3	Terminologias e agregações adotados para produtos, subgrupos e grupos de alimentos constantes na POF/IBGE.	9
4	Descrição dos graus de segurança e insegurança alimentar segundo a EBIA	67
5	Perguntas da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)	68
6	Questões da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar aplicadas no Inquérito VIGISAN	74

LISTA DE FIGURAS

1	Níveis de gravidade de insegurança alimentar mensurados pelo <i>FIES</i>	63
2	Distribuição proporcional dos domicílios por nível de segurança/insegurança alimentar no Brasil e situação da moradia. VIGISAN Inquérito SA/IA Covid-19. Brasil, 2020	75
3	Distribuição proporcional dos domicílios por nível de segurança/insegurança alimentar no Brasil e grandes regiões. VIGISAN Inquérito SA/IA Covid-19. Brasil, 2020.	76
4	Distribuição proporcional dos domicílios por nível de segurança/insegurança alimentar no Brasil e situação da moradia. VIGISAN Inquérito SA/IA Covid-19. Brasil, 2021/2022.	76
5	Figura 5: Distribuição percentual da segurança Alimentar e dos níveis de insegurança Alimentar segundo grandes regiões. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021-2022	78
6	Distribuição percentual da segurança alimentar e níveis de insegurança alimentar nas Unidades de Federação, segundo macrorregiões do Brasil. II VIGISAN-SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021-2022	82

LISTA DE GRÁFICOS

1	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual de arroz (Kg) por Grandes Regiões, 2008-2018	14
2	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual (Kg) de arroz por classes de rendimentos segundo Grandes Regiões, 2018	14
3	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual de feijão (Kg) por Grandes Regiões, 2008-2018	16
4	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual (Kg) de feijão por classes de rendimentos segundo Grandes Regiões, 2018	16
5	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual de hortaliças (Kg) por Grandes Regiões, 2008-2018	18
6	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual (Kg) de hortaliças por classes de rendimentos segundo Grandes Regiões, 2018	18
7	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual de frutas (Kg) por Grandes Regiões, 2008-2018	20
8	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual (Kg) de frutas por classes de rendimentos segundo Grandes Regiões, 2018	20
9	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual de farinha de mandioca (Kg) por Grandes Regiões, 2008-2018	22
10	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual (Kg) de farinha de mandioca por classes de rendimentos segundo Grandes Regiões, 2018	22
11	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual de fécula de mandioca (Kg) por Grandes Regiões, 2008-2018	24
12	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual (Kg) de fécula de mandioca por classes de rendimentos segundo Grandes Regiões, 2018	24
13	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual de flocos de aveia (Kg) por Grandes Regiões, 2008-2018	26
14	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual de flocos de milho (Kg) por Grandes Regiões, 2008-2018	28
15	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual (Kg) de flocos de milho por classes de rendimentos segundo Grandes Regiões, 2018	28
16	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual de farinha de trigo (Kg) por Grandes Regiões, 2008-2018	30
17	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual (Kg) de farinha de trigo por classes de rendimentos segundo Grandes Regiões, 2018	30
18	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual de amido de milho (Kg) por Grandes Regiões, 2008-2018	32
19	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual de creme de arroz (Kg) por Grandes Regiões, 2008-2018	34
20	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual de fubá de milho (Kg) por Grandes Regiões, 2008-2018	36
21	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual (Kg) de fubá de milho por classes de rendimentos segundo Grandes Regiões, 2018	36
22	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual de macarrão (Kg) por Grandes Regiões, 2008-2018	38
23	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual (Kg) de macarrão por classes de rendimentos segundo Grandes Regiões, 2018	38
24	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual de carnes bovinas (Kg) por Grandes Regiões, 2008-2018	40
25	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual (Kg) de carnes bovinas por classes de rendimentos segundo Grandes Regiões, 2018	40
26	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual de carnes suínas (Kg) por Grandes Regiões, 2008-2018	42
27	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual (Kg) de carnes suínas por classes de rendimentos segundo Grandes Regiões, 2018	42
28	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual de aves (Kg) por Grandes Regiões, 2008-2018	44
29	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual (Kg) de aves por classes de rendimentos segundo Grandes Regiões, 2018	44
30	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual de ovos (Kg) por Grandes Regiões, 2008-2018	46

31	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual (Kg) de ovos por classes de rendimentos segundo Grandes Regiões, 2018	46
32	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual de açúcar (Kg) por Grandes Regiões, 2008-2018	48
33	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual (Kg) de açúcar por classes de rendimentos segundo Grandes Regiões, 2018	48
34	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual de óleos vegetais (Kg) por Grandes Regiões, 2008-2018	50
35	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual (Kg) de óleos vegetais por classes de rendimentos segundo Grandes Regiões, 2018	50
36	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual de gorduras (Kg) por Grandes Regiões, 2008-2018	52
37	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual (Kg) de gorduras por classes de rendimentos segundo Grandes Regiões, 2018	53
38	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual de leite (Kg) por Grandes Regiões, 2008-2018	54
39	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual (Kg) de leite por classes de rendimentos segundo Grandes Regiões, 2018	54
40	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual de alimentos preparados e misturas industriais (Kg) por Grandes Regiões, 2008-2018	56
41	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual (Kg) de alimentos preparados e misturas industriais por classes de rendimentos segundo Grandes Regiões, 2018	56
42	Distribuição das despesas de consumo média mensal familiar (%) segundo classes de rendimento. Brasil, 2017-2018.	58
43	Proporção da despesa média familiar com alimentação (%) segundo classes de rendimentos (SMs) e regiões geográficas. Brasil, 2017-2018.	59
44	Prevalência de Insegurança Alimentar Moderada ou Grave na população total (%), períodos de 3 anos. Brasil, 2014-2021	65

LISTA DE TABELAS

1	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual (Quilogramas) de produtos selecionados por situação do domicílio a partir da POF/IBGE. Brasil, período 2002-2018.	13
2	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual de arroz (Kg) nos Estados. Brasil, período 2008-2018.	15
3	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual de feijão (Kg) nos Estados. Brasil, período 2008-2018.	17
4	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual de hortaliças (Kg) nos Estados. Brasil, período 2008-2018.	19
5	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual de frutas (Kg) nos Estados. Brasil, período 2008-2018.	21
6	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual de farinha de mandioca (Kg) nos Estados. Brasil, período 2008-2018.	23
7	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual de fécula de mandioca (Kg) nos Estados. Brasil, período 2008-2018.	25
8	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual (Kg) de flocos de aveia por classes de rendimentos segundo Grandes Regiões, 2018	26
9	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual de flocos de aveia (Kg) nos Estados. Brasil, período 2008-2018.	27
10	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual de flocos de milho (Kg) nos Estados. Brasil, período 2008-2018.	29
11	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual de farinha de trigo (Kg) nos Estados. Brasil, período 2008-2018.	31
12	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual (Kg) de amido de milho por classes de rendimentos segundo Grandes Regiões, 2018	32
13	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual de amido de milho (Kg) nos Estados. Brasil, período 2008-2018.	33
14	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual (Kg) de creme de arroz por classes de rendimentos segundo Grandes Regiões, 2018	34
15	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual de creme de arroz (Kg) nos Estados. Brasil, período 2008-2018.	35
16	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual de fubá de milho (Kg) nos Estados. Brasil, período 2008-2018.	37
17	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual de macarrão (Kg) nos Estados. Brasil, período 2008-2018.	39
18	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual de carnes bovinas (Kg) nos Estados. Brasil, período 2008-2018.	41
19	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual de carnes suínas (Kg) nos Estados. Brasil, período 2008-2018.	43
20	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual de aves (Kg) nos Estados. Brasil, período 2008-2018.	45
21	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual de ovos (Kg) nos Estados. Brasil, período 2008-2018.	47
22	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual de açúcar (Kg) nos Estados. Brasil, período 2008-2018.	49
23	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual de óleos vegetais (Kg) nos Estados. Brasil, período 2008-2018.	51
24	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual de gorduras (Kg) nos Estados. Brasil, período 2008-2018.	53
25	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual de leite (Kg) nos Estados. Brasil, período 2008-2018.	55
26	Aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual de alimentos preparados e misturas industriais (Kg) nos Estados. Brasil, período 2008-2018.	57
27	Distribuição das despesas com alimentação por situação do domicílio e classe de menor rendimento. Brasil, 2008-2018.	59
28	Número de pessoas com Insegurança Alimentar Moderada ou Grave (período de 3 anos), BRASIL, 2014 a 2021.	64
29	Pontos de corte para domicílios, com e sem menores de 18 anos de idade, segundo a situação de segurança alimentar	67
30	Distribuição percentual de domicílios particulares permanentes por grau de segurança alimentar no domicílio segundo grandes regiões (PNAD 2004, 2009 e 2013 e POF 2017-2018). BRASIL, 2004-2018.	70

31	Distribuição percentual dos domicílios por grau de segurança alimentar segundo a situação do domicílio. Brasil, 2004-2018.	71
32	Aquisição alimentar domiciliar <i>per capita</i> anual (Kg), por situação de segurança alimentar existente no domicílio, segundo os produtos selecionados. Brasil, 2017-2018.	72
33	Classificação e pontos de corte da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar de oito itens. VIGISAN Inquérito SA/IA – Covid-19. Brasil, 2020	74
34	Distribuição total de moradores, segundo nível de segurança/insegurança alimentar no país, grandes regiões e situação dos domicílios. VIGISAN Inquérito SA/IA Covid-19. Brasil, 2020.	75
35	Distribuição dos domicílios (%) e moradores(n), por condição de segurança alimentar/insegurança alimentar, Brasil e grandes regiões. II VIGISAN – SA/IA e Covid-19. Brasil, 2021-2022.	77
36	Distribuição percentual da condição de Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar nos domicílios, segundo a presença de moradores em diferentes faixas de idade, Brasil. II VIGISAN-SA/IA e Covid-19. Brasil, 2021-2022	78
37	Distribuição percentual de domicílios e moradores (n), por condição de Segurança Alimentar e níveis de Insegurança Alimentar (IA leve, moderada e grave) e localização do domicílio, macrorregiões e Unidades da Federação. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021-2022.	80

SUMÁRIO

Folha de rosto	ii
APRESENTAÇÃO	iii
LISTA DE QUADROS	iv
LISTA DE FIGURAS	iv
LISTA DE GRÁFICOS	iv
LISTA DE TABELAS	v
INTRODUÇÃO	1
1 LEVANTAMENTOS NACIONAIS DOMICILIARES SOBRE CONSUMO ALIMENTAR E/OU ANTROPOMETRIA	3
2 A PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES (POF) DO IBGE	4
2.1 DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO	7
2.2 TERMINOLOGIAS ADOTADAS PARA ANÁLISE DA AQUISIÇÃO DOMICILIAR DE ALIMENTOS OU DE GRUPOS DE ALIMENTOS NA POF/IBGE	8
2.3 AQUISIÇÃO DOMICILIAR PER CAPITA ANUAL DE PRODUTOS SELECIONADOS	12
2.3.1 Arroz	14
2.3.2 Feijão	15
2.3.2 Hortaliças	17
2.3.4 Frutas	19
2.3.5 Farinha de Mandioca	21
2.3.6 Fécula de Mandioca	23
2.3.7 Flocos de Aveia	25
2.3.8 Flocos de Milho	27
2.3.9 Farinha de Trigo	29
2.3.10 Amido de Milho	31
2.3.11 Creme de Arroz	33
2.3.12 Fubá de Milho	35
2.3.13 Macarrão	37
2.3.14 Carnes Bovinas	39
2.3.15 Carnes Suínas	41
2.3.16 Aves	43
2.3.17 Ovos	45
2.3.18 Açúcar	47
2.3.19 Óleos Vegetais	49
2.3.20 Gorduras	51
2.3.21 Leite	53
2.3.22 Alimentos Preparados e Misturas Industriais	55
2.4 DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO	58
3 APONTAMENTOS PARA ANÁLISE SOBRE AS CLASSIFICAÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E DE FOME DA POPULAÇÃO BRASILEIRA	60
4 SOFI/FAO: O ESTADO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRIÇÃO NO MUNDO (THE STATE OF FOOD SECURITY AND NUTRITION IN THE WORLD)	62
5 A ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (EBIA)	65
5.1 RESULTADOS DA EBIA NAS PESQUISAS DO IBGE	69
6 I E II INQUÉRITO NACIONAL SOBRE INSEGURANÇA ALIMENTAR NO CONTEXTO DA COVID-19 NO BRASIL (REDE PENSSAN)	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	85

INTRODUÇÃO

A análise dos microdados sobre pesquisas e fontes que considerem as condições de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) para a população brasileira, em suas diferentes escalas, requer a delimitação dos principais instrumentos normativos e conceituais da SAN no Brasil para a produção de informações e de indicadores considerados para a elaboração de documento, de forma resumida e não exaustiva.

A Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, conhecida como Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com a finalidade de assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Em 2010, com a Emenda Constitucional nº 64, a alimentação foi incorporada aos demais direitos sociais definidos na Constituição de 1988 e com o Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, foi instituída a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN).

De acordo com a LOSAN, a segurança alimentar e nutricional prevê o direito ao acesso regular e permanente a alimentos considerando aspectos de qualidade e quantidade e sem comprometer outras necessidades essenciais. Prevê ainda a obrigatoriedade do estado o monitoramento e avaliação da efetivação do direito à alimentação. Neste sentido, a segurança alimentar e nutricional deve, segundo o Art. 4º da LOSAN, contemplar além da ampliação do acesso aos alimentos, medidas mitigadoras de risco de escassez de água potável, geração de emprego e redistribuição de renda, abranger outros aspectos: conservação da biodiversidade; garantia de qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos; implementação de políticas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo considerando a diversidade étnica, racial e cultural; formação de estoques reguladores e estratégicos – e também prevê “a produção de conhecimento e o acesso à informação” (Art. 4º, inciso V).

O monitoramento do direito humano à alimentação adequada também é previsto no Decreto nº 7.272/2010, conforme Art. 3º, inciso VIII, sendo que, de acordo com o Art. 31, o monitoramento e a avaliação da PNSAN devem contribuir para o fortalecimento de sistemas de informação existentes nos diversos setores que a compõem e para o desenvolvimento de sistema articulado de informação em todas as esferas de governo, contando com princípios de participação social, transparência,

publicidade e facilidade de acesso às informações, organizando de forma integrada os indicadores existentes nos diferentes setores e contemplar sete dimensões de análise: 1) produção de alimentos, 2) disponibilidade de alimentos, 3) renda e condições de vida, 4) acesso à alimentação adequada e saudável (inclusive água), 5) saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados, 6) educação e 7) programas e ações relacionadas a segurança alimentar e nutricional.

Neste sentido, para a elaboração deste documento técnico, além das pesquisas amostrais que contemplam a aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar e Nutricional (EBIA) realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que integram o Sistema Estatístico Nacional, são também contempladas pesquisas de iniciativa da sociedade civil, como os Inquéritos Nacionais sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (2021 e 2022), elaborados pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) e os levantamentos considerados na SOFI/FAO - *The State of Food Security and Nutrition in the World* - O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo, elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, edição de 2022.

1. LEVANTAMENTOS NACIONAIS DOMICILIARES SOBRE CONSUMO ALIMENTAR E/OU ANTROPOMETRIA.

O Brasil possui pesquisas com levantamentos de dados sobre aquisições domiciliares de abrangência nacional desde a década de 1970, com o Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF), realizado em 1974-1975. O inquérito nacional trouxe informações acerca do consumo alimentar e do estado nutricional em que foram realizadas a pesagem direta dos alimentos por período de sete dias consecutivos - e apreendidas diferenças no consumo alimentar ao longo dos dias da semana¹. O ENDEF foi substituído pela Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), cuja primeira aplicação ocorreu em 1987. Em razão da complexidade e do alto custo para a realização do ENDEF, nas edições de pesquisas seguintes ao ENDEF não ocorreram avaliações regulares de consumo alimentar até a edição da POF de 2008 (BATISTA FILHO; RISSIN, 2003).

As edições da POF realizadas em 1987-1988, 1995-1996 e 2002-2003 abordaram dados sobre a disponibilidade de alimentos nos domicílios, sendo que a partir da edição de 2008-2009 passa a ser analisado o consumo alimentar² *per capita* e atualizada o desenho da amostra mestra, inserida em um contexto mais amplo de reformulação das pesquisas domiciliares do IBGE e da previsão de uma edição a cada cinco anos.

Outras pesquisas e inquéritos baseados em amostras de domicílios com dados antropométricos e de consumo alimentar realizados anteriormente à edição da POF/IBGE de 2008-2009 podem ser mencionados, conforme sintetizados no Quadro a seguir:

¹ De acordo com Batista Filho e Rissin (2003), com os inquéritos alimentares a partir de 1975 permitiram analisar as tendências evolutivas do cenário nutricional do país. A partir do *Estudo Nacional de Despesas Familiares* (1974/1975), da *Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição* (1989) e da *Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde* (1995/1996), foi possível inferir um declínio na prevalência de desnutrição em crianças menores de cinco anos.

² Bloco de Consumo Alimentar Pessoal, um dos instrumentos de coleta da POF de 2008-2009, contemplando 2 registros de consumo alimentar em dias não consecutivos para residentes com mais de 10 anos de idade (IBGE, 2010; 2011).

Quadro1: Principais levantamentos nacionais de dados alimentares e antropométricos. Brasil, 1974-2006

Levantamento	Ano/período de realização	Antropometria e/ou consumo alimentar	Tamanho da amostra
Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF)	1974-1975	Peso, altura e perímetro do braço; alimentos com pesagem direta durante período de 7 dias	55 mil domicílios
Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF)	1987-1988	Aquisição domiciliar de alimentos e perfis de condições de vida	13.707 domicílios
Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição (PNSN)	1989	Peso e altura	14.455 domicílios
Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF)	1995-1996	Aquisição domiciliar de alimentos e perfis de condições de vida	19.816 domicílios
Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS)	1996	Peso e altura	13.283 domicílios
Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF)	2002-2003	Aquisição domiciliar de alimentos e perfis de condições de vida	48.470 domicílios
Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS)	2006	Peso, altura; perímetro da cintura (em mulheres); consumo alimentar (menores de 5 anos)	14.617 domicílios
Vigilância dos fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico (VIGITEL)	2006	Peso e altura; itens de consumo alimentar e de bebidas (autodeclarados)	54.369 entrevistas realizadas, contemplando 1.500 a 2.000 indivíduos em cada cidade (amostras da população ≥18 anos residentes em domicílios com linha telefônica fixa)

Fonte: BATISTA FILHO; RISSIN (2003); IBGE (1995; 1997; 1999; 2010; 2011), BRASIL (2008; 2014).
Dados organizados pelo autor

2. A PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES (POF) DO IBGE

A análise dos dados da POF/IBGE permite aprimorar a compreensão das situações de insegurança alimentar e nutricional da população brasileira a partir de diferentes dimensões de classes de rendimentos, hábitos alimentares dentro e fora do domicílio, aquisições de alimentos, despesas com alimentação em relação aos demais componentes de gastos domiciliares, aquisições dos principais alimentos e grupos de alimentos, em recortes territoriais por estados, regiões e domicílios em áreas urbanas ou rurais. Ademais, a partir da edição de 2017-2018, passou a fornecer subsídios para identificar e mensurar as situações de fome e de insegurança alimentar com a aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) e para a construção de indicadores dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A POF visa principalmente mensurar as estruturas de consumo, dos gastos, dos rendimentos e parte da variação patrimonial das famílias, oferecendo informações

para estudos do perfil nutricional da população. São coletadas informações sobre despesas e rendimentos domiciliares, contemplando tanto as despesas monetárias (compras realizadas) quanto as despesas não monetárias (produção própria, doação, caça, pesca e coleta). As dimensões que compõem os orçamentos são: 1. Renda; 2. Moradia; 3. Acesso à serviços de utilidade pública; 4. Saúde; 5. Educação; 6. Acesso aos serviços financeiros e padrão de vida; 7. Alimentação; 8. Transporte e 9. Lazer e viagens, analisadas segundo condicionantes sobre composição de gastos e condições de vida e as desigualdades regionais, urbanas e rurais e estrutura das famílias. Oferece, portanto, “um perfil das condições de vida da população brasileira a partir da análise de seus orçamentos domésticos” (2009, p. 13) e a evolução do perfil do orçamento familiar a partir da execução das pesquisas realizadas com abrangência nacional desde a edição de 2002-2003.

Os dados da POF são levantados nos domicílios particulares permanentes³, tendo como a unidade básica da pesquisa a unidade de consumo, “que contempla um único morador ou conjunto de moradores que compartilham da mesma fonte de alimentação ou compartilham as despesas com moradia” (IBGE, 2019, p. 11). Para efeitos de divulgação, a *unidade de consumo* (unidade básica de investigação e análise) da POF coincide com o conceito de *família* (um único morador ou conjunto de moradores que utilizam um estoque de alimentos e/ou realizam um conjunto de despesas alimentares comuns). Quando não há estoque de alimentos ou despesas alimentares comuns, a identificação se dá por meio das despesas com moradia.

Com relação ao planejamento da amostragem, a edição de 2017-2018 é semelhante ao executado na edição anterior, de 2008-2009. A amostra mestra corresponde ao conjunto de unidades de amostragem⁴ (UPA). Uma característica particular da amostragem da POF é em relação à sua estratificação geográfica e estatística, agregando eficiências nas estimativas produzidas a partir do

3 O período de realização da POF de 2017-2018 teve duração de 12 meses, iniciando em 11 de julho de 2017 e encerrando em 9 de julho de 2018. Para compor as informações de despesas e de rendimentos, com grande diversidade de itens, foram definidos quatro períodos de referências em que os informantes fornecem valores das aquisições e demais informações associadas (sete dias, trinta dias, noventa dias e doze meses). A coleta de dados durou doze meses, sendo que as entrevistas não ocorreram na mesma data para todos os domicílios selecionados. A Pesquisa combinou, portanto, um período de coleta de 12 meses com períodos de referências de até 12 meses e, portanto, algumas informações podem se distribuir em um período total de 24 meses. As mudanças absolutas e relativas nos preços requerem que os valores coletados sejam valorados a preços de uma determinada data: a data de referência para a compilação e resultados da POF 2017-18 foi a de **15 de janeiro de 2018**.

4 De forma a integrar as diferentes pesquisas domiciliares do IBGE para o Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD), busca-se uniformizar conceitos, definições de variáveis, procedimentos de coleta e listagens de setores censitários, como a utilização de uma infraestrutura amostral comum a diferentes pesquisas (amostra comum ou amostra mestra, referentes aos conjuntos de unidades primárias de amostragem-UPAs, compostas de setores censitários ou agregados de setores censitários).

levantamento. A amostra leva em consideração o esquema de estratificação baseado em: *i) divisão administrativa* (municípios de capitais, regiões metropolitanas e regiões integradas de desenvolvimento); *ii) espacial ou geográfica* (bairros, subdistritos, distritos e municípios); *iii) situação dos setores censitários* (urbano ou rural); e *iv) estatística* (a partir da renda domiciliar obtida no Censo de 2010). Em cada setor urbano contemplado na amostra, foram considerados 13 domicílios particulares permanentes, e para setores rurais foram entrevistados 17 domicílios⁵. O tamanho total da amostra selecionada foi de 5.504 UPAs, correspondente ao total de 76.635 domicílios particulares permanentes entrevistados (dos quais são esperados levantamentos em 69.660 domicílios). Ao final foram efetivamente entrevistados 57.920 domicílios, incorporando-se ajustes para compensar a não resposta de unidades investigadas.

5 O dimensionamento da amostra previa 12 domicílios em setores urbanos e 16 domicílios para setores rurais, porém para a seleção da amostra considera-se a ampliação do número de entrevistas em razão de eventuais perdas ao longo do período de coleta de informações, estimando-se uma perda média de 15%, compensando assim eventuais entrevistas não realizadas. A expansão da amostra também é aplicada para os domicílios particulares permanentes.

2.1. DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO

Particularmente sobre as despesas com alimentação, observou-se no período de 2002-2003 a 2017-2018 a diminuição da participação relativa em relação aos demais componentes de gastos domésticos familiares, com queda de 16,9% para 14,2%, respectivamente.

As despesas domiciliares são compostas por quatro conjuntos⁶: de consumo, correntes, de aumento do ativo e aumento do passivo. As despesas com alimentação estão contempladas no conjunto de despesas de consumo.

A seguir são exploradas alguns dos recortes possíveis a partir da POF, especialmente o peso das despesas com alimentação entre as despesas domiciliares, os principais alimentos e grupos de alimentos adquiridos segundo a renda domiciliar e a situações urbana ou rural. De tal forma, busca-se identificar um perfil das condições de vida da população brasileira, com foco nas situações de segurança e de insegurança alimentar e nutricional quando mensuradas a partir dos orçamentos domésticos (despesas e rendimentos domiciliares, assim como a variação patrimonial dos domicílios).

6 Despesas de consumo: aquisições de bens e serviços utilizados para atender às necessidades dos integrantes da unidade de consumo, contemplam: *alimentação* (dentro e fora do domicílio, detalhadas por grupos de alimentos), *habitação* (despesas com moradia, serviços e taxas residenciais, manutenção e reparos, serviços domésticos, artigos de limpeza, eletrodomésticos, mobiliário, decoração e artigos de copa e cozinha), *vestuário* (roupas, joias e bijuterias, tecidos e artigos de armarinho), *transporte* (diferentes modalidades de transportes urbanos habituais, público e privado, viagens esporádicas, inclusive gastos com combustível, seguro obrigatório, estacionamento e manutenção de veículo próprio), *higiene e cuidados pessoais*, *assistência à saúde*, *educação*, *recreação e cultura*, *fumo*, *serviços pessoais* (como cabeleireiro, manicuro, pedicuro, consertos de artigos pessoais, maquiagem e esteticista), *despesas diversas* (comunicação, jogos e apostas, serviços de contadores, advogados, despesas com cartórios, imóveis de uso ocasional, alimentos e produtos para animais, flores naturais, dentre outros).

Despesas correntes (impostos, contribuições trabalhistas, previdência, serviços bancários, pensões e doações, seguros e indenizações a terceiros).

Aumento do ativo: corresponde ao aumento do patrimônio familiar, são consideradas despesas com aquisição ou melhorias de imóveis, investimentos, títulos de clube, aquisição de jazigos e similares.

Diminuição do passivo: despesas com débitos, juros e seguros de empréstimos pessoais, prestações de financiamento de imóveis.

2.2. TERMINOLOGIAS ADOTAS PARA A ANÁLISE DA AQUISIÇÃO DOMICILIAR DE ALIMENTOS OU DE GRUPOS DE ALIMENTOS NA POF/IBGE

Para a seleção dos produtos e a análise dos resultados da POF foram realizados alguns ajustes na organização dos dados apresentados, utilizando como referência a classificação do *Guia Alimentar para a População Brasileira*, elaborado pelo Ministério da Saúde em 2014 (BRASIL, 2014), como estratégia para promoção da alimentação adequada e saudável e que integra a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, a partir da publicação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional e da inclusão do direito à alimentação como parte dos direitos sociais na Constituição Federal. Os alimentos são categorizados em quatro conjuntos: **1) alimentos *in natura* ou minimamente processados, 2) ingredientes culinários, 3) alimentos processados e 4) alimentos ultraprocessados**, descritos no Quadro a seguir.

Quadro 2: Grupos de alimentos segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira. Brasil, 2014

1. Alimentos <i>in natura</i> ou minimamente processados	<i>In natura</i> são aqueles obtidos diretamente de plantas ou de animais, como folhas, frutas, legumes, ovos ou leite, adquiridos para consumo sem que tenham sofrido qualquer alteração após deixarem a natureza, enquanto que <i>minimamente processados</i> são os alimentos <i>in natura</i> que antes de sua aquisição passaram por alterações mínimas ou submetidos a processos de limpeza, remoção de partículas não comestíveis, fracionamento, moagem, secagem, fermentação, pausterização, refrigeração, congelamento ou processos similares (não envolvem adição de sais, óleos, açúcar, gorduras ou aditivos ao alimento original) tais como grãos secos, polidos e empacotados ou moídos na forma de farinhas, féculas, raízes e tubérculos lavados, cortes de carnes resfriados ou congelados, suco de frutas pausterizados (sem adição de açúcar), frutos secos, chás, café e leite pasteurizado.
2. Ingredientes culinários	Produtos extraídos de alimentos <i>in natura</i> ou diretamente da natureza por processos como prensagem, trituração, pulverização e refino, usados para temperar e cozinhar alimentos e criar preparações culinárias, como óleos vegetais, manteiga, gorduras de origem vegetal ou animal, açúcar e sal.
3. Alimentos processados	Produtos fabricados essencialmente com a adição de sal, açúcar ou outra substância a um alimento <i>in natura</i> ou minimamente processado, reconhecidos como versões dos alimentos originais, como legumes em conserva, frutas em calda, sardinha e atum enlatados, queijos e pães.
4. Alimentos ultraprocessados	Produtos cuja fabricação envolve diversas etapas e técnicas de processamento e vários ingredientes, muitos deles de uso exclusivamente industrial, tais como refrigerantes, biscoitos recheados, salgadinhos industrializados, misturas para bolos, bebidas lácteas aromatizadas, salsichas e “macarrão instantâneo”. São formulações feitas em parte ou inteiramente por substâncias extraídas de alimentos (óleos, gorduras, amidos, proteínas), derivadas de constituintes de alimentos (gorduras hidrogenadas, amido modificado) ou sintetizadas (corantes, aromatizantes, realçadores de sabor). Técnicas de manufatura incluem extrusão, moldagem, pré-processamento por fritura ou cozimento.

Fonte: Adaptado de Brasil, 2014

A partir dessa classificação por grupos alimentares foram organizados os dados de aquisição alimentar que compõem a POF. De tal forma, a seguir são

apresentados os produtos, subgrupos ou grupos de produtos alimentares constantes na POF e a uniformização adotada no presente estudo para compor as análises de disponibilidade alimentar domiciliar em seus diferentes recortes. Em alguns casos, as diferentes variedades de um mesmo produto ou ainda diferentes produtos de subgrupos⁷ foram agrupadas em um mesmo produto para fins de análise.

Quadro 3: Terminologias e agregações adotados para produtos, subgrupos e grupos de alimentos constantes na POF/IBGE.

Grupos, subgrupos e produtos constantes selecionados na POF	Terminologia adotada para o produto analisado
1.1.1 Arroz não especificado	Arroz
1.1.2 Arroz polido	
1.2.1 Feijão-fradinho	Feijão
1.2.2 Feijão-jalo	
1.2.3 Feijão-manteiga	
1.2.4 Feijão-mulatinho	
1.2.5 Feijão-preto	
1.2.6 Feijão-rajado	
1.2.7 Feijão-roxo	
1.2.8 Outros feijões	
2.1 Hortaliças folhosas e florais	Hortaliças
2.1.1 Acelga	
2.1.2 Agrião	
2.1.3 Alface	
2.1.4 Cheiro-verde	
2.1.5 Couve	
2.1.6 Couve-brócolis	
2.1.7 Couve-flor	
2.1.8 Repolho	
2.1.9 Outras	
2.2 Hortaliças frutosas	
2.2.1 Abóbora	
2.2.2 Abobrinha	
2.2.3 Azeitona em conserva	
2.2.4 Berinjela	
2.2.5 Cebola	
2.2.6 Chuchu	
2.2.7 Jiló	
2.2.8 Maxixe	
2.2.9 Pepino fresco	
2.2.10 Pimentão	
2.2.11 Quiabo	
2.2.12 Tomate	
2.2.13 Vagem	
2.2.14 Outras	
2.3 Hortaliças tuberosas e outras	
2.3.1 Alho	
2.3.2 Batata-aipo	
2.3.3 Batata-baroa	
2.3.4 Batata-doce	
2.3.5 Batata-inglesa	

⁷ Como possível exemplo, pode ser mencionado o tratamento para o produto analisado “*carnes bovinas*”: são considerados os produtos constantes nos subgrupos constantes na POF denominadas “*carnes bovinas de primeira*” (que contempla os produtos: alcatra, carne moída, carne não especificada, chã-de-dentro, contrafilé, filé *mignon*, lagarto comum, lagarto redondo, patinho), o subgrupo “*carnes bovinas de segunda*” (que contempla os produtos: acém, capa de filé, carne moída, carne não especificada, costela, músculo, pá, peito, outras), sendo desconsiderado o subgrupo “*carnes bovinas outras*” que contempla produtos processados e derivados de carnes, tais como carne de hambúrguer e carne seca.

2.3.6 Batata não especificada	
2.3.7 Beterraba	
2.3.8 Cará	
2.3.9 Cenoura	
2.3.10 Inhame	
2.3.11 Mandioca	
2.3.12 Outras	
3.1 Frutas de clima tropical	
3.1.1 Abacate	
3.1.2 Abacaxi	
3.1.3 Acerola	
3.1.4 Banana-d'água	
3.1.5 Banana-da-terra	
3.1.6 Banana-maçã	
3.1.7 Banana-ouro	
3.1.8 Banana-prata	
3.1.9 Outras bananas	
3.1.10 Goiaba	
3.1.11 Laranja-baía	
3.1.12 Laranja-lima	
3.1.13 Laranja-pêra	
3.1.14 Laranja-seleta	
3.1.15 Outras laranjas	
3.1.16 Limão comum	
3.1.17 Mamão	
3.1.18 Manga	
3.1.19 Maracujá	
3.1.20 Melancia	
3.1.21 Melão	
3.1.22 Tangerina	
3.1.23 Outras	
3.2 Frutas de clima temperado	
3.2.1 Ameixa	
3.2.2 Caqui	
3.2.3 Maçã	
3.2.4 Morango	
3.2.5 Pêra	
3.2.6 Pêssego	
3.2.7 Uva	
3.2.8 Outras	
5.1.1 Farinha de mandioca	Farinha de mandioca
5.1.3 Farinha de trigo	Farinha de trigo
5.2.1 Amido de milho	Amido de milho
5.2.2 Creme de arroz	Creme de arroz
5.2.4 Fécula de mandioca	Fécula de mandioca
5.2.5 Flocos de aveia	Flocos de aveia
5.2.6 Flocos de milho	Flocos de milho
5.2.8 Fubá de milho	Fubá de milho
5.3.1 Macarrão com ovos	
5.3.2 Macarrão não especificado	Macarrão
5.3.3 Macarrão sem ovos	
7.1 Carnes bovinas de primeira	
7.1.1 Alcatra	
7.1.2 Carne moída	
7.1.3 Carne não especificada	
7.1.4 Chã-de-dentro	
7.1.5 Contrafilé	
7.1.6 Filé mignon	
7.1.7 Lagarto comum	
7.1.8 Lagarto redondo	
7.1.9 Patinho	
7.2 Carnes bovinas de segunda	
7.2.1 Acém	

7.2.2 Capa de filé	
7.2.3 Carne moída	
7.2.4 Carne não especificada	
7.2.5 Costela	
7.2.6 Músculo	
7.2.7 Pá	
7.2.8 Peito	
7.2.9 Outras	
7.4 Carnes suínas com osso e sem osso	
7.4.1 Carré	
7.4.2 Costela	
7.4.3 Lombo	
7.4.4 Pernil	
7.4.5 Porco eviscerado	
7.4.6 Outras	
9. Pescados	Pescados
9.1 Pescados de água salgada	
9.1.1 Anchova fresca	
9.1.2 Bacalhau	
9.1.3 Bagre fresco	
9.1.4 Cação fresco	
9.1.5 Camarão fresco	
9.1.6 Corvina fresca	
9.1.7 Merluza em filé congelado	
9.1.8 Merluza em filé fresco	
9.1.9 Parati fresco	
9.1.10 Pescada em filé congelado	
9.1.11 Pescada em filé fresco	
9.1.12 Pescada fresca	
9.1.13 Pescadinha fresca	
9.1.15 Sardinha fresca	
9.1.16 Tainha fresca	
9.1.17 Outros pescados em filé congelado	
9.1.18 Outros pescados em filé fresco	
9.1.19 Outros pescados frescos	
9.1.20 Outros pescados salgados	
9.2 Pescados de água doce	
9.2.1 Acará fresca	
9.2.2 Acari fresco	
9.2.3 Anujá fresco	
9.2.4 Curimatã fresco	
9.2.5 Dourada fresca	
9.2.6 Jaraqui fresco	
9.2.7 Lambari fresco	
9.2.8 Mapará fresco	
9.2.9 Piau fresco	
9.2.10 Surubim fresco	
9.2.11 Tambaqui fresco	
9.2.12 Tilápia fresca	
9.2.13 Traíra fresca	
9.2.14 Tucunaré fresco	
9.2.15 Outros pescados em filé congelado	
9.2.16 Outros pescados em filé fresco	
9.2.17 Outros pescados frescos	
9.2.18 Outros pescados salgados	
9.3 Pescados não especificados	
9.3.1 Peixe em filé congelado	
9.3.2 Peixe em filé fresco	
9.3.3 Peixe fresco	
10.1 Aves	Aves
10.1.1 Asa de frango	
10.1.2 Carne de frango não especificada	
10.1.3 Coxa de frango	

10.1.4 Dorso de frango		
10.1.5 Frango abatido (inteiro)		
10.1.6 Frango vivo		
10.1.7 Miúdos de frango		
10.1.8 Peito de frango		
10.1.9 Outras carnes de frango		
10.1.10 Pato inteiro ou em cortes		
10.1.11 Peru abatido		
10.1.12 Peru em cortes		
10.1.13 Outras		
10.2 Ovos		Ovos
12.1 Açúcares		Açúcar
11.1.3 Leite de vaca fresco		Leite
11.1.4 Leite de vaca pasteurizado		
13.1.1 Sal grosso	Sal	
13.1.2 Sal refinado		
14.1 Óleos	Óleos vegetais	
14.2 Gorduras	Gorduras	
16.1 Alimentos preparados	Alimentos preparados e misturas industriais	
16.1.1 Alimento congelado		
16.1.2 Batata frita		
16.1.3 Carne assada		
16.1.4 Frango assado ou defumado		
16.1.5 Frango empanado		
16.1.6 Massa		
16.1.7 Refeição		
16.1.8 Salgadinho		
16.1.9 Sanduíche		
16.1.10 Outros		
16.2 Misturas industriais		
16.2.1 Mistura para bolo		
16.2.2 Outras		

Fonte: POF/IBGE (2002, 2008, 2018). Dados organizados pelo autor.

2.3. AQUISIÇÃO DOMICILIAR *PER CAPITA* ANUAL DE PRODUTOS SELECIONADOS

A seguir são apresentados os dados das aquisições domiciliares *per capita* anuais de alimentos selecionados (em quilogramas), constantes nas edições da POF/IBGE de 2008-2009 e de 2017-2018. Na Tabela 1 é apresentado os dados de aquisição domiciliar *per capita* anual (em quilogramas) de produtos selecionados por situação do domicílio (urbano ou rural) a partir das edições da POF/IBGE de 2002-2003, 2008-2009 e 2017-2018.

Tabela 1: Aquisição domiciliar *per capita* anual (Quilogramas) de produtos selecionados por situação do domicílio a partir da POF/IBGE. Brasil, período 2002-2018.

Produtos	2002-2003			2008-2009			2017-2018		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Arroz	31,578	28,877	44,705	26,499	24,03	38,53	19,763	18,13	29,236
Feijão	12,394	10,234	22,888	9,121	8,084	14,163	5,909	5,552	7,972
Hortaliças	29,002	28,445	31,711	27,075	27,276	26,098	23,775	23,97	22,673
Frutas	24,487	25,71	18,542	28,863	30,287	21,923	26,414	27,69	19,026
Farinha de mandioca	7,766	5,095	20,755	5,33	3,557	13,974	2,332	1,818	5,304
Farinha de rosca	0,058	0,067	0,014	0,061	0,069	0,023	0,062	0,069	0,023
Farinha de trigo	5,083	4,23	9,233	3,397	2,837	6,125	2,229	1,88	4,247
Amido de milho	0,141	0,117	0,254	0,103	0,098	0,128	0,074	0,074	0,069
Creme de arroz	0,177	0,149	0,314	0,136	0,133	0,15	0,135	0,133	0,146
Creme de milho	0,183	0,158	0,306	0,204	0,163	0,401	0,042	0,032	0,096
Fécula de mandioca	0,732	0,542	1,657	0,774	0,611	1,568	0,797	0,752	1,057
Flocos de aveia	0,032	0,036	0,01	0,074	0,082	0,036	0,068	0,076	0,022
Flocos de milho	0,375	0,29	0,788	0,612	0,542	0,951	0,765	0,726	0,989
Fubá de milho	3,188	2,148	8,244	2,303	1,749	5,002	1,285	0,954	3,198
Macarrão	4,286	4,244	4,487	4,143	4,039	4,645	3,117	3,018	3,694
Carnes bovinas	13,153	13,488	11,527	12,961	13,163	11,98	9,656	9,919	8,137
Carnes suínas	2,924	2,346	5,731	2,314	1,85	4,574	2,429	2,282	3,276
Pescados	4,364	3,269	9,69	3,817	3,108	7,261	2,613	2,229	4,84
Aves	13,861	13,899	13,676	13,202	13,137	13,52	12,436	11,98	15,077
Ovos	1,716	1,433	3,094	3,217	3,095	3,81	3,328	3,207	4,024
Sal	2,98	2,385	5,876	2,472	2,028	4,635	1,503	1,356	2,356
Açúcar	20,47	18,709	29,031	16,957	15,132	25,855	10,827	9,914	16,111
Óleos vegetais	8,236	7,985	9,454	7,104	6,844	8,37	5,329	5,185	6,16
Leite	42,662	39,65	57,304	35,433	34,751	38,758	23,95	23,946	23,972
Gorduras	1,985	1,981	2,006	1,828	1,882	1,562	1,313	1,343	1,142
Alimentos preparados e misturas industriais	2,56	2,914	0,837	3,506	3,988	1,16	3,992	4,453	1,327

Fonte: Sidra/IBGE e POF/IBGE. Dados organizados pelo autor.

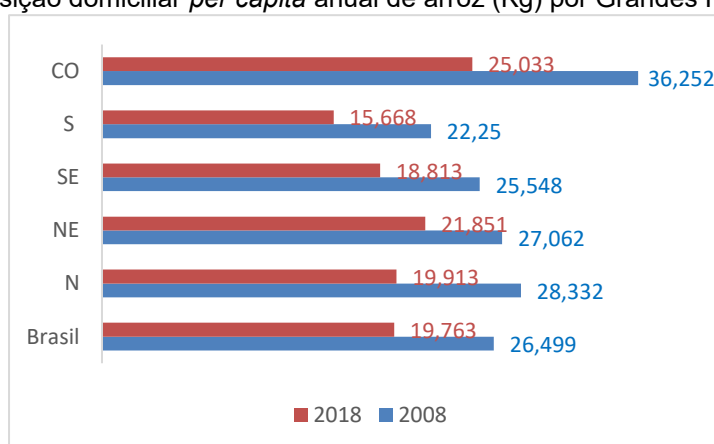
2.3.1. Arroz

A média nacional de aquisição anual domiciliar *per capita* de arroz diminuiu em 2017-2018 em relação a 2008-2009, de 26,5kg, para 19,8kg. Em todas as grandes regiões houve diminuição na aquisição no período considerado, sendo que a região Centro-Oeste registra a maior média nacional, correspondente a 25,0 Kg (Gráfico 1). Observa-se que em todas as grandes regiões a aquisição é maior nos domicílios de classes de rendimentos mais baixas, com destaque para a região Centro-Oeste, em que domicílios com renda entre 2 a 3 salários mínimos apresentaram aquisição *per capita* anual de 32,5 Kg, enquanto os domicílios com renda acima de 15 salários mínimos registraram o correspondente a 15,0 Kg (Gráfico 2).

Conforme apresentado na Tabela 2, exceto Alagoas, Amapá e Pernambuco, em todos os demais estados a aquisição anual domiciliar *per capita* de arroz diminuiu em 2017-2018 em relação a 2008-2009. Em 2017-2018, as maiores aquisições médias foram nos estados de Maranhão (52,5Kg), Piauí (42,2kg) e Tocantins (32,2 Kg).

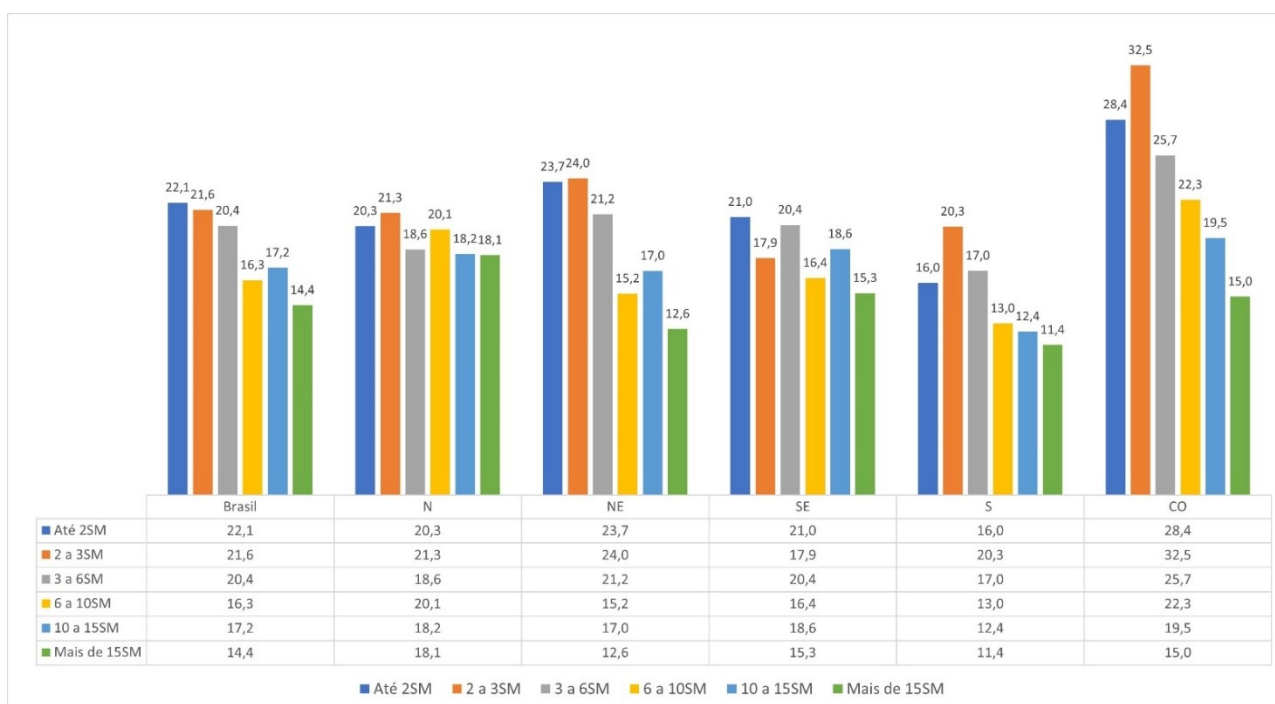
No Brasil, quando considerada a situação do domicílio, a aquisição foi maior nas áreas rurais, nas edições de 2002-2003, 2008-2009 e 2017-2018 (Tabela 1).

Gráfico 1: Aquisição domiciliar *per capita* anual de arroz (Kg) por Grandes Regiões, 2008 - 2018



Fonte: POF/IBGE, 2018

Gráfico 2: Aquisição domiciliar *per capita* anual (Kg) de arroz por classes de rendimentos segundo Grandes Regiões, 2018



Fonte: POF/IBGE, 2018

Tabela 2: Aquisição domiciliar *per capita* anual de arroz (Kg) nos Estados. Brasil, período 2008-2018.

UF	2008	2018	Variação (%)
AC	23,31	22,09	-5,23%
AL	14,003	15,26	8,98%
AM	19,432	11,811	-39,22%
AP	12,83	19,254	50,07%
BA	17,738	14,725	-16,99%
CE	33,874	23,73	-29,95%
DF	31,509	13,602	-56,83%
ES	26,207	14,484	-44,73%
GO	40,219	31,012	-22,89%
MA	62,779	52,472	-16,42%
MG	33,781	22,451	-33,54%
MS	31,516	25,294	-19,74%
MT	36,23	22,64	-37,51%
PA	26,784	19,884	-25,76%
PB	21,332	12,773	-40,12%
PE	13,28	13,314	0,26%
PI	58,65	42,207	-28,04%
PR	24,585	16,204	-34,09%
RJ	21,479	19,19	-10,66%
RN	14,433	12,877	-10,78%
RO	39,444	24,165	-38,74%
RR	31,086	28,104	-9,59%
RS	24,061	16,013	-33,45%
SC	14,963	14,248	-4,78%
SE	13,714	11,862	-13,50%
SP	23,036	17,366	-24,61%
TO	56,669	32,251	-43,09%

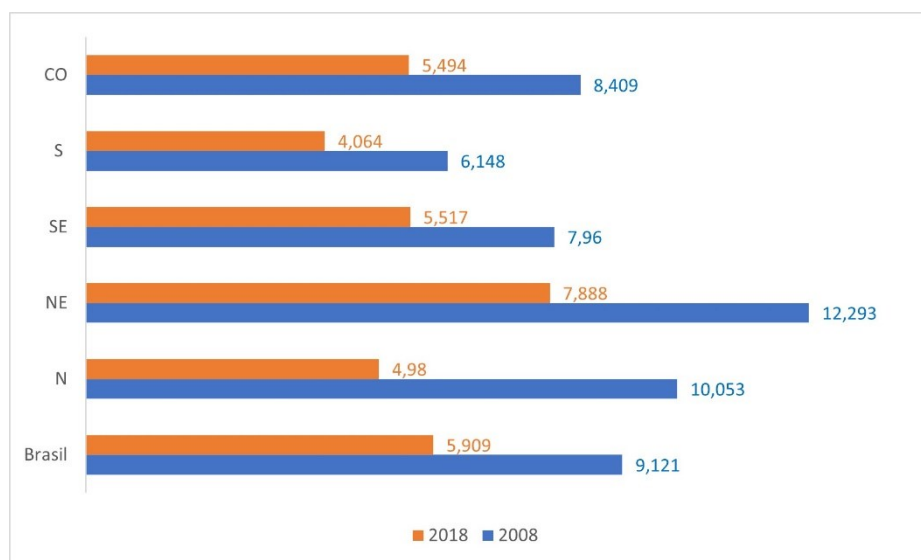
Fonte: POF/IBGE, 2018

2.3.2. Feijão

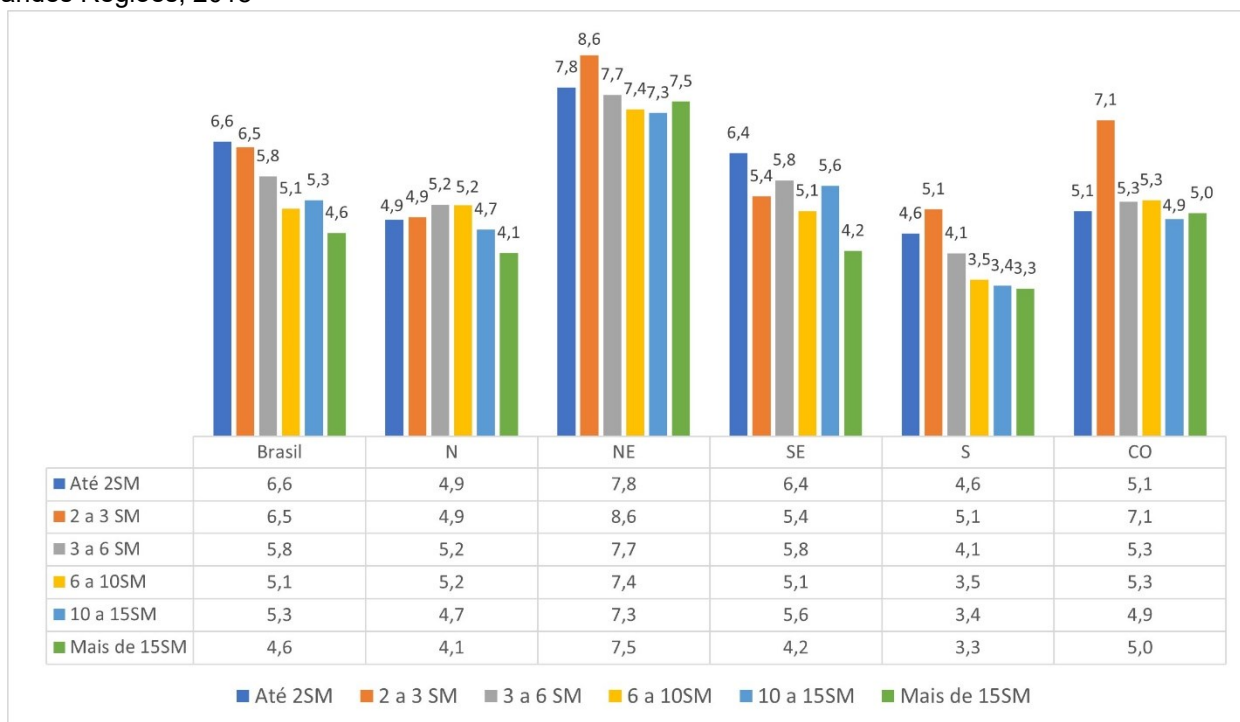
A média nacional de aquisição anual domiciliar *per capita* de feijão diminuiu em 2017-2018 em relação a 2008-2009, de 9,1 kg, para 5,9kg. Em todas as grandes regiões houve diminuição na aquisição no período considerado, sendo que a região Nordeste registra a maior média nacional, correspondente a 7,9 Kg (Gráfico 3). Observa-se que em todas as grandes regiões a aquisição é maior nos domicílios de classes de rendimentos mais baixas, com destaque para a região Nordeste, em que domicílios com renda entre 2 a 3 salários mínimos apresentaram aquisição *per capita* anual de 8,6 Kg (Gráfico 4).

Conforme apresentado na Tabela 3, com exceção do Amapá, em todos os demais estados a aquisição anual domiciliar *per capita* diminuiu em 2017-2018 em relação a 2008-2009. Em 2017-2018, as maiores aquisições médias foram nos estados da Bahia (9,4 Kg), Rio Grande do Norte (8,8 kg) e Pernambuco (7,9 Kg).

No Brasil, quando considerada a situação do domicílio, a aquisição foi maior nas áreas rurais, nas edições de 2002-2003, 2008-2009 e 2017-2018, apesar do decréscimo da aquisição de 22,9Kg, em 2003, para 7,98 Kg, em 2018 (Tabela 1).

Gráfico 3: Aquisição domiciliar *per capita* anual de arroz (Kg) por Grandes Regiões, 2008- 2018

Fonte: POF/IBGE, 2018

Gráfico 4: Aquisição domiciliar *per capita* anual (Kg) de feijão por classes de rendimentos segundo Grandes Regiões, 2018

Fonte: POF/IBGE, 2018

Tabela 3: Aquisição domiciliar *per capita* anual de feijão (Kg) nos Estados. Brasil, período 2008-2018.

UF	2008	2018	Variação (%)
AC	7,258	4,238	-41,61%
AL	9,035	7,688	-14,91%
AM	8,319	4,128	-50,38%
AP	7,133	7,738	8,48%
BA	13,353	9,442	-29,29%
CE	15,376	7,405	-51,84%
DF	8,083	3,972	-50,86%
ES	9,15	4,357	-52,38%
GO	9,139	6,487	-29,02%
MA	8,92	5,504	-38,30%
MG	10,29	6,166	-40,08%
MS	7,289	4,669	-35,94%
MT	8,142	5,45	-33,06%
PA	11,621	5,341	-54,04%
PB	13,183	7,993	-39,37%
PE	9,937	7,936	-20,14%
PI	13,615	6,873	-49,52%
PR	7,439	4,42	-40,58%
RJ	9,061	7,176	-20,80%
RN	14,302	8,796	-38,50%
RO	9,23	4,794	-48,06%
RR	6,086	7,353	20,82%
RS	5,941	3,997	-32,72%
SC	4,276	3,601	-15,79%
SE	10,86	7,061	-34,98%
SP	6,299	4,692	-25,51%
TO	10,839	3,538	-67,36%

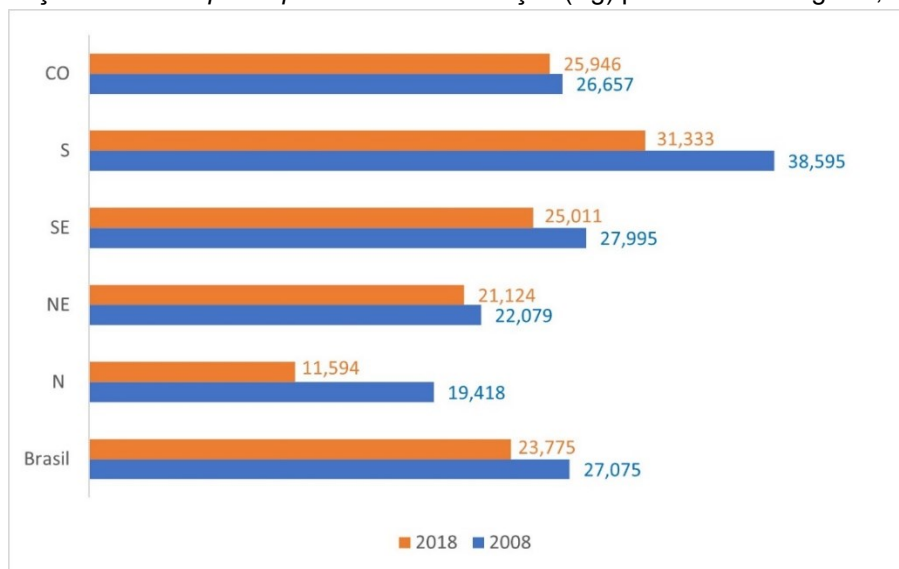
Fonte: POF/IBGE, 2018

2.3.3. Hortaliças

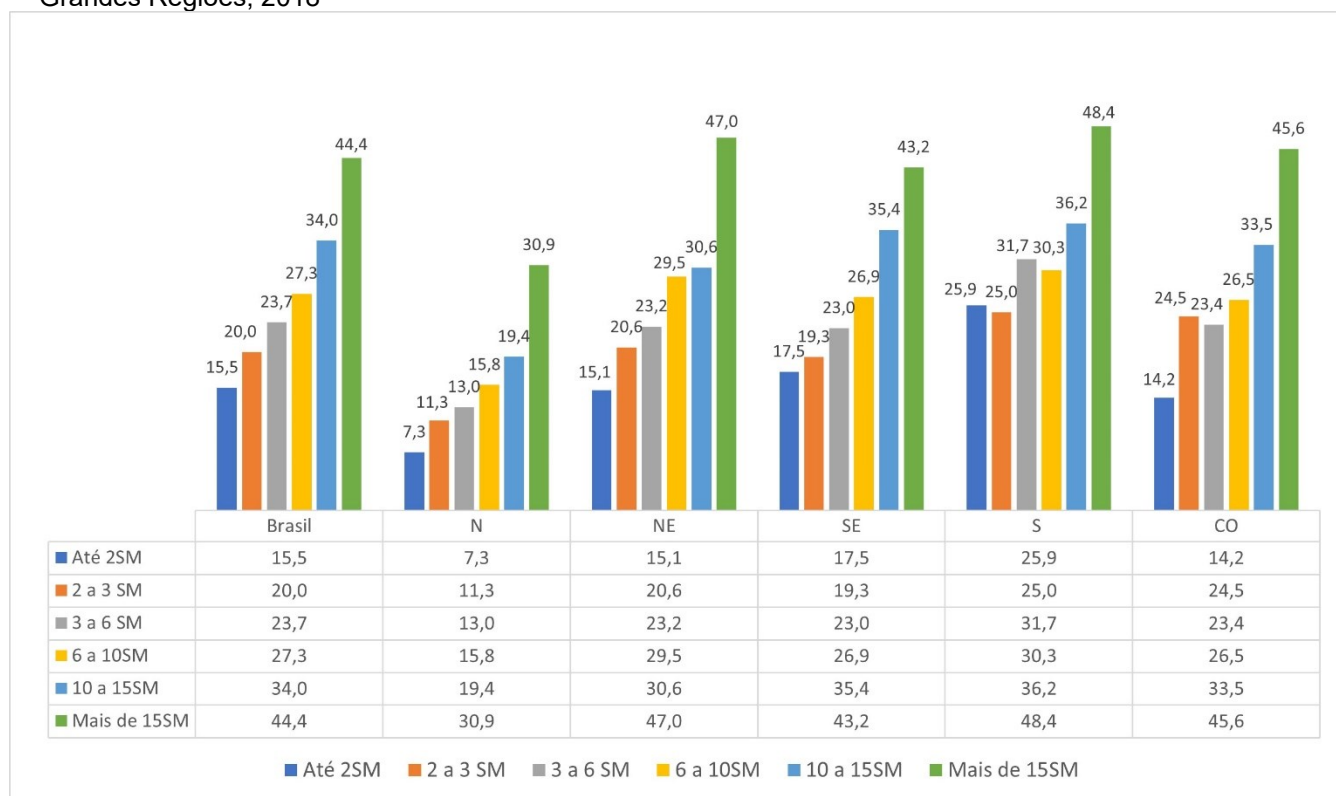
A média nacional de aquisição anual domiciliar *per capita* de hortaliças diminuiu em 2017-2018 em relação a 2008-2009, de 27,1Kg, para 23,8 kg. Em todas as grandes regiões houve diminuição na aquisição no período considerado, sendo que a região Sul registra a maior média nacional, correspondente a 31,3 Kg em 2018 (Gráfico 5). Observa-se que em todas as grandes regiões a aquisição é significativamente desigual entre as classes de rendimentos, com maior aquisição nos domicílios de maior renda (Gráfico 6).

Conforme apresentado na Tabela 4, exceto Alagoas, Amapá, Sergipe e Piauí, em todos os demais estados a aquisição anual domiciliar *per capita* de hortaliças diminuiu em 2017-2018 em relação a 2008-2009. Em 2017-2018, as maiores aquisições médias foram nos estados de Sergipe (37,2 Kg), Santa Catarina (35,1 Kg) e Rio Grande do Sul (34,2 Kg).

No Brasil, quando considerada a situação do domicílio, a aquisição foi maior nas áreas rurais, em 2002-2003, e maior nas áreas urbanas, em 2008-2009 e 2017-2018 (Tabela 1).

Gráfico 5: Aquisição domiciliar *per capita* anual de hortaliças (Kg) por Grandes Regiões, 2008 - 2018

Fonte: POF/IBGE, 2018

Gráfico 6: Aquisição domiciliar *per capita* anual (Kg) de hortaliças por classes de rendimentos segundo Grandes Regiões, 2018

Fonte: POF/IBGE, 2018

Tabela 4: Aquisição domiciliar *per capita* anual de hortaliças (Kg) nos Estados. Brasil, período 2008-2018.

UF	2008	2018	Variação (%)
RO	28,235	16,979	-39,87%
AC	19,118	14,608	-23,59%
AM	13,36	9,809	-26,58%
RR	20,475	14,046	-31,40%
PA	18,461	10,692	-42,08%
AP	16,624	17,044	2,53%
TO	31,563	9,612	-69,55%
MA	15,303	13,306	-13,05%
PI	21,127	21,261	0,63%
CE	13,593	13,137	-3,35%
RN	21,426	20,296	-5,27%
PB	24,644	17,708	-28,14%
PE	27,356	25,298	-7,52%
AL	14,897	18,794	26,16%
SE	29,841	37,171	24,56%
BA	26,993	26,192	-2,97%
MG	28,501	27,268	-4,33%
ES	24,271	18,694	-22,98%
RJ	30,068	21,84	-27,36%
SP	27,265	25,714	-5,69%
PR	31,802	26,1	-17,93%
SC	37,533	35,131	-6,40%
RS	45,832	34,208	-25,36%
MS	31,148	28,734	-7,75%
MT	24,541	22,02	-10,27%
GO	25,749	28,734	11,59%
DF	27,077	21,415	-20,91%

Fonte: POF/IBGE, 2018

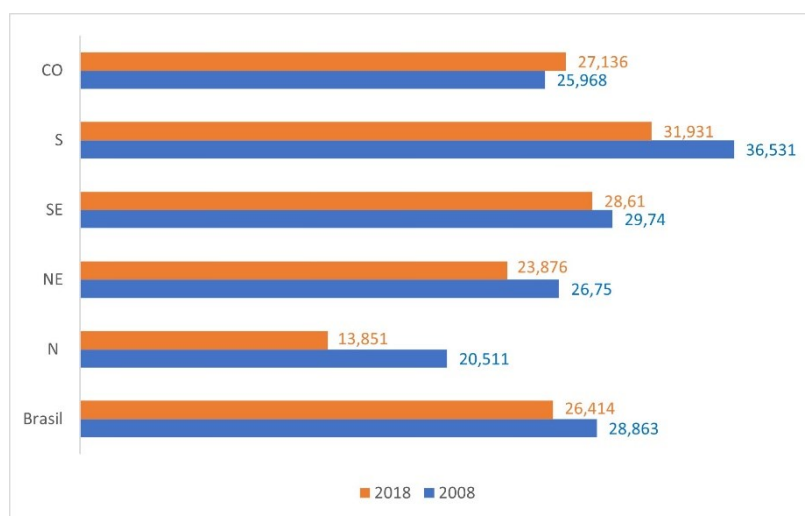
2.3.4. Frutas

A média nacional de aquisição anual domiciliar *per capita* de frutas decaiu em 2017-2018 em relação a 2008-2009, de 28,8 kg, para 26,4 kg. Em todas as grandes regiões houve diminuição na aquisição no período considerado, sendo que a região Sul registra a maior média nacional, correspondente a 31,9 Kg (Gráfico 7). Observa-se que a aquisição é significativamente desigual entre as classes de rendimentos, com maior aquisição nos domicílios de maior renda, com destaque para a região Nordeste, em que domicílios com renda de até 2 salários mínimos apresentaram aquisição *per capita* anual de 14,4 Kg, enquanto os domicílios com renda acima de 15 salários mínimos registraram o correspondente a 69,8 Kg (Gráfico 8).

Conforme apresentado na Tabela 5, com exceção do Acre, Roraima, Amapá, Alagoas e Sergipe, em todos os demais estados a aquisição anual domiciliar *per capita* de frutas diminuiu em 2017-2018 em relação a 2008-2009. Em 2017-2018, as maiores aquisições médias foram nos estados de Santa Catarina (36,9 5Kg), Sergipe (34,6 kg) e São Paulo (32,7 Kg).

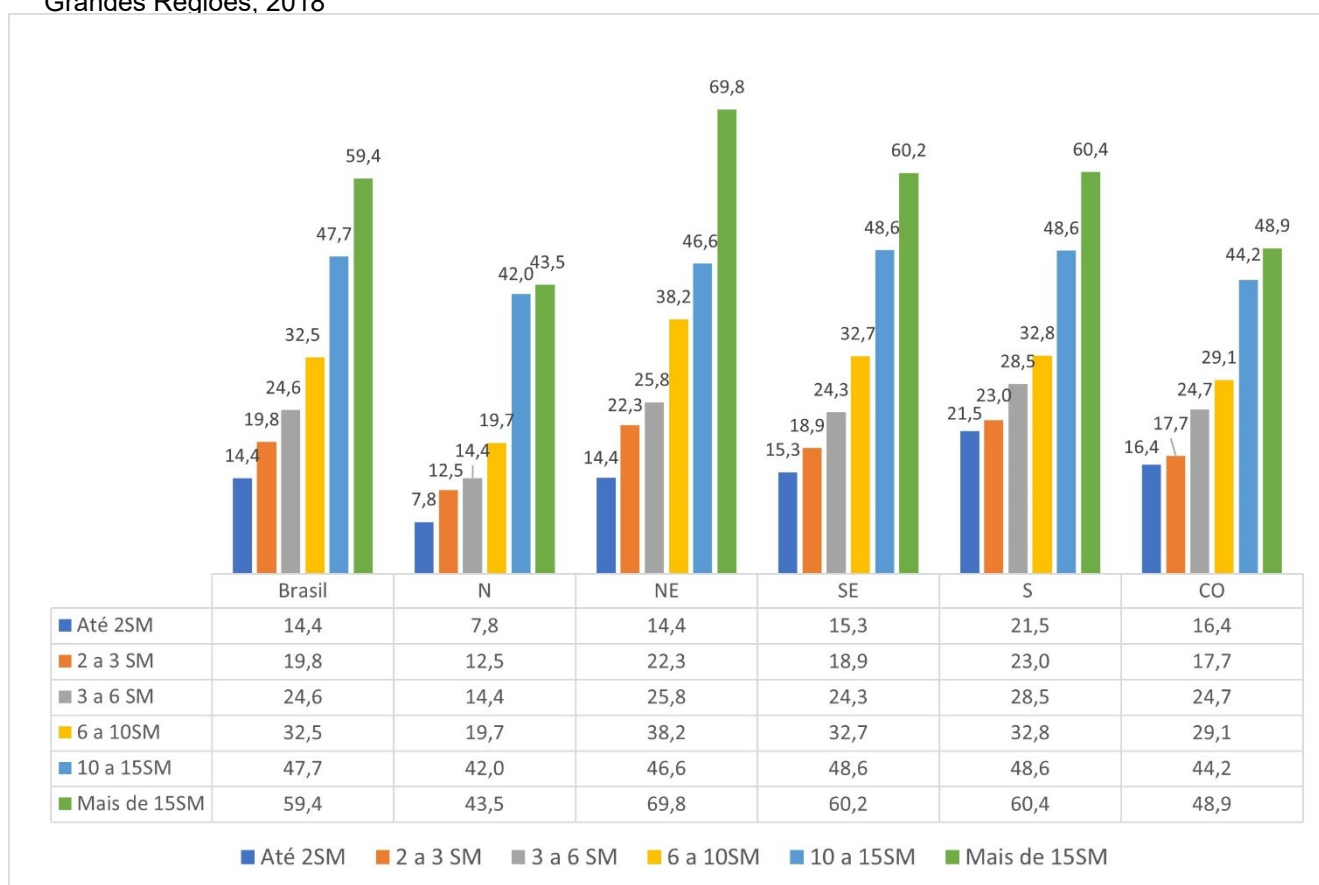
No Brasil, quando considerada a situação do domicílio, a aquisição foi maior nas áreas urbanas, nos anos de 2002-2003, 2008-2009 e 2017-2018 (Tabela 1).

Gráfico 7: Aquisição domiciliar *per capita* anual de frutas (Kg) por Grandes Regiões, 2008-2018



Fonte: POF/IBGE, 2018

Gráfico 8: Aquisição domiciliar *per capita* anual (Kg) de frutas por classes de rendimentos segundo Grandes Regiões, 2018



Fonte: POF/IBGE, 2018

Tabela 5: Aquisição domiciliar *per capita* anual de frutas (Kg) nos Estados. Brasil, período 2008-2018.

UF	2008	2018	Variação (%)
RO	24,161	13,93	-42,35%
AC	16,814	17,463	3,86%
AM	18,758	14,706	-21,60%
RR	11,263	13,511	19,96%
PA	21,455	13,495	-37,10%
AP	12,2	17,667	44,81%
TO	24,464	9,64	-60,60%
MA	18,269	16,528	-9,53%
PI	29,673	28,154	-5,12%
CE	24,653	18,804	-23,73%
RN	32,805	26,528	-19,13%
PB	28,422	23,348	-17,85%
PE	29,204	24,626	-15,68%
AL	13,37	15,229	13,90%
SE	29,46	34,597	17,44%
BA	30,384	28,845	-5,07%
MG	25,479	28,472	11,75%
ES	20,045	16,432	-18,02%
RJ	26,796	20,842	-22,22%
SP	33,773	32,664	-3,28%
PR	34,157	29,445	-13,80%
SC	37,558	36,887	-1,79%
RS	38,275	31,336	-18,13%
MS	29,429	26,432	-10,18%
MT	20,377	24,155	18,54%
GO	22,056	27,46	24,50%
DF	38,459	30,415	-20,92%

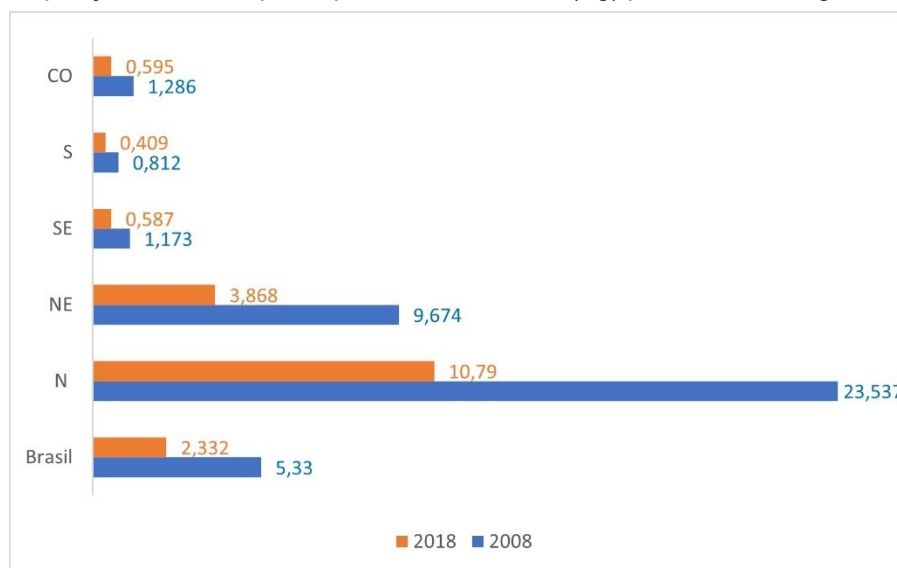
Fonte: POF/IBGE, 2018

2.3.5. Farinha de Mandioca

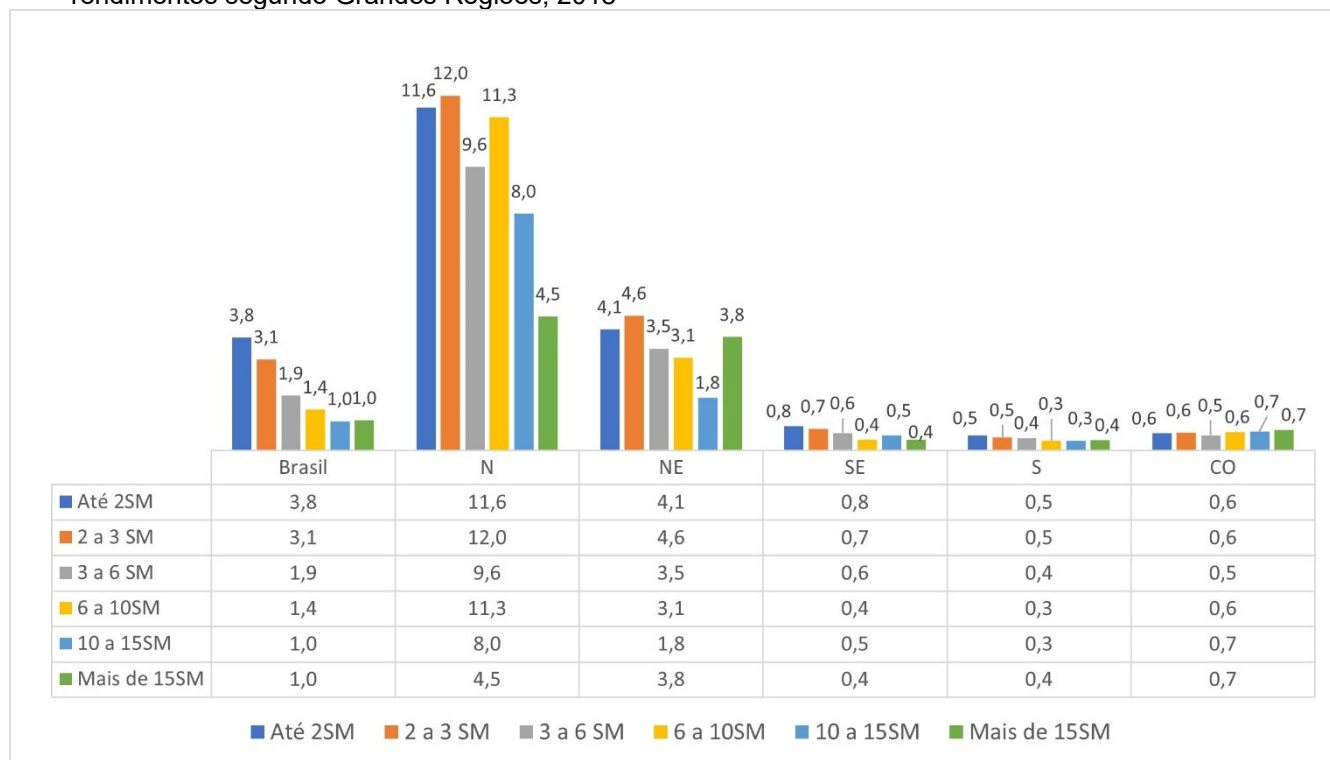
A média nacional de aquisição anual domiciliar *per capita* de farinha de mandioca diminuiu em 2017-2018 em relação a 2008-2009, de 5,3 kg, para 2,3 Kg. Em todas as grandes regiões houve diminuição na aquisição no período considerado, sendo que a região Norte registra a maior média nacional, correspondente a 10,8 Kg (Gráfico 9). Observa-se que em todas as grandes regiões a aquisição é maior nos domicílios de classes de rendimentos mais baixas para região Norte, em que domicílios com renda entre 2 a 3 salários mínimos apresentaram aquisição *per capita* anual de 12,0 Kg, enquanto os domicílios com renda acima de 15 salários mínimos registraram o correspondente a 4,5 Kg. Nas demais regiões há maior equilíbrio na distribuição (Gráfico 10).

Conforme a Tabela 6, em todos os estados a aquisição anual domiciliar *per capita* de farinha de mandioca diminuiu em 2017-2018 em relação a 2008-2009. Em 2017-2018, as maiores aquisições médias foram nos estados do Amapá (17 Kg), Pará (15,2 Kg) e Amazonas (10,1 kg).

No Brasil, quando considerada a situação do domicílio, a aquisição foi significativamente maior nas áreas rurais, nos anos de 2002-2003, 2008-2009 e 2017-2018 (Tabela 1).

Gráfico 9: Aquisição domiciliar *per capita* anual de frutas (Kg) por Grandes Regiões, 2008-2018

Fonte: POF/IBGE, 2018

Gráfico 10: Aquisição domiciliar *per capita* anual (Kg) de farinha de mandioca por classes de rendimentos segundo Grandes Regiões, 2018

Fonte: POF/IBGE, 2018

Tabela 6: Aquisição domiciliar *per capita* anual de farinha de mandioca (Kg) nos Estados. Brasil, período 2008-2018.

UF	2008	2018	Variação (%)
RO	1,965	1,352	-31,20%
AC	21,45	6,744	-68,56%
AM	26,641	10,066	-62,22%
RR	8,875	2,115	-76,17%
PA	30,34	15,224	-49,82%
AP	30,555	17,02	-44,30%
TO	4,517	0,745	-83,51%
MA	8,731	4,373	-49,91%
PI	4,371	2,16	-50,58%
CE	7,579	2,202	-70,95%
RN	5,986	2,762	-53,86%
PB	3,994	1,417	-64,52%
PE	5,541	2,578	-53,47%
AL	7,548	2,397	-68,24%
SE	13,607	5,314	-60,95%
BA	17,135	6,873	-59,89%
MG	1,126	0,8	-28,95%
ES	3,745	1,154	-69,19%
RJ	1,419	0,866	-38,97%
SP	0,884	0,333	-62,33%
PR	0,917	0,404	-55,94%
SC	1,212	0,869	-28,30%
RS	0,485	0,129	-73,40%
MS	0,952	0,275	-71,11%
MT	1,487	0,763	-48,69%
GO	1,032	0,714	-30,81%
DF	1,95	0,413	-78,82%

Fonte: POF/IBGE, 2018

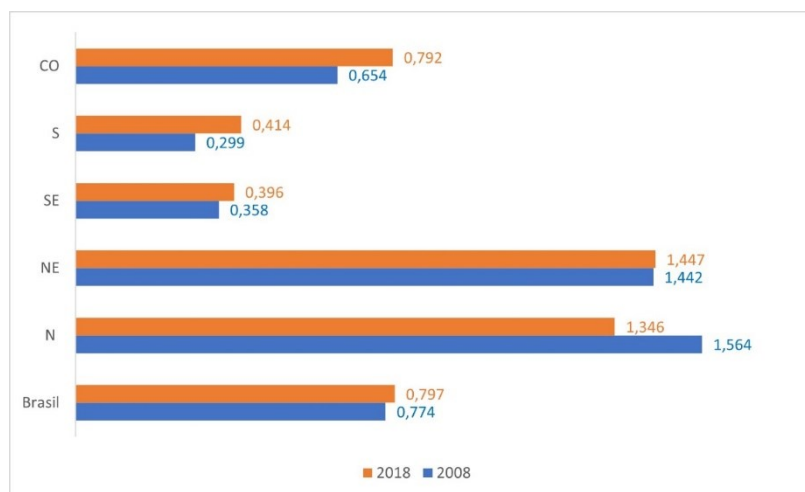
2.3.6. Fécula de Mandioca

A média nacional de aquisição anual domiciliar *per capita* de fécula de mandioca apresentou um pequeno aumento em 2017-2018 em relação a 2008-2009, de 0,77 kg, para 0,80 kg. Na região Nordeste a aquisição se manteve estável, e no Centro-Oeste aumentou de 0,65 Kg para 0,79Kg, sendo que nas demais regiões houve um decréscimo. A região Nordeste registra a maior média nacional, correspondente a 1,44 Kg (Gráfico 11). Observa-se que em todas as grandes regiões a aquisição é maior nos domicílios de classes de rendimentos mais altas, com destaque para a região Nordeste, em que domicílios com renda acima de 15 salários mínimos apresentaram aquisição *per capita* anual de 2,6 Kg, enquanto os domicílios com renda até 2 salários mínimos registraram o correspondente a 1,0 Kg (Gráfico 12).

Conforme apresentado na Tabela 7, na maior parte dos estados a aquisição anual domiciliar *per capita* de fécula de mandioca aumentou em 2017-2018 em relação a 2008-2009. Em 2017-2018, as maiores aquisições médias foram nos estados do Rio Grande do Norte (2,45 Kg), Ceará (2,26 Kg) e Acre 2,13 Kg).

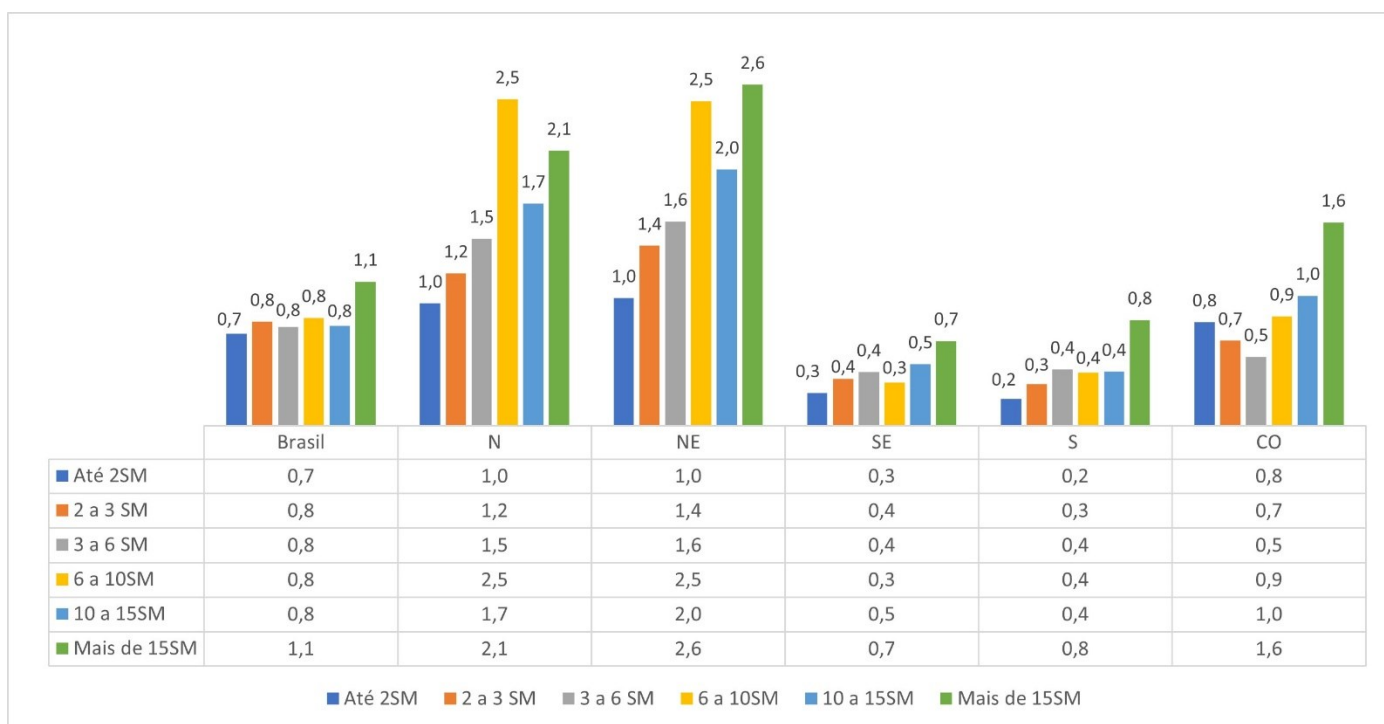
No Brasil, quando considerada a situação do domicílio, a aquisição foi maior nas áreas rurais, nas edições da POF de 2002-2003, 2008-2009 e 2017-2018 (Tabela 1).

Gráfico 11: Aquisição domiciliar *per capita* anual de fécula de mandioca (Kg) por Grandes Regiões, 2008-2018



Fonte: POF/IBGE, 2018

Gráfico 12: Aquisição domiciliar *per capita* anual (Kg) de fécula de mandioca por classes de rendimentos segundo Grandes Regiões, 2018



Fonte: POF/IBGE, 2018

Tabela 7: Aquisição domiciliar *per capita* anual de fécula de mandioca (Kg) nos Estados. Brasil, período 2008-2018.

UF	2008	2018	Variação (%)
RO	0,475	0,592	24,63%
AC	1,77	2,129	20,28%
AM	1,728	1,373	-20,54%
RR	1,196	1,866	56,02%
PA	1,741	1,417	-18,61%
AP	1,017	1,783	75,32%
TO	1,678	0,912	-45,65%
MA	1,964	1,518	-22,71%
PI	5,445	3,74	-31,31%
CE	2,054	2,259	9,98%
RN	2,453	2,442	-0,45%
PB	0,922	1,011	9,65%
PE	0,465	1,085	133,33%
AL	0,065	0,304	367,69%
SE	0,161	0,67	316,15%
BA	0,967	0,899	-7,03%
MG	0,892	0,66	-26,01%
ES	0,253	0,291	15,02%
RJ	0,036	0,256	611,11%
SP	0,231	0,336	45,45%
PR	0,221	0,294	33,03%
SC	0,553	0,717	29,66%
RS	0,233	0,346	48,50%
MS	0,481	0,371	-22,87%
MT	0,287	0,519	80,84%
GO	0,993	0,688	-30,72%
DF	0,469	1,726	268,02%

Fonte: POF/IBGE, 2018

2.3.7. Flocos de Aveia

A média nacional de aquisição anual domiciliar *per capita* de flocos de aveia apresentou estabilidade em 2017-2018 em relação a 2008-2009, decaindo de 0,07 kg para 0,06 kg. Com exceção da região Centro-Oeste, nas demais grandes regiões houve diminuição na aquisição no período considerado, sendo que a região Centro-Oeste registra a maior média nacional, correspondente a 0,09 Kg (Gráfico 13). Observa-se que, embora a aquisição seja reduzida em todas as regiões e classes de rendimentos, a aquisição é sensivelmente maior em domicílios com renda entre 10 e 15 salários mínimos e acima de 25 salários mínimos (Tabela 8)⁸.

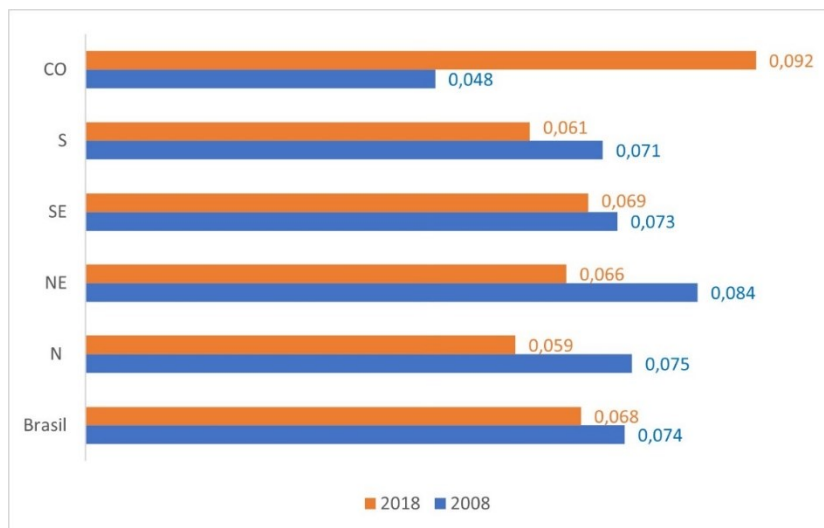
Conforme apresentado na Tabela 9, os maiores aumentos nas aquisições em 2017-

⁸ Não foi apresentado gráfico para aquisição domiciliar *per capita* anual segundo classes de rendimentos, como apresentado para os demais produtos, em razão do consumo reduzido e da baixa variabilidade entre as classes.

2018 em relação a 2008-2009 foram no Distrito Federal, Mato Grosso e Rondônia.

No Brasil, quando considerada a situação do domicílio, a aquisição foi baixa tanto nas áreas urbanas como nas rurais em 2002-2003, 2008-2009 e 2017-2018 (Tabela 1).

Gráfico 13: Aquisição domiciliar *per capita* anual de flocos de aveia (Kg) por Grandes Regiões, 2008-2018



Fonte: POF/IBGE, 2018

Tabela 8: Aquisição domiciliar *per capita* anual (Kg) de flocos de aveia por classes de rendimentos segundo Grandes Regiões, 2018

	Até 2SM	2 a 3 SM	3 a 6 SM	6 a 10SM	10 a 15SM	Mais de 15SM
Brasil	0,026	0,064	0,052	0,093	0,101	0,209
Norte	0,042	0,042	0,058	0,09	0,132	0,214
Nordeste	0,03	0,061	0,054	0,125	0,206	0,326
Sudeste	0,016	0,064	0,058	0,095	0,049	0,178
Sul	0,003	0,085	0,04	0,086	0,101	0,091
Centro-Oeste	0,037	0,076	0,029	0,046	0,236	0,366

Fonte: POF/IBGE, 2018

Tabela 9: Aquisição domiciliar *per capita* anual de flocos de aveia (Kg) nos Estados. Brasil, período 2008-2018.

UF	2008	2018	Variação (%)
RO	0,029	0,071	144,83%
AC	0,057	0,054	-5,26%
AM	0,032	0,042	31,25%
RR	0,083	0,03	-63,86%
PA	0,114	0,074	-35,09%
AP	0,103	0,078	-24,27%
TO	0,017	0,009	-47,06%
MA	0,024	0,032	33,33%
PI	0,029	0,036	24,14%
CE	0,056	0,043	-23,21%
RN	0,204	0,144	-29,41%
PB	0,096	0,1	4,17%
PE	0,134	0,08	-40,30%
AL	0,049	0,054	10,20%
SE	0,064	0,056	-12,50%
BA	0,089	0,07	-21,35%
MG	0,04	0,047	17,50%
ES	0,029	0,036	24,14%
RJ	0,136	0,038	-72,06%
SP	0,069	0,094	36,23%
PR	0,08	0,045	-43,75%
SC	0,07	0,025	-64,29%
RS	0,062	0,099	59,68%
MS	0,073	0,089	21,92%
MT	0,044	0,138	213,64%
GO	0,042	0,051	21,43%
DF	0,041	0,136	231,71%

Fonte: POF/IBGE, 2018

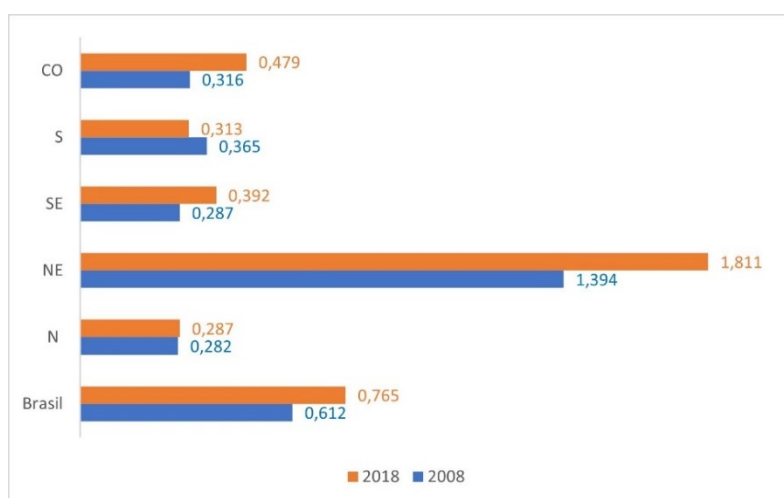
2.3.8. Flocos de Milho

A média nacional de aquisição anual domiciliar *per capita* de flocos de milho aumentou em 2017-2018 em relação a 2008-2009, de 0,61 kg, para 0,76 kg. Em todas as grandes regiões houve diminuição na aquisição no período considerado, sendo que a região Nordeste registra a maior média nacional, correspondente a 1,81 Kg (Gráfico 14). Observa-se que em todas as grandes regiões a aquisição é maior nos domicílios de classes de rendimentos mais altas, com destaque para a região Nordeste, em que domicílios com renda acima de 15 salários mínimos (Gráfico 15).

Conforme apresentado na Tabela 10, na maior parte dos estados houve grande variação na aquisição anual domiciliar *per capita* de 2017-2018 em relação a 2008-2009. Em 2017-2018, as maiores aquisições médias foram nos estados de Pernambuco (2,99 5Kg) e Paraíba (2,6 2kg).

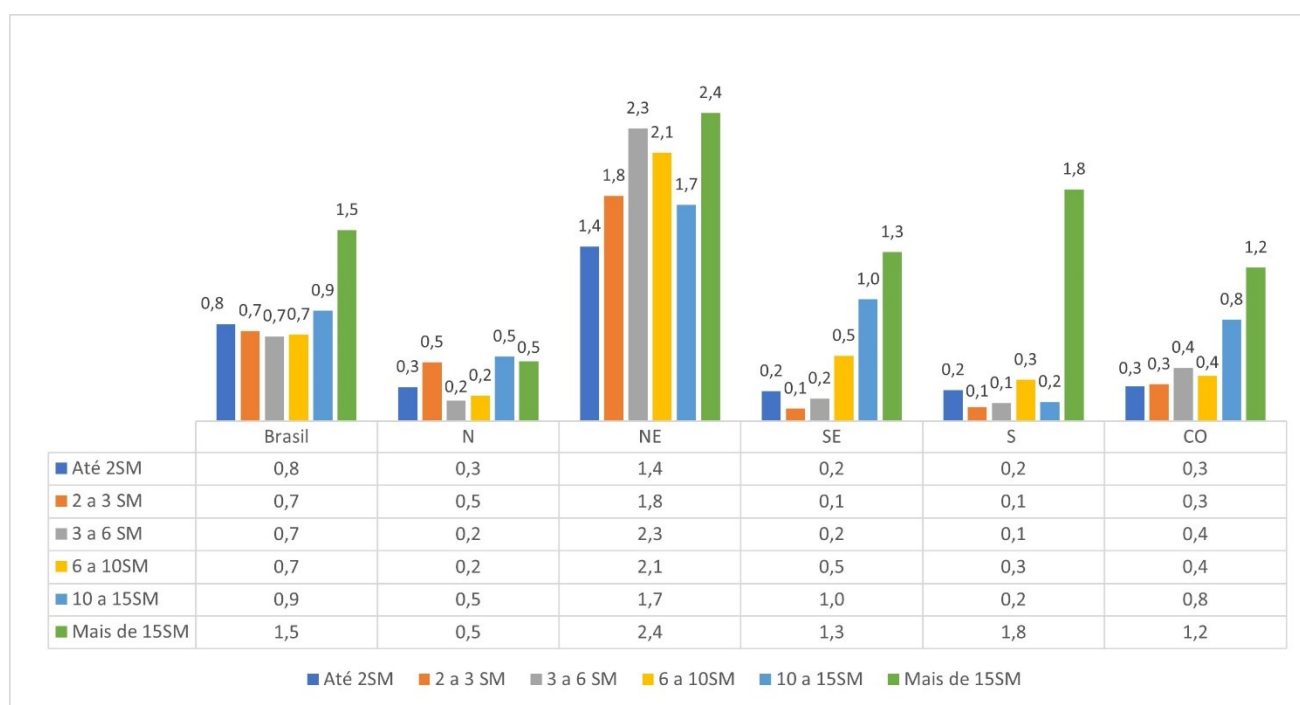
No Brasil, quando considerada a situação do domicílio, a aquisição foi maior nas áreas rurais, em 2002-2003, 2008-2009 e 2017-2018 (Tabela 1).

Gráfico 14: Aquisição domiciliar *per capita* anual de flocos de milho (Kg) por Grandes Regiões, 2008-2018



Fonte: POF/IBGE, 2018

Gráfico 15: Aquisição domiciliar *per capita* anual (Kg) de flocos de milho por classes de rendimentos segundo Grandes Regiões, 2018



Fonte: POF/IBGE, 2018

Tabela 10: Aquisição domiciliar *per capita* anual de flocos de milho (Kg) nos Estados. Brasil, período 2008-2018.

UF	2008	2018	Variação (%)
RO	0,332	0,131	-60,54%
AC	0,17	0,453	166,47%
AM	0,05	0,147	194,00%
RR	0,294	0,728	147,62%
PA	0,362	0,203	-43,92%
AP	0,069	0,083	20,29%
TO	0,538	1,147	113,20%
MA	0,938	1,481	57,89%
PI	1,636	1,561	-4,58%
CE	0,262	0,541	106,49%
RN	5,123	4,45	-13,14%
PB	2,427	2,596	6,96%
PE	1,453	2,992	105,92%
AL	2,202	1,755	-20,30%
SE	2,819	3,195	13,34%
BA	0,713	1,015	42,36%
MG	0,189	0,178	-5,82%
ES	0,253	0,123	-51,38%
RJ	0,071	0,314	342,25%
SP	0,42	0,543	29,29%
PR	0,334	0,569	70,36%
SC	0,468	0,227	-51,50%
RS	0,338	0,11	-67,46%
MS	0,121	0,219	80,99%
MT	0,425	0,094	-77,88%
GO	0,3	0,229	-23,67%
DF	0,404	1,736	329,70%

Fonte: POF/IBGE, 2018

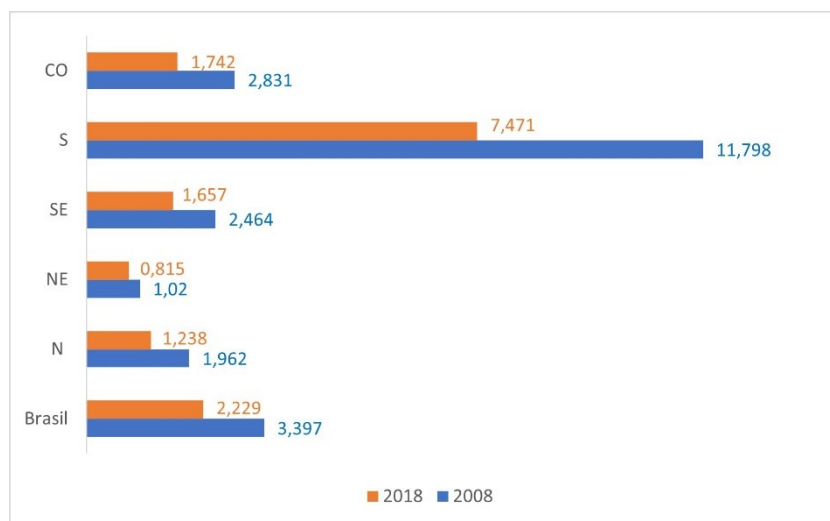
2.3.9. Farinha de Trigo

A média nacional de aquisição anual domiciliar *per capita* de farinha de trigo diminuiu em 2017-2018 em relação a 2008-2009, de 3,4 Kg, para 2,2 kg. Em todas as grandes regiões houve diminuição na aquisição no período considerado, sendo que a região Sul registra a maior média nacional, correspondente a 7,48 Kg (Gráfico 16). Observa-se que não há um padrão de aquisição entre as regiões segundo as classes de rendimentos, sendo que nas regiões Norte e Sul os domicílios com renda até 2 salários mínimos apresentaram aquisição *per capita* anual superior aos domicílios acima de 15 salários mínimos, enquanto nas demais regiões domicílios com rendimentos acima de 2 salários mínimos e até 15 salários mínimos apresentam melhor distribuição entre as classes (Gráfico 17).

Conforme apresentado na Tabela 11, com exceção do Amapá, todos os demais estados a aquisição anual domiciliar *per capita* de farinha de trigo diminuiu em 2017-2018 em relação a 2008-2009. Em 2017-2018, as maiores aquisições médias foram nos estados de Santa Catarina (10,67 Kg) e Rio Grande do Sul (7,72Kg).

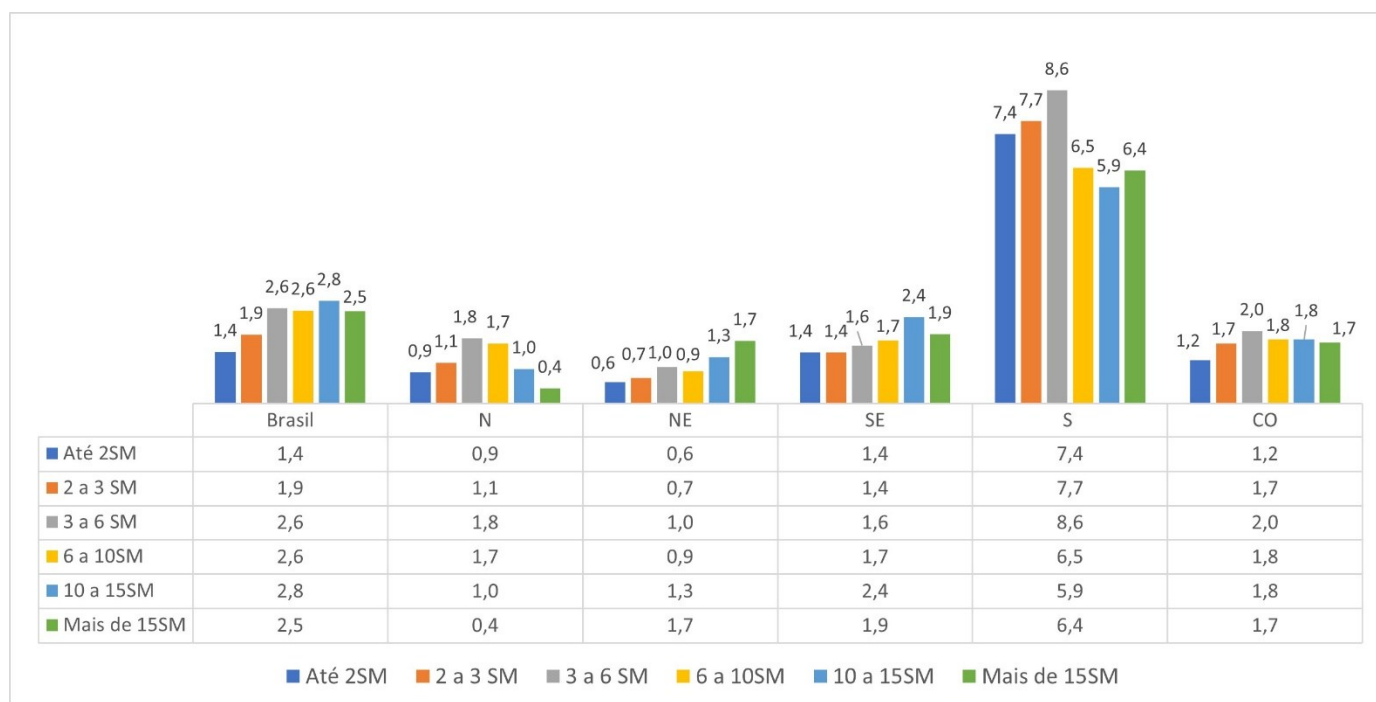
No Brasil, quando considerada a situação do domicílio, a aquisição foi maior nas áreas rurais, em 2002-2003, 2008-2009 e 2017-2018 (Tabela 1).

Gráfico 16: Aquisição domiciliar *per capita* anual de farinha de trigo (Kg) por Grandes Regiões, 2008-2018



Fonte: POF/IBGE, 2018

Gráfico 17: Aquisição domiciliar *per capita* anual (Kg) de farinha de trigo por classes de rendimentos segundo Grandes Regiões, 2018



Fonte: POF/IBGE, 2018

Tabela 11: Aquisição domiciliar *per capita* anual de farinha de trigo (Kg) nos Estados. Brasil, período 2008-2018.

UF	2008	2018	Variação (%)
RO	4,247	3,301	-22,27%
AC	1,207	0,894	-25,93%
AM	2,112	1,102	-47,82%
RR	1,433	1,399	-2,37%
PA	1,579	0,994	-37,05%
AP	0,513	1,51	194,35%
TO	2,347	0,577	-75,42%
MA	0,514	0,307	-40,27%
PI	0,632	0,495	-21,68%
CE	0,957	0,527	-44,93%
RN	1,094	1,022	-6,58%
PB	1,361	0,616	-54,74%
PE	1,158	0,968	-16,41%
AL	0,419	0,748	78,52%
SE	0,97	0,467	-51,86%
BA	1,315	1,277	-2,89%
MG	2,69	1,87	-30,48%
ES	4,684	2,102	-55,12%
RJ	1,813	1,425	-21,40%
SP	2,416	1,608	-33,44%
PR	11,349	5,23	-53,92%
SC	12,402	10,672	-13,95%
RS	11,897	7,722	-35,09%
MS	5,182	2,624	-49,36%
MT	4,298	2,196	-48,91%
GO	1,87	1,557	-16,74%
DF	1,111	0,857	-22,86%

Fonte: POF/IBGE, 2018

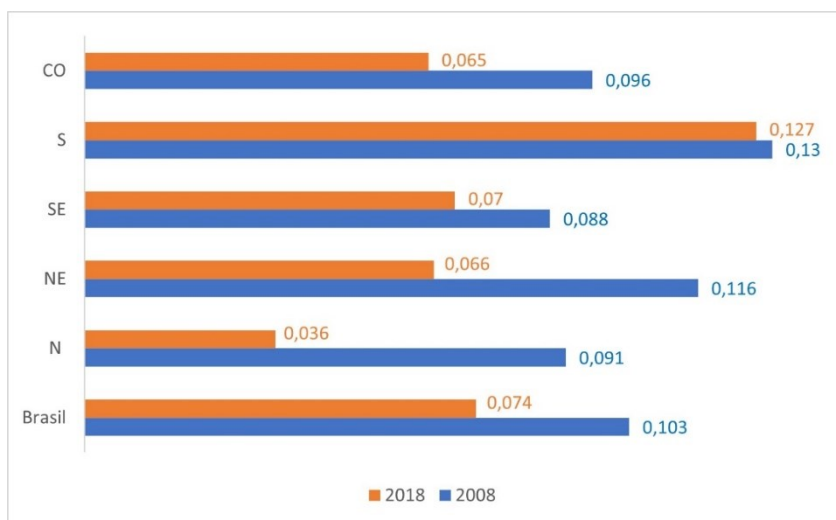
2.3.10. Amido de Milho

A média nacional de aquisição anual domiciliar *per capita* de amido de milho apresentou estabilidade em 2017-2018 em relação a 2008-2009, decaindo de 0,1 kg para 0,07 kg. Em todas as grandes regiões houve diminuição na aquisição no período considerado, sendo que a região Sul registra a maior média nacional, correspondente a 0,13 Kg (Gráfico 18). Observa-se que, embora a aquisição seja reduzida em todas as regiões e classes de rendimentos, a aquisição é sensivelmente maior em domicílios com rendimentos acima de 2 salários mínimos⁹ (Tabela 12).

Conforme apresentado na Tabela 13, na maior parte dos estados houve diminuição na aquisição em 2017-2018 em relação a 2008-2009.

No Brasil, quando considerada a situação do domicílio, a aquisição foi alta nas áreas rurais em 2002-2003 e 2008-2009, e maior nas áreas urbanas em 2017-2018 (Tabela 1).

⁹ Não foi apresentado gráfico para aquisição domiciliar *per capita* anual segundo classes de rendimentos em razão do consumo reduzido e da baixa variabilidade entre as classes.

Gráfico 18: Aquisição domiciliar *per capita* anual de amido de milho (Kg) por Grandes Regiões, 2008-2018

Fonte: POF/IBGE, 2018

Tabela 12: Aquisição domiciliar *per capita* anual (Kg) de amido de milho por classes de rendimentos segundo Grandes Regiões, 2018

	Até 2SM	2 a 3 SM	3 a 6 SM	6 a 10SM	10 a 15SM	Mais de 15SM
Brasil	0,044	0,068	0,076	0,065	0,122	0,149
Norte	0,03	0,039	0,04	0,017	0,064	0,105
Nordeste	0,06	0,075	0,051	0,085	0,085	0,134
Sudeste	0,024	0,07	0,072	0,039	0,114	0,163
Sul	0,051	0,082	0,135	0,121	0,227	0,199
Centro-Oeste	0,043	0,047	0,085	0,082	0,022	0,056

Fonte: POF/IBGE, 2018

Tabela 13: Aquisição domiciliar *per capita* anual de amido de milho (Kg) nos Estados. Brasil, período 2008-2018.

UF	2008	2018	Variação (%)
RO	0,156	0,078	-50,00%
AC	0,075	0,018	-76,00%
AM	0,124	0,036	-70,97%
RR	0,039	0,066	69,23%
PA	0,064	0,026	-59,38%
AP	0,008	0,063	687,50%
TO	0,145	0,036	-75,17%
MA	0,156	0,038	-75,64%
PI	0,103	0,072	-30,10%
CE	0,138	0,052	-62,32%
RN	0,178	0,057	-67,98%
PB	0,134	0,093	-30,60%
PE	0,104	0,074	-28,85%
AL	0,162	0,105	-35,19%
SE	0,092	0,057	-38,04%
BA	0,071	0,068	-4,23%
MG	0,127	0,05	-60,63%
ES	0,048	0,09	87,50%
RJ	0,076	0,067	-11,84%
SP	0,077	0,078	1,30%
PR	0,135	0,091	-32,59%
SC	0,189	0,203	7,41%
RS	0,092	0,116	26,09%
MS	0,105	0,064	-39,05%
MT	0,069	0,093	34,78%
GO	0,111	0,067	-39,64%
DF	0,088	0,029	-67,05%

Fonte: POF/IBGE, 2018

2.3.11. Creme de Arroz

A média nacional de aquisição anual domiciliar *per capita* de creme de arroz apresentou estabilidade em 2017-2018 em relação a 2008-2009, equivalente a 0,13 kg. Nas regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste houve um pequeno crescimento, e nas regiões Nordeste e Sul uma sensível diminuição. A região Nordeste registra a maior média nacional, correspondente a 0,26 Kg (Gráfico 19). Observa-se que, embora a aquisição seja reduzida em todas as regiões e classes de rendimentos, a aquisição é sensivelmente maior em domicílios com rendimentos de 10 a 15 salários mínimos nas regiões Norte Sudeste e Centro-Oeste, na região Nordeste, em domicílios com até 6 salários mínimos e na região Sul, de 6 a 10 salários mínimos¹⁰ (Tabela 14).

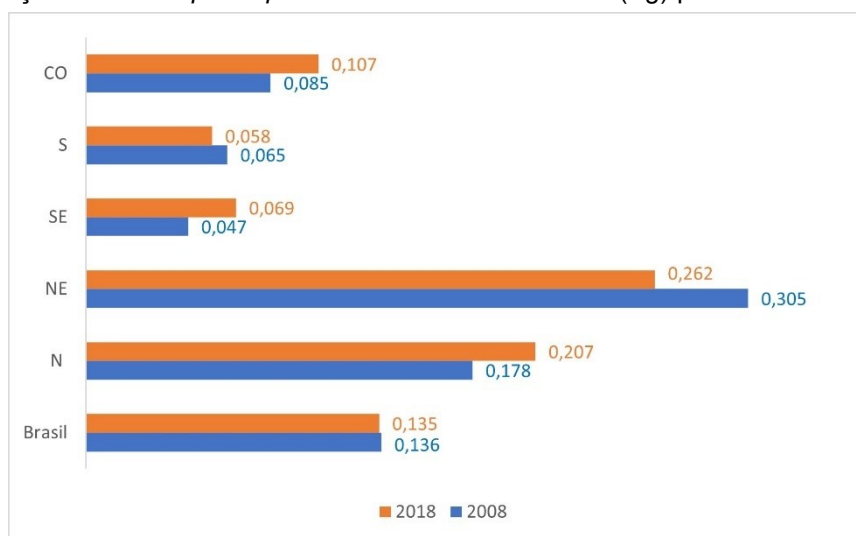
Conforme apresentado na Tabela 15, na maior parte dos estados houve variação

¹⁰ Não foi apresentado gráfico para aquisição domiciliar *per capita* anual segundo classes de rendimentos em razão do consumo reduzido e da baixa variabilidade entre as classes.

positiva na aquisição em 2017-2018 em relação a 2008-2009.

No Brasil, a aquisição foi alta nas áreas rurais em 2002-2003; em 2008-2009 e 2017-2018 houve equilíbrio entre áreas urbanas e rurais (Tabela 1).

Gráfico 19: Aquisição domiciliar *per capita* anual de creme de arroz (Kg) por Grandes Regiões, 2008-2018



Fonte: POF/IBGE, 2018

Tabela 14: Aquisição domiciliar *per capita* anual (Kg) de creme de arroz por classes de rendimentos segundo Grandes Regiões, 2018

	Até 2SM	2 a 3 SM	3 a 6 SM	6 a 10SM	10 a 15SM	Mais de 15SM
Brasil	0,189	0,138	0,137	0,092	0,111	0,053
Norte	0,258	0,195	0,195	0,12	0,197	0,059
Nordeste	0,265	0,248	0,272	0,32	0,171	0,182
Sudeste	0,069	0,044	0,1	0,033	0,104	0,028
Sul	0,077	0,043	0,053	0,075	0,051	0,046
Centro-Oeste	0,112	0,201	0,089	0,076	0,154	0,035

Fonte: POF/IBGE, 2018

Tabela 15: Aquisição domiciliar *per capita* anual de creme de arroz (Kg) nos Estados. Brasil, período 2008-2018.

UF	2008	2018	Variação (%)
RO	0,049	0,053	8,16%
AC	0,087	0,119	36,78%
AM	0,247	0,218	-11,74%
RR	0,146	0,183	25,34%
PA	0,191	0,259	35,60%
AP	0,144	0,262	81,94%
TO	0,15	0,098	-34,67%
MA	0,278	0,214	-23,02%
PI	0,344	0,382	11,05%
CE	0,395	0,241	-38,99%
RN	0,208	0,263	26,44%
PB	0,436	0,13	-70,18%
PE	0,279	0,312	11,83%
AL	0,204	0,158	-22,55%
SE	0,349	0,247	-29,23%
BA	0,274	0,3	9,49%
MG	0,055	0,065	18,18%
ES	0,114	0,089	-21,93%
RJ	0,071	0,068	-4,23%
SP	0,029	0,069	137,93%
PR	0,049	0,051	4,08%
SC	0,12	0,078	-35,00%
RS	0,049	0,054	10,20%
MS	0,095	0,062	-34,74%
MT	0,137	0,106	-22,63%
GO	0,064	0,123	92,19%
DF	0,062	0,112	80,65%

Fonte: POF/IBGE, 2018

2.3.12. Fubá de Milho

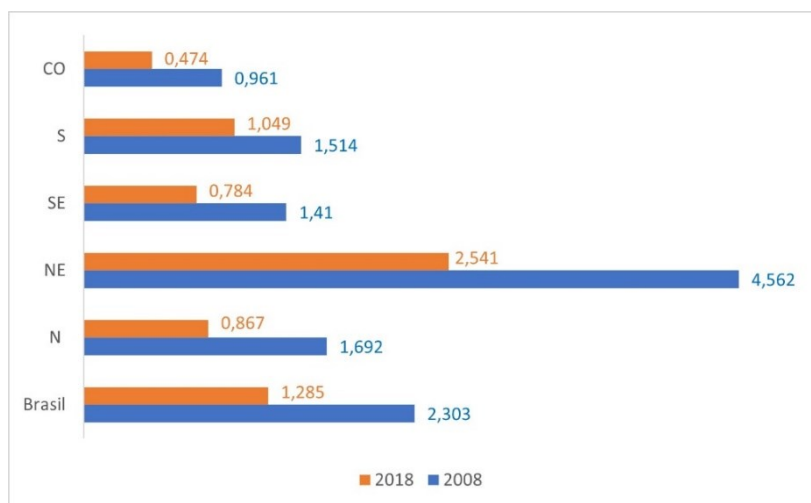
A média nacional de aquisição anual domiciliar *per capita* de fubá de milho diminuiu em 2017-2018 em relação a 2008-2009, de 2,3 kg, para 1,28kg. Em todas as grandes regiões houve diminuição na aquisição no período considerado, sendo que a região Nordeste registra a maior média nacional, correspondente a 2,54 Kg (Gráfico 20). Observa-se que em todas as grandes regiões a aquisição é maior nos domicílios de classes de rendimentos mais baixas, com destaque para a região Nordeste, em que domicílios com renda até 2 salários mínimos apresentaram aquisição *per capita* anual de 3,5 Kg, enquanto os domicílios com renda acima de 15 salários mínimos registraram o correspondente a 0,7 Kg (Gráfico 21).

Conforme apresentado na Tabela 2, como exceção de Amapá e Roraima, em todos os demais estados a aquisição anual domiciliar *per capita* diminuiu em 2017-2018 em relação a 2008-2009. Em 2017-2018, as maiores aquisições médias foram nos estados de Alagoas (5,12 Kg), Piauí (5,07 kg) e Roraima (4,61 Kg).

No Brasil, quando considerada a situação do domicílio, a aquisição foi maior nas áreas

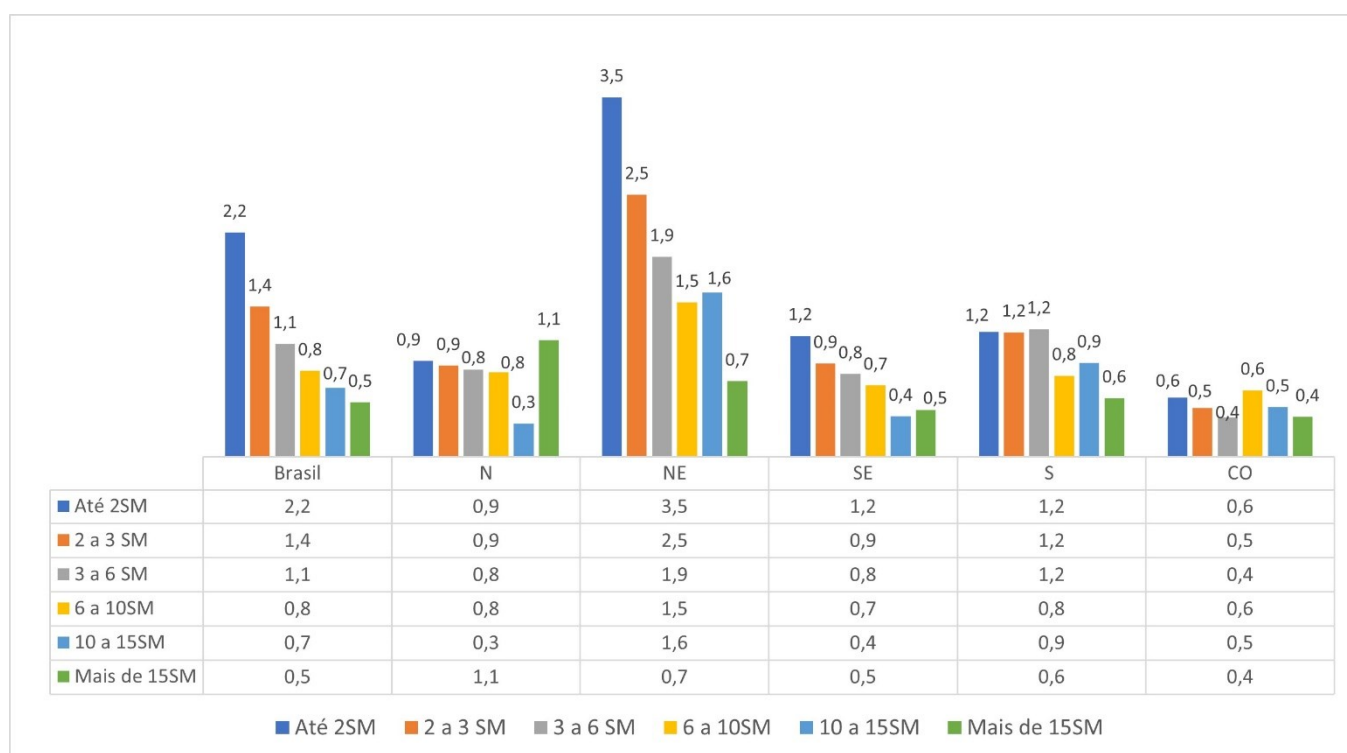
rurais, em 2002-2003, 2008-2009 e 2017-2018 (Tabela 1).

Gráfico 20: Aquisição domiciliar *per capita* anual de fubá de milho (Kg) por Grandes Regiões, 2008-2018



Fonte: POF/IBGE, 2018

Gráfico 21: Aquisição domiciliar *per capita* anual (Kg) de fubá de milho por classes de rendimentos segundo Grandes Regiões, 2018



Fonte: POF/IBGE, 2018

Tabela 16: Aquisição domiciliar *per capita* anual de fubá de milho (Kg) nos Estados. Brasil, período 2008-2018.

UF	2008	2018	Variação (%)
RO	1,261	1,146	-9,12%
AC	0,748	0,687	-8,16%
AM	2,94	0,946	-67,82%
RR	2,635	4,612	75,03%
PA	1,214	0,645	-46,87%
AP	0,588	0,906	54,08%
TO	2,367	0,414	-82,51%
MA	2,58	1,256	-51,32%
PI	5,851	5,075	-13,26%
CE	1,879	1,376	-26,77%
RN	3,15	2,193	-30,38%
PB	6,867	2,548	-62,90%
PE	9,226	4,062	-55,97%
AL	5,452	5,128	-5,94%
SE	9,126	3,233	-64,57%
BA	2,791	1,727	-38,12%
MG	2,924	1,212	-58,55%
ES	1,495	0,723	-51,64%
RJ	0,985	0,756	-23,25%
SP	0,828	0,603	-27,17%
PR	1,608	0,973	-39,49%
SC	1,542	1,5	-2,72%
RS	1,405	0,845	-39,86%
MS	0,692	0,564	-18,50%
MT	0,821	0,462	-43,73%
GO	1,293	0,448	-65,35%
DF	0,609	0,467	-23,32%

Fonte: POF/IBGE, 2018

2.3.13. Macarrão

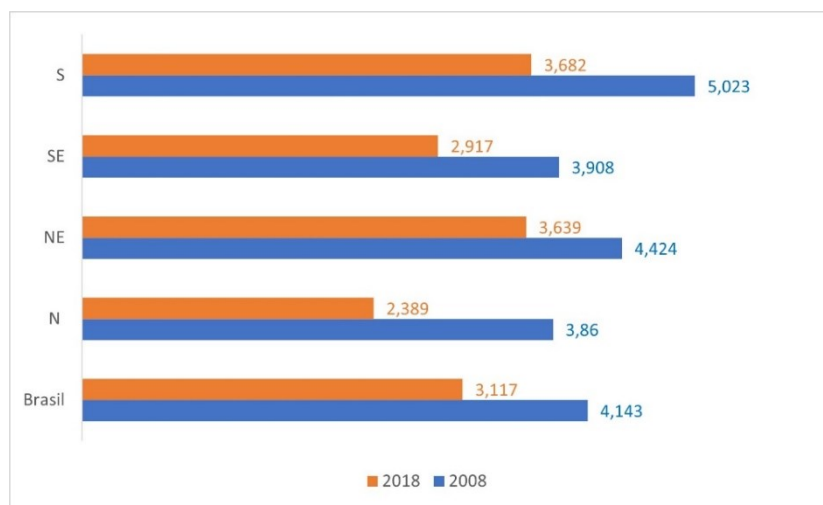
A média nacional de aquisição anual domiciliar *per capita* de macarrão diminuiu em 2017-2018 em relação a 2008-2009, de 4,14 kg, para 3,12 kg. Em todas as grandes regiões houve diminuição na aquisição no período considerado, sendo que a região Sul registra a maior média nacional, correspondente a 3,68 Kg (Gráfico 22). Observa-se que nas regiões Nordeste, Sul e Centro-Oeste a aquisição é maior nos domicílios de classes de rendimentos de 2 a 3 salários mínimos e relativamente bem distribuído entre as classes de rendimentos, enquanto no Sudeste as maiores médias correspondem às classes de rendimentos de até 2 salários mínimos e acima de 15 salários mínimos, e na região Norte as maiores médias correspondem às classes de 6 a 10 salários mínimos e acima de 15 salários mínimos (Gráfico 23).

Como mostra a Tabela 17, com exceção do Amapá, Roraima e Maranhão, em todos os demais estados a aquisição anual domiciliar *per capita* diminuiu em 2017-2018 em relação a 2008-2009. Em 2017-2018, as maiores aquisições médias foram nos estados do Rio Grande

do Norte (5,45 Kg), Pernambuco (4,81 Kg) e Santa Catarina (4,14 Kg).

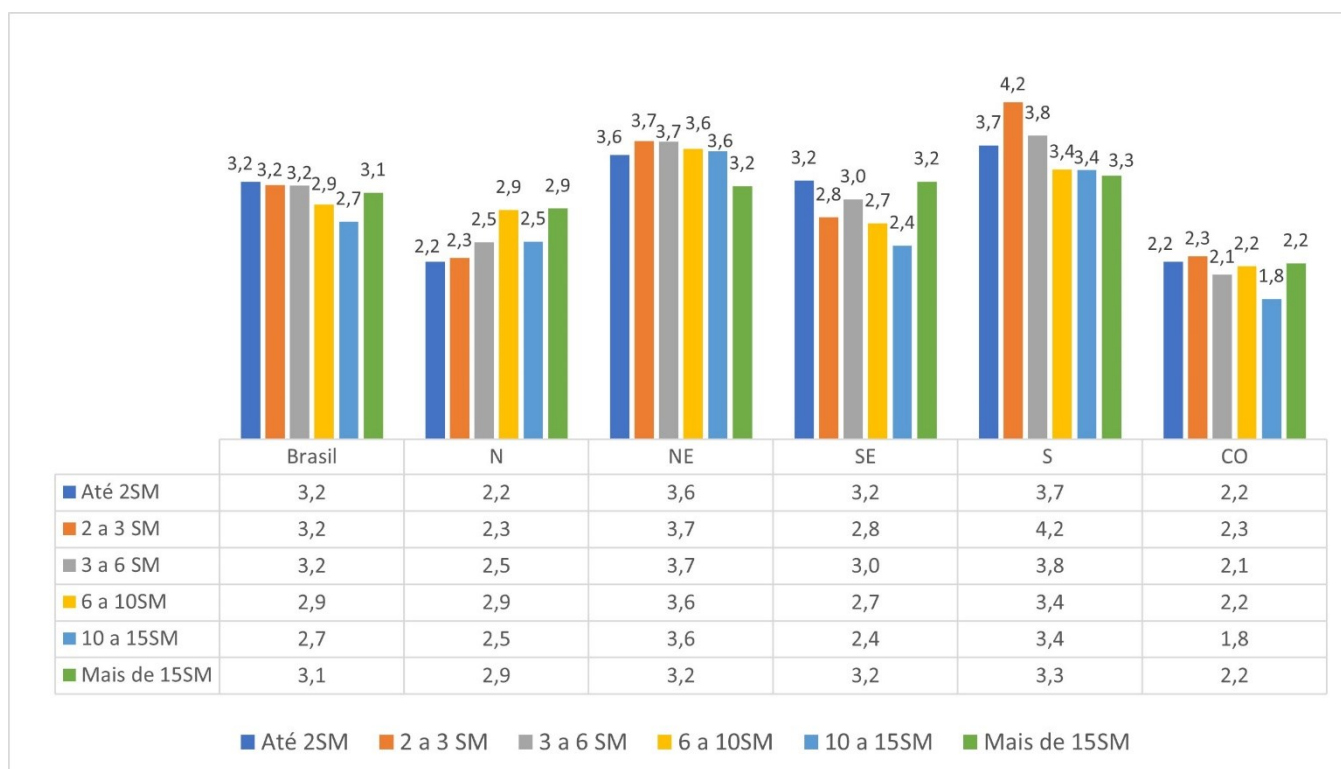
No Brasil, quando considerada a situação do domicílio, a aquisição foi sensivelmente maior nas áreas rurais, em 2002-2003, 2008-2009 e 2017-2018 (Tabela 1).

Gráfico 22: Aquisição domiciliar *per capita* anual de macarrão (Kg) por Grandes Regiões, 2008-2018



Fonte: POF/IBGE, 2018

Gráfico 23: Aquisição domiciliar *per capita* anual (Kg) de macarrão por classes de rendimentos segundo Grandes Regiões, 2018



Fonte: POF/IBGE, 2018

Tabela 17: Aquisição domiciliar *per capita* anual de macarrão (Kg) nos Estados. Brasil, período 2008-2018.

UF	2008	2018	Variação (%)
RO	2,696	1,461	-45,81%
AC	2,251	1,956	-13,11%
AM	5,761	2,945	-48,88%
RR	2,326	2,651	13,97%
PA	3,743	2,429	-35,11%
AP	2,627	4,042	53,86%
TO	2,859	1,085	-62,05%
MA	1,602	1,709	6,68%
PI	2,394	1,925	-19,59%
CE	5,589	4,23	-24,32%
RN	7,543	5,455	-27,68%
PB	7,331	4,83	-34,12%
PE	5,153	4,817	-6,52%
AL	3,788	3,485	-8,00%
SE	3,446	2,729	-20,81%
BA	3,828	3,243	-15,28%
MG	4,272	2,929	-31,44%
ES	4,366	2,66	-39,07%
RJ	4,403	3,226	-26,73%
SP	3,503	2,817	-19,58%
PR	4,883	3,681	-24,62%
SC	4,602	4,137	-10,10%
RS	5,395	3,399	-37,00%
MS	3,59	2,693	-24,99%
MT	2,525	1,242	-50,81%
GO	2,7	2,142	-20,67%
DF	3,526	1,749	-50,40%

Fonte: POF/IBGE, 2018

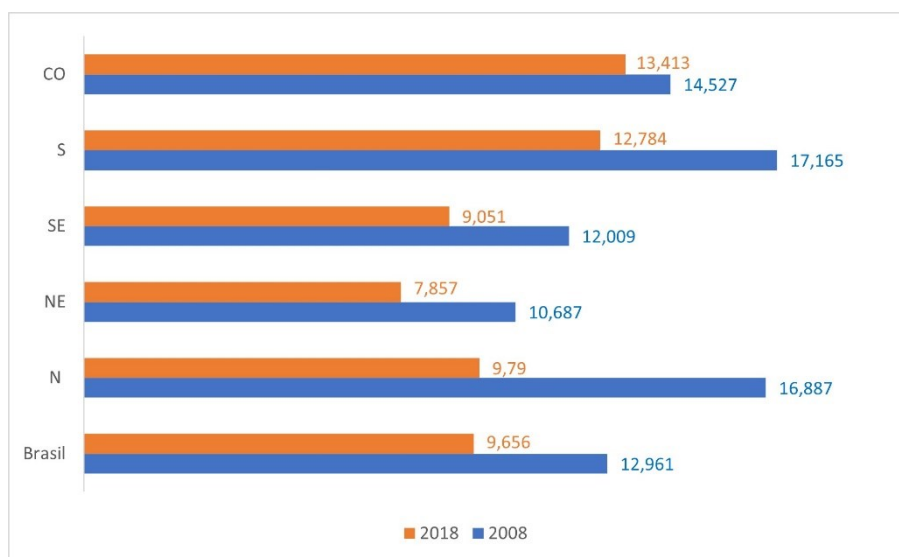
2.3.14. Carnes Bovinas

A média nacional de aquisição anual domiciliar *per capita* de carne bovina diminuiu em 2017-2018 em relação a 2008-2009, de 12,96 kg, para 9,66 kg. Em todas as grandes regiões houve diminuição na aquisição no período considerado, sendo que a região Centro-Oeste registra a maior média nacional, correspondente a 13,41 Kg (Gráfico 24). Observa-se que em todas as grandes regiões a aquisição é maior nos domicílios de classes de rendimentos mais altas, apresentando grande desigualdade entre as classes de rendimentos, com destaque para a região Centro-Oeste, em que domicílios com renda acima de 15 salários mínimos apresentaram aquisição *per capita* anual de 24,65 Kg, enquanto os domicílios com renda até 2 salários mínimos registraram o correspondente a 9,2 Kg (Gráfico 25).

Conforme apresentado na Tabela 18, em todos os estados a aquisição anual domiciliar *per capita* diminuiu em 2017-2018 em relação a 2008-2009. Em 2017-2018, as maiores aquisições médias foram nos estados do Mato Grosso do Sul (16,6 Kg), Rio Grande do Sul (15 Kg) e Goiás (14,8 Kg).

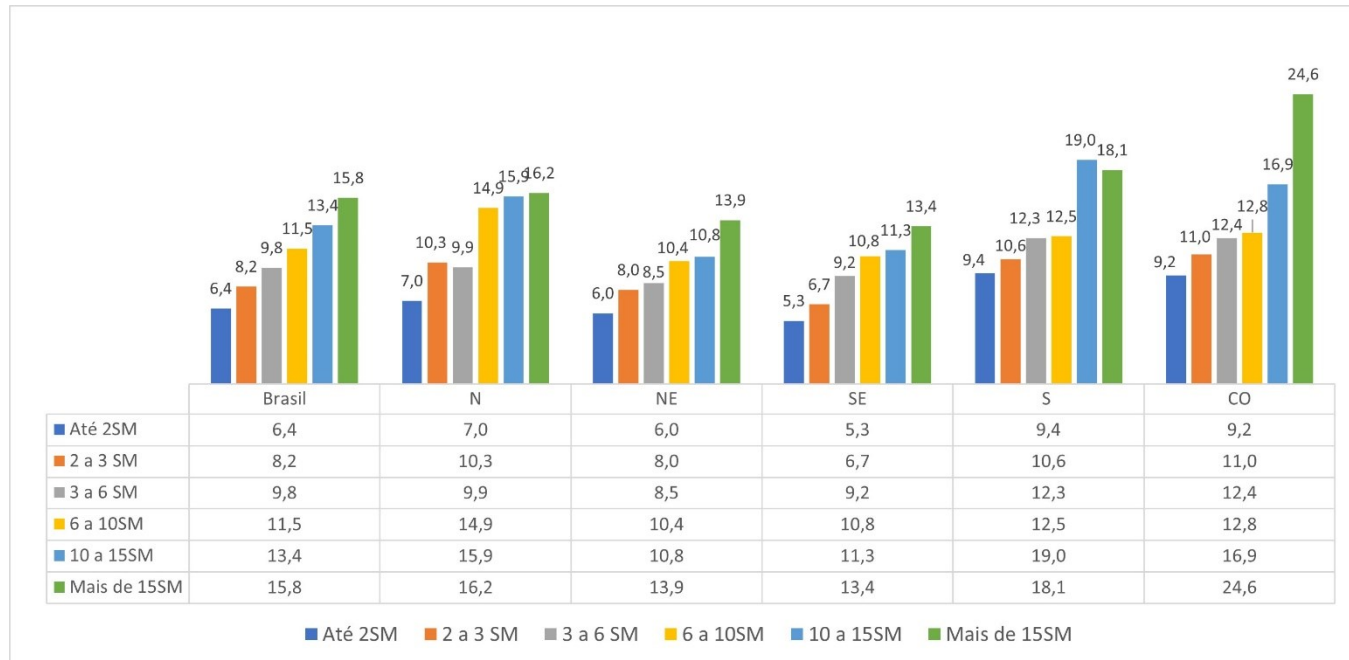
No Brasil, quando considerada a situação do domicílio, a aquisição foi maior nas áreas urbanas, nas edições de 2002-2003, 2008-2009 e 2017-2018 (Tabela 1).

Gráfico 24: Aquisição domiciliar *per capita* anual de carnes bovinas (Kg) por Grandes Regiões, 2008-2018



Fonte: POF/IBGE, 2018

Gráfico 25: Aquisição domiciliar *per capita* anual (Kg) de carnes bovinas por classes de rendimentos segundo Grandes Regiões, 2018



Fonte: POF/IBGE, 2018

Tabela 18: Aquisição domiciliar *per capita* anual de carnes bovinas (Kg) nos Estados. Brasil, período 2008-2018.

UF	2008	2018	Variação (%)
RO	16,046	8,178	-49,03%
AC	18,673	12,029	-35,58%
AM	12,839	6,969	-45,72%
RR	10,747	9,417	-12,38%
PA	18,593	11,134	-40,12%
AP	14,854	10,139	-31,74%
TO	20,803	10,09	-51,50%
MA	12,544	9,577	-23,65%
PI	14,546	10,353	-28,83%
CE	8,479	5,618	-33,74%
RN	9,573	5,9	-38,37%
PB	8,11	5,847	-27,90%
PE	8,106	6,501	-19,80%
AL	6,205	3,906	-37,05%
SE	15,542	10,62	-31,67%
BA	13,08	10,186	-22,13%
MG	10,382	7,325	-29,45%
ES	8,949	6,342	-29,13%
RJ	12,058	8,859	-26,53%
SP	13,044	10,158	-22,13%
PR	13,844	11,161	-19,38%
SC	18,005	11,781	-34,57%
RS	19,94	15,034	-24,60%
MS	17,203	16,66	-3,16%
MT	14,377	12,341	-14,16%
GO	15,22	14,77	-2,96%
DF	10,587	8,543	-19,31%

Fonte: POF/IBGE, 2018

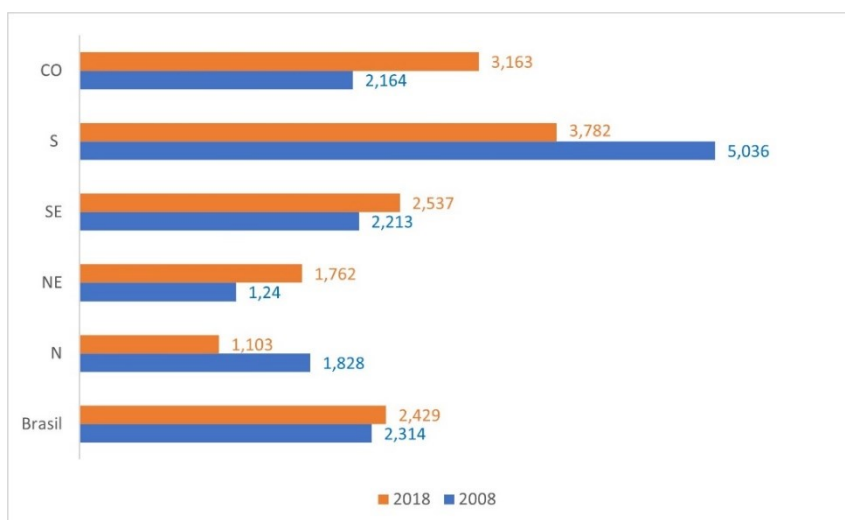
2.3.15. Carnes Suínas

A média nacional de aquisição anual domiciliar *per capita* de carnes suínas aumentou em 2017-2018 em relação a 2008-2009, de 2,31 kg, para 2,43 kg. Nas regiões Nordeste, Sudeste e Centro-oeste houve aumento na aquisição no período considerado, e as regiões Norte e Sul apresentaram diminuição. A região Sul registra a maior média nacional, correspondente a 3,78 Kg (Gráfico 26). Observa-se que em todas as grandes regiões a aquisição é maior nos domicílios de classes de rendimentos de 10 a 15 salários mínimos (Gráfico 27).

Conforme apresentado na Tabela 19, a maior parcela dos estados apresentaram variação positiva na aquisição anual domiciliar *per capita* em 2017-2018 em relação a 2008-2009. Em 2017-2018, as maiores aquisições médias foram nos estados de Minas Gerais e Paraná (4,4 Kg)

No Brasil, a aquisição foi consideravelmente maior nas áreas rurais, nas edições de 2002-2003, 2008-2009 e 2017-2018 (Tabela 1).

Gráfico 26: Aquisição domiciliar *per capita* anual de carnes suínas (Kg) por Grandes Regiões, 2008-2018



Fonte: POF/IBGE, 2018

Gráfico 27: Aquisição domiciliar *per capita* anual (Kg) de carnes suínas por classes de rendimentos segundo Grandes Regiões, 2018



Fonte: POF/IBGE, 2018

Tabela 19: Aquisição domiciliar *per capita* anual de carnes suínas (Kg) nos Estados. Brasil, período 2008-2018.

UF	2008	2018	Variação (%)
RO	2,696	1,565	-41,95%
AC	3,548	1,424	-59,86%
AM	0,458	0,704	53,71%
RR	0,958	0,432	-54,91%
PA	2,04	1,105	-45,83%
AP	2,106	2,306	9,50%
TO	2,431	0,985	-59,48%
MA	1,404	2,474	76,21%
PI	3,739	4,081	9,15%
CE	2,253	2,52	11,85%
RN	0,891	1,256	40,97%
PB	0,495	1,716	246,67%
PE	0,572	0,611	6,82%
AL	0,929	1,171	26,05%
SE	1,009	1,168	15,76%
BA	0,808	1,537	90,22%
MG	3,196	4,384	37,17%
ES	2,887	2,538	-12,09%
RJ	1,469	1,62	10,28%
SP	1,963	2,03	3,41%
PR	6,381	4,356	-31,73%
SC	5,338	3,953	-25,95%
RS	3,551	3,102	-12,64%
MS	1,928	2,177	12,91%
MT	4,387	4,063	-7,39%
GO	1,841	3,563	93,54%
DF	0,486	2,096	331,28%

Fonte: POF/IBGE, 2018

2.3.16. Aves

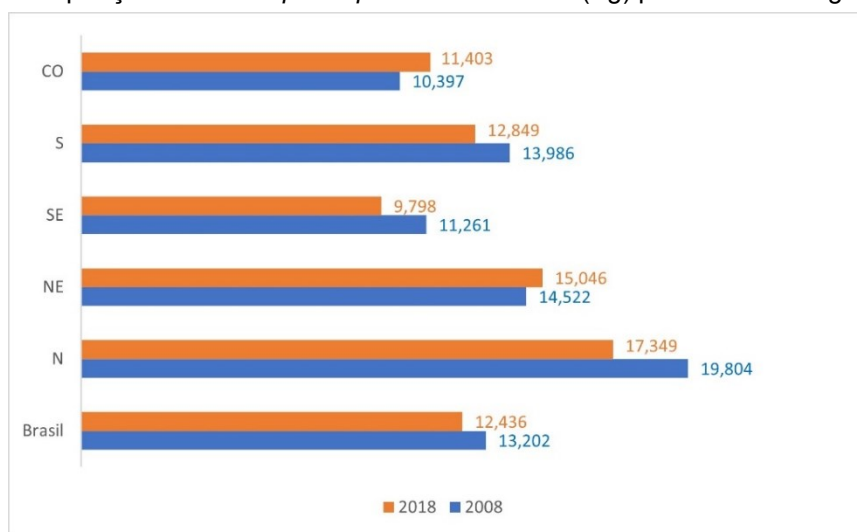
A média nacional de aquisição anual domiciliar *per capita* de aves diminuiu em 2017-2018 em relação a 2008-2009, de 13,2 kg, para 12,4 kg. Com exceção da região Centro-Oeste, em todas as demais regiões houve diminuição na aquisição no período considerado, sendo que a região Norte registra a maior média nacional, correspondente a 17,3 Kg (Gráfico 28). Observa-se que, exceto pela região Norte, nas demais regiões a aquisição é maior nos domicílios de classes de rendimentos mais altas, com destaque para a região Centro-Oeste, em que domicílios com renda acima de 15 salários mínimos apresentaram aquisição *per capita* anual de 20,8 Kg, enquanto os domicílios com renda até 2 salários mínimos registraram o correspondente a 8,2 Kg (Gráfico 29).

Conforme apresentado na Tabela 20, na maior parcela dos estados a aquisição anual domiciliar *per capita* de arroz apresentou variação negativa em 2017-2018 em relação a 2008-2009. Em 2017-2018, as maiores aquisições médias foram nos estados do Amapá (27,5Kg),

Amazonas (22,3Kg) e Piauí (18,2 Kg).

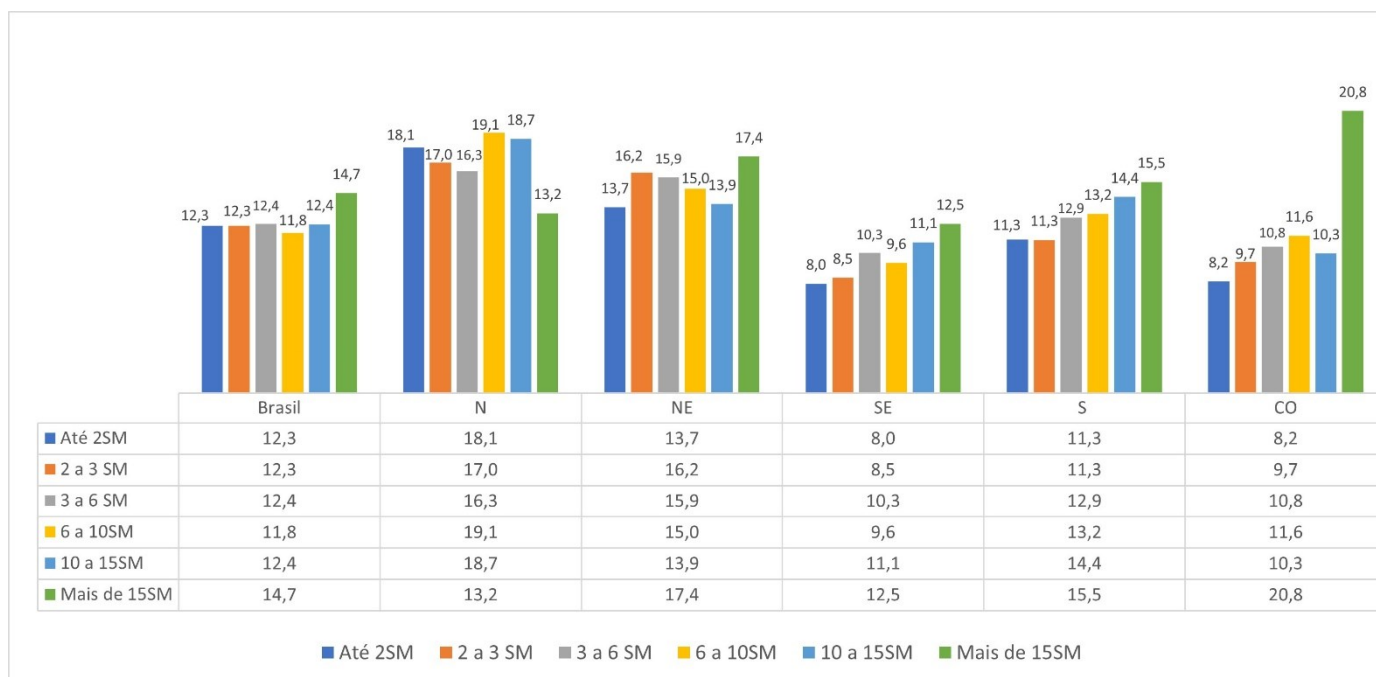
No Brasil, a aquisição foi equilibrada entre áreas urbanas e rurais em 2002-2003 e 2008-2009, e maior nas áreas rurais, em 2017-2018 (Tabela 1).

Gráfico 28: Aquisição domiciliar *per capita* anual de aves (Kg) por Grandes Regiões, 2008-2018



Fonte: POF/IBGE, 2018

Gráfico 29: Aquisição domiciliar *per capita* anual (Kg) de aves por classes de rendimentos segundo Grandes Regiões, 2018



Fonte: POF/IBGE, 2018

Tabela 20: Aquisição domiciliar *per capita* anual de aves (Kg) nos Estados. Brasil, período 2008-2018.

UF	2008	2018	Variação (%)
RO	12,845	9,805	-23,67%
AC	10,548	15,289	44,95%
AM	24,171	22,286	-7,80%
RR	10,525	13,932	32,37%
PA	21,296	18,253	-14,29%
AP	27,601	27,535	-0,24%
TO	12,228	5,261	-56,98%
MA	12,239	15,219	24,35%
PI	17,435	18,184	4,30%
CE	17,076	18,031	5,59%
RN	16,924	16,138	-4,64%
PB	14,505	14,008	-3,43%
PE	14,966	13,845	-7,49%
AL	11,858	14,213	19,86%
SE	17,166	17,459	1,71%
BA	12,836	13,047	1,64%
MG	11,178	10,378	-7,16%
ES	10,836	8,485	-21,70%
RJ	13,403	10,998	-17,94%
SP	10,513	9,191	-12,57%
PR	11,877	9,846	-17,10%
SC	13,965	13,961	-0,03%
RS	16,06	15,163	-5,59%
MS	9,796	9,659	-1,40%
MT	9,368	8,585	-8,36%
GO	10,143	14,031	38,33%
DF	12,773	10,071	-21,15%

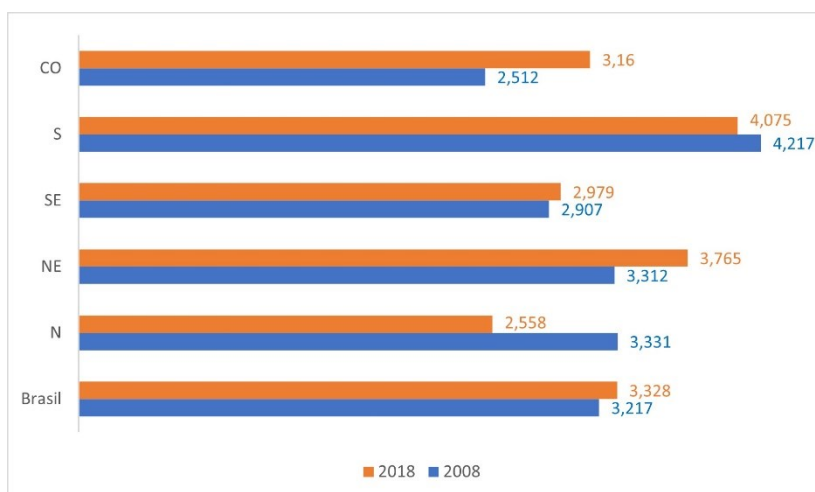
Fonte: POF/IBGE, 2018

2.3.17. Ovos

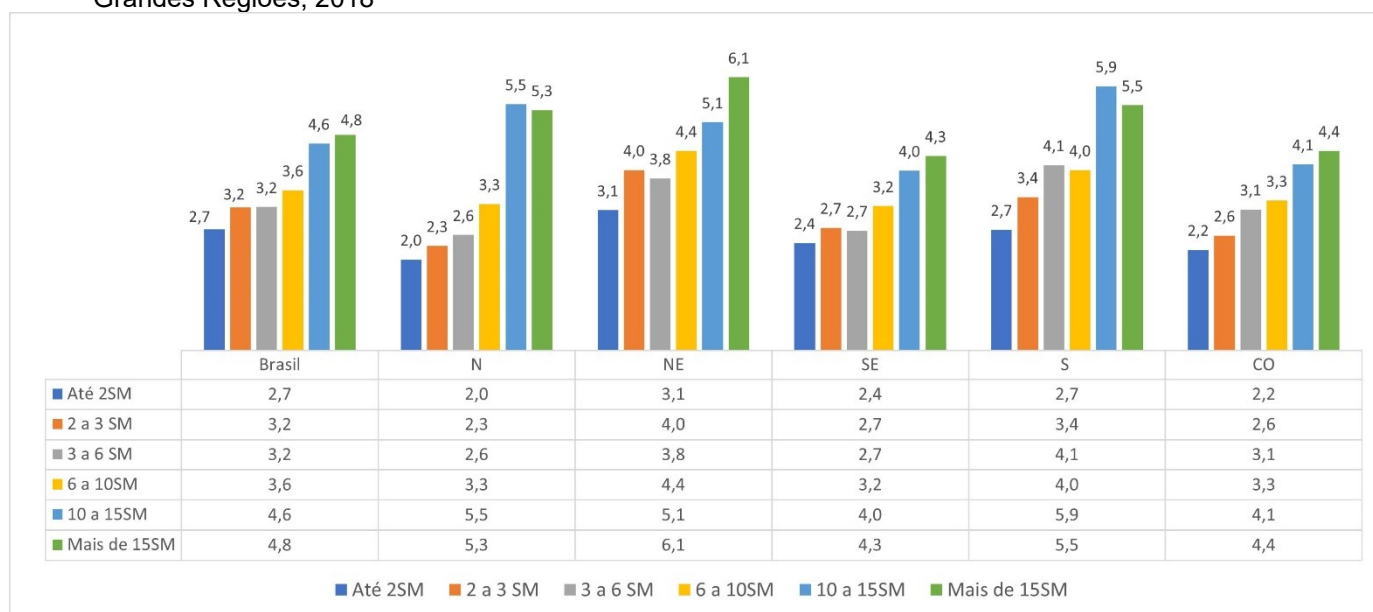
A média nacional de aquisição anual domiciliar *per capita* de ovos aumentou em 2017-2018 em relação a 2008-2009, de 3,22 Kg, para 3,33 kg. Com exceção da região Sul, nas demais regiões houve aumento na aquisição no período considerado, sendo que a região Sul registra a maior média nacional, correspondente a 4,1 Kg (Gráfico 30). Observa-se que em todas as regiões a aquisição é maior nos domicílios de classes de rendimentos mais altos, com destaque para a região Nordeste, em que domicílios com renda acima de 15 salários mínimos apresentaram aquisição *per capita* anual de 6,1 Kg, enquanto os domicílios com renda até 2 salários mínimos registraram o correspondente a 3,1 Kg (Gráfico 31).

Conforme apresentado na Tabela 21, na maior parte dos estados a aquisição anual domiciliar *per capita* de apresentou variação positiva em 2017-2018 em relação a 2008-2009. Em 2017-2018, as maiores aquisições médias foram nos estados de Alagoas (4,58 Kg), Rio Grande do Norte e Santa Catarina (4,51 Kg).

No Brasil, quando considerada a situação do domicílio, a aquisição foi maior nas áreas rurais, em 2002-2003, 2008-2009 e 2017-2018 (Tabela 1).

Gráfico 30: Aquisição domiciliar *per capita* anual de ovos (Kg) por Grandes Regiões, 2008-2018

Fonte: POF/IBGE, 2018

Gráfico 31: Aquisição domiciliar *per capita* anual (Kg) de ovos por classes de rendimentos segundo Grandes Regiões, 2018

Fonte: POF/IBGE, 2018

Tabela 21: Aquisição domiciliar *per capita* anual de ovos (Kg) nos Estados. Brasil, período 2008-2018.

UF	2008	2018	Variação (%)
RO	3,377	2,044	-39,47%
AC	2,219	2,581	16,31%
AM	3,489	2,871	-17,71%
RR	1,418	2,872	102,54%
PA	3,584	2,657	-25,86%
AP	2,48	3,592	44,84%
TO	3,057	1,143	-62,61%
MA	1,837	2,101	14,37%
PI	2,899	3,494	20,52%
CE	3,285	3,851	17,23%
RN	4,462	4,507	1,01%
PB	2,953	2,943	-0,34%
PE	3,467	4,322	24,66%
AL	3,075	4,578	48,88%
SE	4,047	4,028	-0,47%
BA	3,767	4,026	6,88%
MG	2,656	3,079	15,93%
ES	2,465	2,291	-7,06%
RJ	3,436	3,091	-10,04%
SP	2,864	2,95	3,00%
PR	3,885	3,039	-21,78%
SC	4,278	4,506	5,33%
RS	4,507	4,843	7,46%
MS	3,143	3,197	1,72%
MT	2,66	4,057	52,52%
GO	2,145	2,828	31,84%
DF	2,594	2,875	10,83%

Fonte: POF/IBGE, 2018

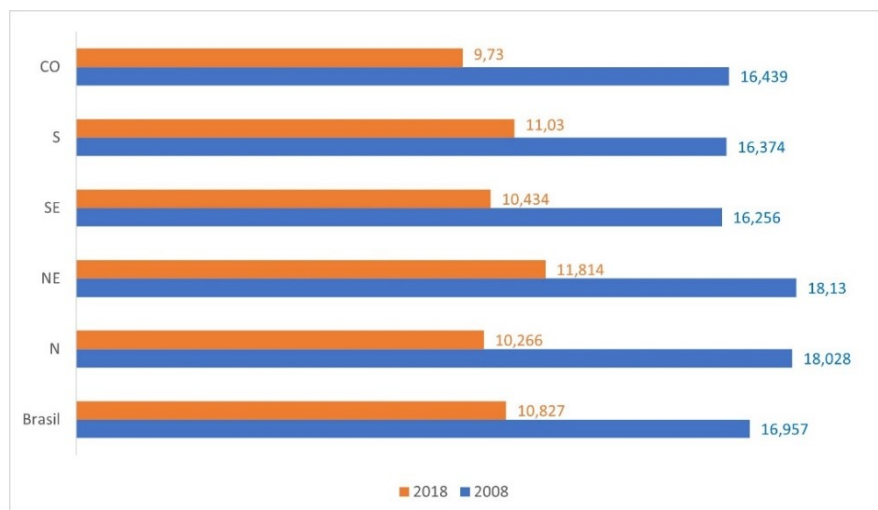
2.3.18. Açúcar

A média nacional de aquisição anual domiciliar *per capita* de açúcar diminuiu em 2017-2018 em relação a 2008-2009, de 16,95 kg, para 10,83kg. Em todas as grandes regiões houve diminuição na aquisição no período considerado, sendo que a região Nordeste registra a maior média nacional, correspondente a 11,81 Kg (Gráfico 32). Observa-se que, com exceção da região Norte, nas demais regiões a aquisição é maior nos domicílios de classes de rendimentos mais baixas, com destaque para a região Sul, em que domicílios com renda entre 2 a 3 salários mínimos apresentaram aquisição *per capita* anual de 12,8 Kg, enquanto os domicílios com renda acima de 15 salários mínimos registraram o correspondente a 8,4 Kg. Na região Norte, a maior média corresponde aos domicílios com rendimentos entre 6 a 10 salários mínimos (Gráfico 33).

Conforme apresentado na Tabela 22, em todos os estados a aquisição anual domiciliar *per capita* diminuiu em 2017-2018 em relação a 2008-2009. Em 2017-2018, as maiores aquisições médias foram nos estados de Minas Gerais (14,6 Kg), Santa Catarina (14,5 Kg) e Alagoas (13 Kg).

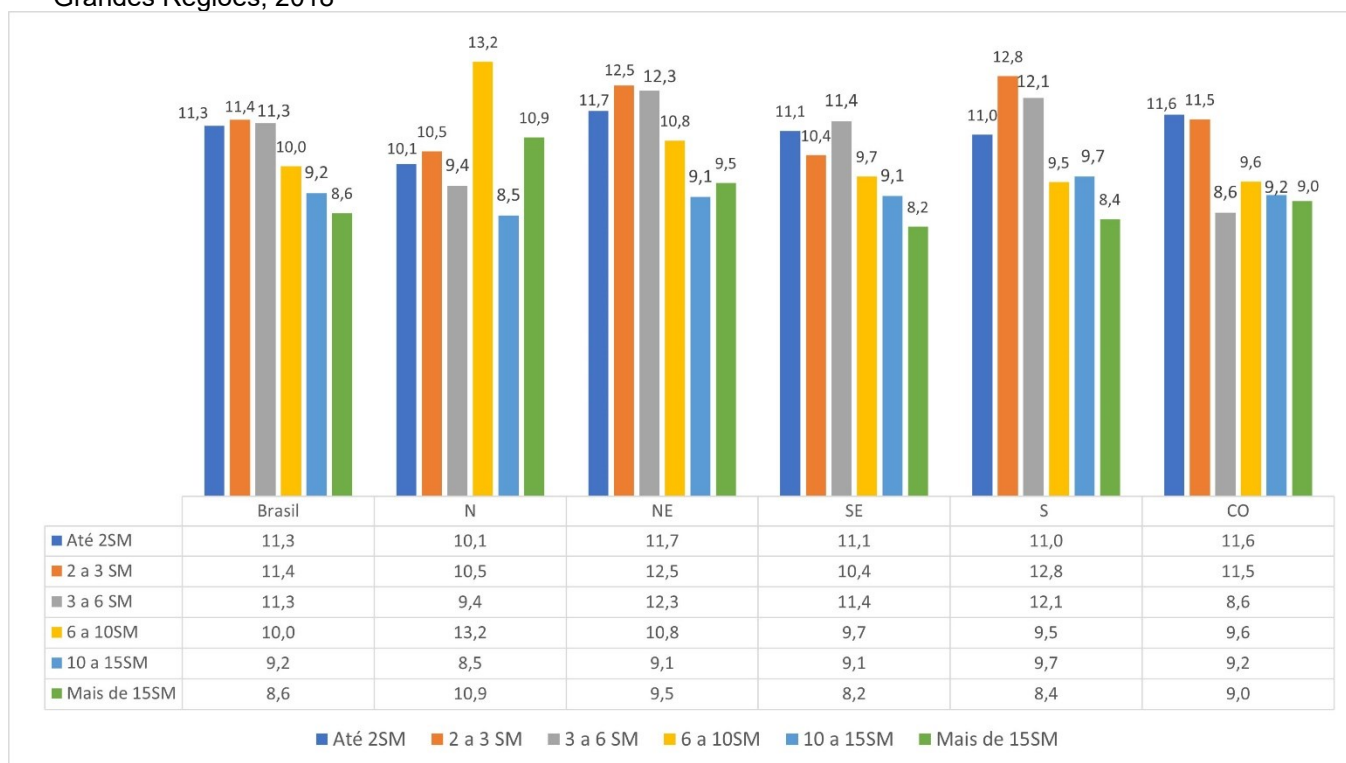
No Brasil, quando considerada a situação do domicílio, a aquisição foi significativamente maior nas áreas rurais, em 2002-2003, 2008-2009 e 2017-2018 (Tabela 1).

Gráfico 32: Aquisição domiciliar *per capita* anual de açúcar (Kg) por Grandes Regiões, 2008-2018



Fonte: POF/IBGE, 2018

Gráfico 33: Aquisição domiciliar *per capita* anual (Kg) de açúcar por classes de rendimentos segundo Grandes Regiões, 2018



Fonte: POF/IBGE, 2018

Tabela 22: Aquisição domiciliar *per capita* anual de açúcar (Kg) nos Estados. Brasil, período 2008-2018.

UF	2008	2018	Variação (%)
RO	20,717	10,418	-49,71%
AC	16,056	10,686	-33,45%
AM	16,946	10,35	-38,92%
RR	14,065	13,46	-4,30%
PA	18,577	10,676	-42,53%
AP	13,952	12,694	-9,02%
TO	18,919	5,054	-73,29%
MA	12,113	11,205	-7,50%
PI	18,382	10,964	-40,35%
CE	23,006	11,504	-50,00%
RN	20,941	13,78	-34,20%
PB	21,731	11,203	-48,45%
PE	16,046	11,697	-27,10%
AL	14,423	12,969	-10,08%
SE	16,054	10,093	-37,13%
BA	18,683	12,263	-34,36%
MG	22,258	14,559	-34,59%
ES	22,494	9,522	-57,67%
RJ	15,113	9,328	-38,28%
SP	13,237	9,022	-31,84%
PR	17,011	10,52	-38,16%
SC	15,143	14,519	-4,12%
RS	16,442	9,372	-43,00%
MS	15,049	10,222	-32,08%
MT	16,936	7,926	-53,20%
GO	17,049	10,565	-38,03%
DF	15,735	9,398	-40,27%

Fonte: POF/IBGE, 2018

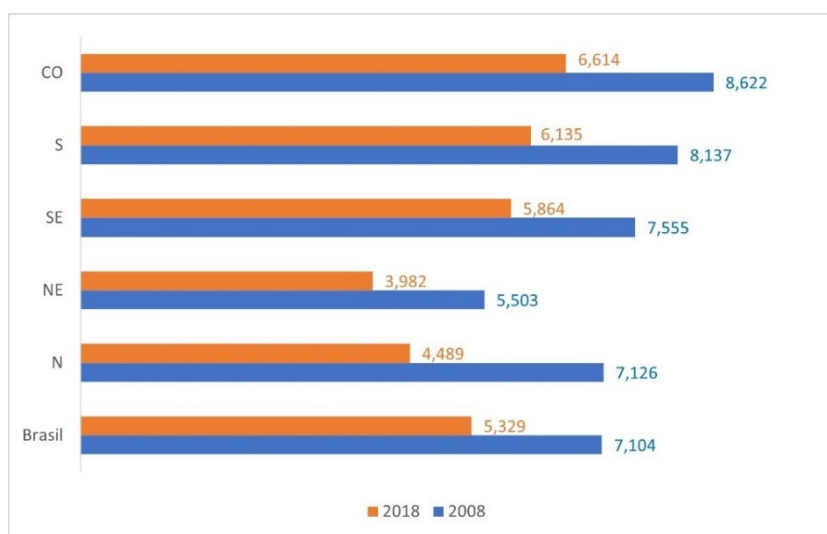
2.3.19. Óleos Vegetais

A média nacional de aquisição anual domiciliar *per capita* de óleos vegetais diminuiu em 2017-2018 em relação a 2008-2009, de 7,1 Kg, para 5,3 kg. Em todas as grandes regiões houve diminuição na aquisição no período considerado, sendo que a região Centro-Oeste registra a maior média nacional, correspondente a 6,61 Kg (Gráfico 34). Observa-se que, exceto na região Centro-Oeste, nas demais regiões a aquisição é maior nos domicílios de classes de rendimentos mais altas, apresentando equilíbrio na distribuição entre classes com rendimentos de até 10 salários mínimos (Gráfico 35).

Conforme apresentado na Tabela 23, com exceção do Amapá e de Roraima, em todos os demais estados a aquisição anual domiciliar *per capita* apresentou variação negativa em 2017-2018 em relação a 2008-2009. Em 2017-2018, as maiores aquisições médias foram nos estados de Goiás (7,8 Kg), Mato Grosso do Sul (7,4 Kg) e Minas Gerais (6,5 Kg).

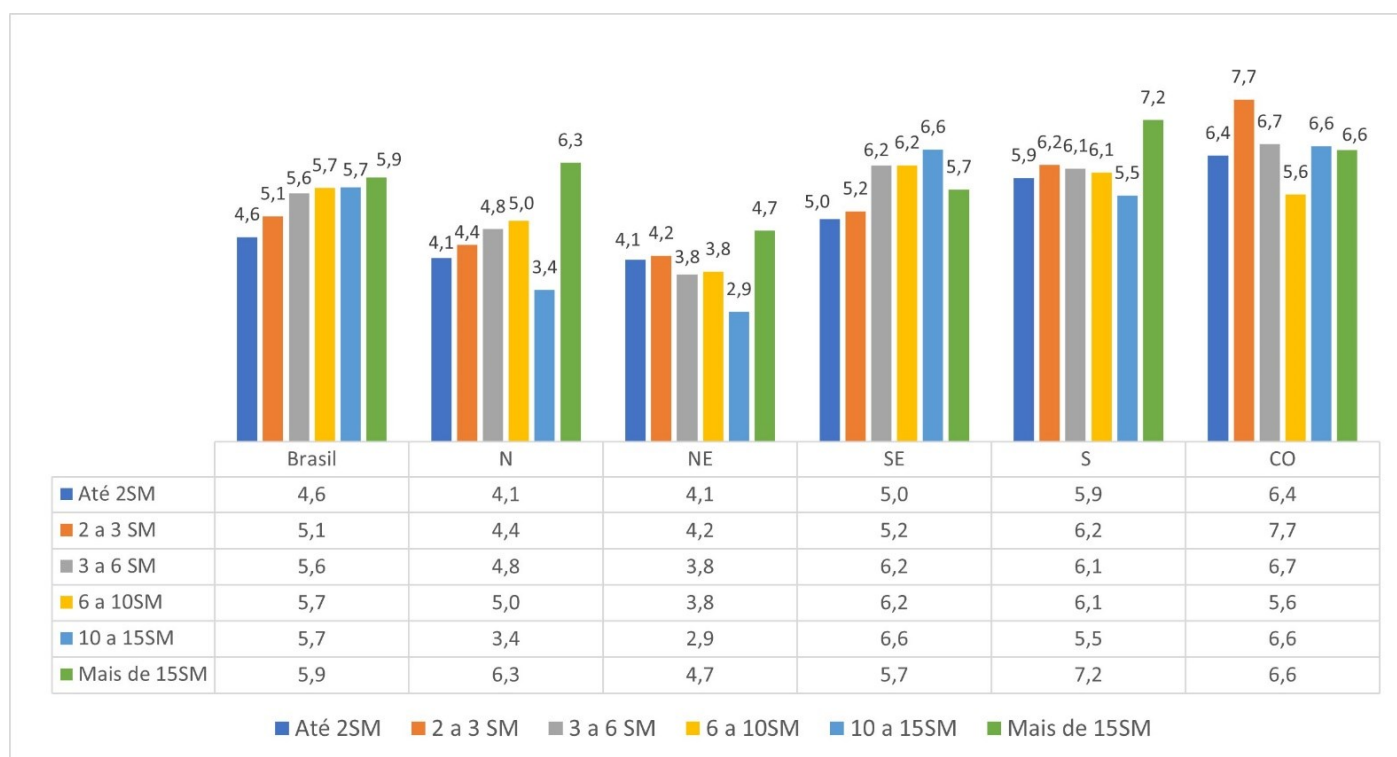
No Brasil, quando considerada a situação do domicílio, a aquisição foi maior nas áreas rurais, em 2002-2003, 2008-2009 e 2017-2018 (Tabela 1).

Gráfico 34: Aquisição domiciliar *per capita* anual de óleos vegetais (Kg) por Grandes Regiões, 2008-2018



Fonte: POF/IBGE, 2018

Gráfico 35: Aquisição domiciliar *per capita* anual (Kg) de óleos vegetais por classes de rendimentos segundo Grandes Regiões, 2018



Fonte: POF/IBGE, 2018

Tabela 23: Aquisição domiciliar *per capita* anual de óleos vegetais (Kg) nos Estados. Brasil, período 2008-2018.

UF	2008	2018	Variação (%)
RO	8,796	5,132	-41,66%
AC	6,393	4,279	-33,07%
AM	5,694	3,643	-36,02%
RR	5,66	6,184	9,26%
PA	7,027	4,723	-32,79%
AP	3,77	5,509	46,13%
TO	11,963	3,642	-69,56%
MA	5,075	4,837	-4,69%
PI	7,228	5,102	-29,41%
CE	5,922	3,368	-43,13%
RN	4,305	3,347	-22,25%
PB	5,609	2,974	-46,98%
PE	4,756	3,986	-16,19%
AL	4,16	3,548	-14,71%
SE	4,84	3,282	-32,19%
BA	6,137	4,327	-29,49%
MG	9,42	6,479	-31,22%
ES	7,857	4,812	-38,76%
RJ	5,551	5,492	-1,06%
SP	7,389	5,812	-21,34%
PR	8,435	6,052	-28,25%
SC	6,726	5,78	-14,06%
RS	8,639	6,439	-25,47%
MS	8,135	7,405	-8,97%
MT	9,328	5,655	-39,38%
GO	9,448	7,768	-17,78%
DF	6,322	4,305	-31,90%

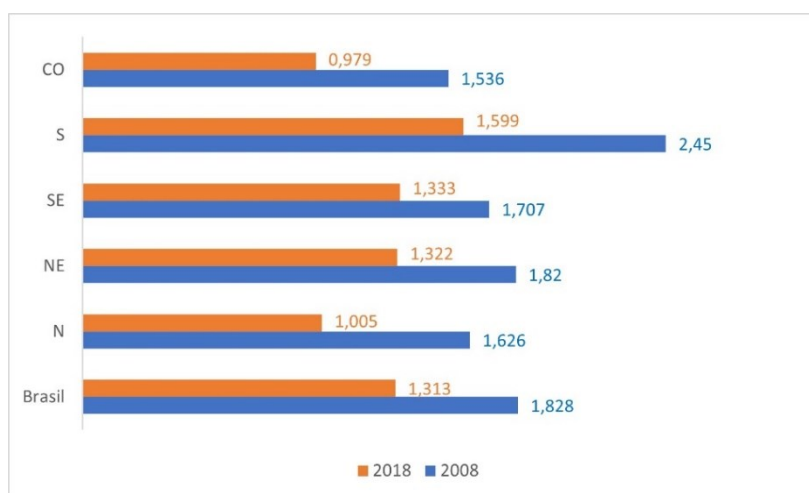
Fonte: POF/IBGE, 2018

2.3.20. Gorduras

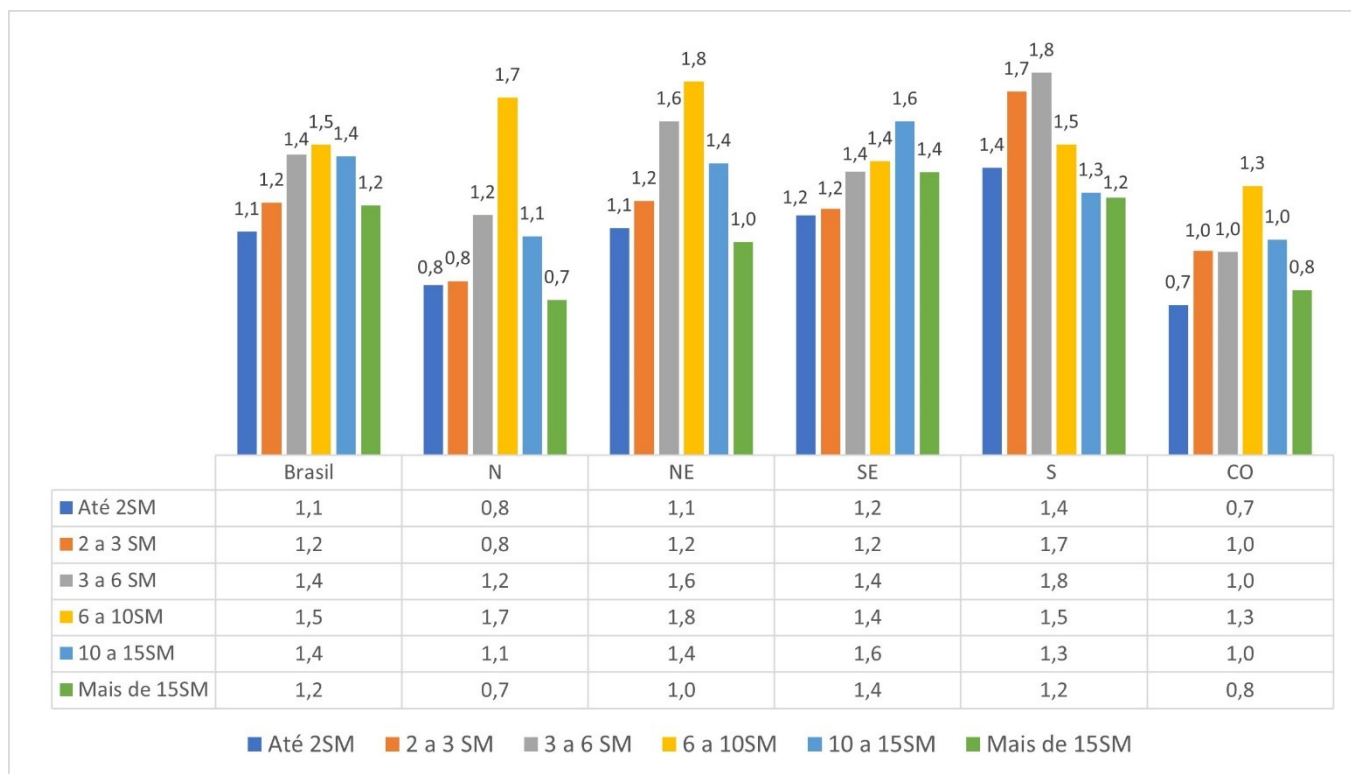
A média nacional de aquisição anual domiciliar *per capita* de gorduras diminuiu em 2017-2018 em relação a 2008-2009, de 1,8 kg, para 1,3Kg. Em todas as grandes regiões houve diminuição na aquisição no período considerado, sendo que a região Sul registra a maior média nacional, correspondente a 1,6 Kg (Gráfico 1). Observa-se que em todas as grandes regiões a aquisição é maior nos domicílios de classes de rendimentos entre 6 a 10 salários mínimos (Gráfico 2).

Conforme apresentado na Tabela 2, exceto Acre, Amapá, Roraima e Alagoas, em todos os demais estados a aquisição anual domiciliar *per capita* apresentou variação negativa em 2017-2018 em relação a 2008-2009. Em 2017-2018, as maiores aquisições médias foram nos estados de Santa Catarina (1,99 Kg), Pernambuco (1,84 Kg) e Rio de Janeiro (1,62 kg).

No Brasil, quando considerada a situação do domicílio, a aquisição foi maior nas áreas rurais, em 2002-2003, e maior nas áreas urbanas, em 2008-2009 e 2017-2018 (Tabela 1).

Gráfico 36: Aquisição domiciliar *per capita* anual de gorduras (Kg) por Grandes Regiões, 2008-2018

Fonte: POF/IBGE, 2018

Gráfico 37: Aquisição domiciliar *per capita* anual (Kg) de gorduras por classes de rendimentos segundo Grandes Regiões, 2018

Fonte: POF/IBGE, 2018

Tabela 24: Aquisição domiciliar *per capita* anual de gorduras (Kg) nos Estados. Brasil, período 2008-2018.

UF	2008	2018	Variação (%)
RO	1,46	0,631	-57%
AC	0,581	0,624	7%
AM	1,576	1,004	-36%
RR	0,801	1,405	75%
PA	1,936	1,148	-41%
AP	0,982	1,429	46%
TO	1,33	0,501	-62%
MA	1,256	0,951	-24%
PI	1,289	1,154	-10%
CE	1,892	1,277	-33%
RN	3,238	1,629	-50%
PB	2,375	1,261	-47%
PE	2,49	1,843	-26%
AL	1,312	1,344	2%
SE	1,588	1,354	-15%
BA	1,429	1,165	-18%
MG	1,217	0,953	-22%
ES	1,164	0,719	-38%
RJ	2,215	1,618	-27%
SP	1,797	1,455	-19%
PR	2,288	1,379	-40%
SC	2,414	1,983	-18%
RS	2,627	1,582	-40%
MS	1,784	1,16	-35%
MT	0,969	0,926	-4%
GO	1,53	0,963	-37%
DF	1,996	0,913	-54%

Fonte: POF/IBGE, 2018

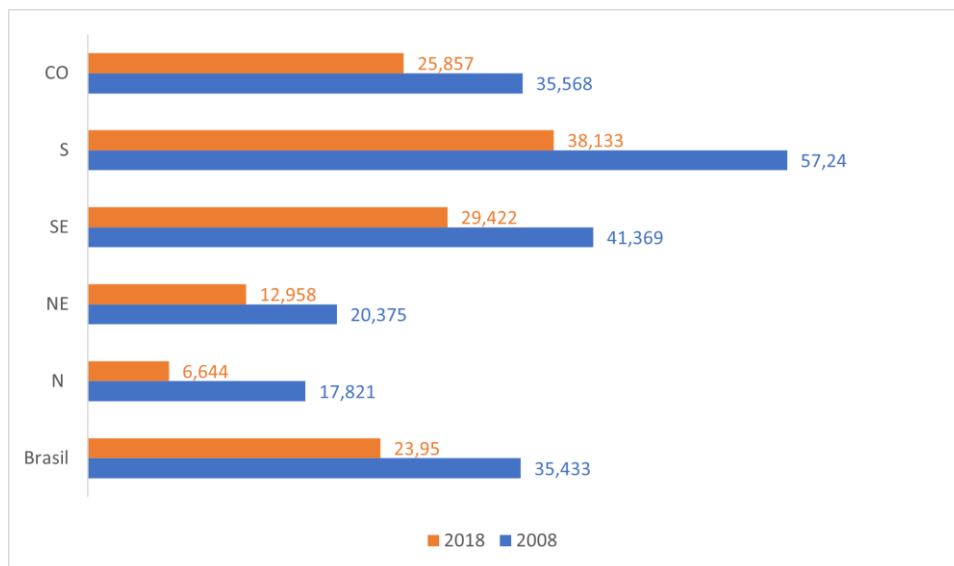
2.3.21. Leite

A média nacional de aquisição anual domiciliar *per capita* de leite diminuiu em 2017-2018 em relação a 2008-2009, de 35,4 kg, para 23,9 kg. Em todas as grandes regiões houve diminuição na aquisição no período considerado, sendo que a região Sul registra a maior média nacional, correspondente a 28,1 Kg (Gráfico 38). Observa-se que em todas as grandes regiões a aquisição é maior nos domicílios de classes de rendimentos mais altas, apresentando grande desigualdade entre as classes de rendimentos, com destaque para a região Sul, em que domicílios com renda acima de 15 salários mínimos apresentaram aquisição *per capita* anual de 49,4 Kg, enquanto os domicílios com renda até 2 salários mínimos registraram o correspondente a 30,6 Kg (Gráfico 39).

Conforme apresentado na Tabela 25, em todos os estados a aquisição anual domiciliar *per capita* diminuiu em 2017-2018 em relação a 2008-2009. Em 2017-2018, as maiores aquisições médias foram nos estados de Santa Catarina (45,4 Kg), Rio Grande do Sul (42,3 Kg) e Minas Geras (35,4 Kg).

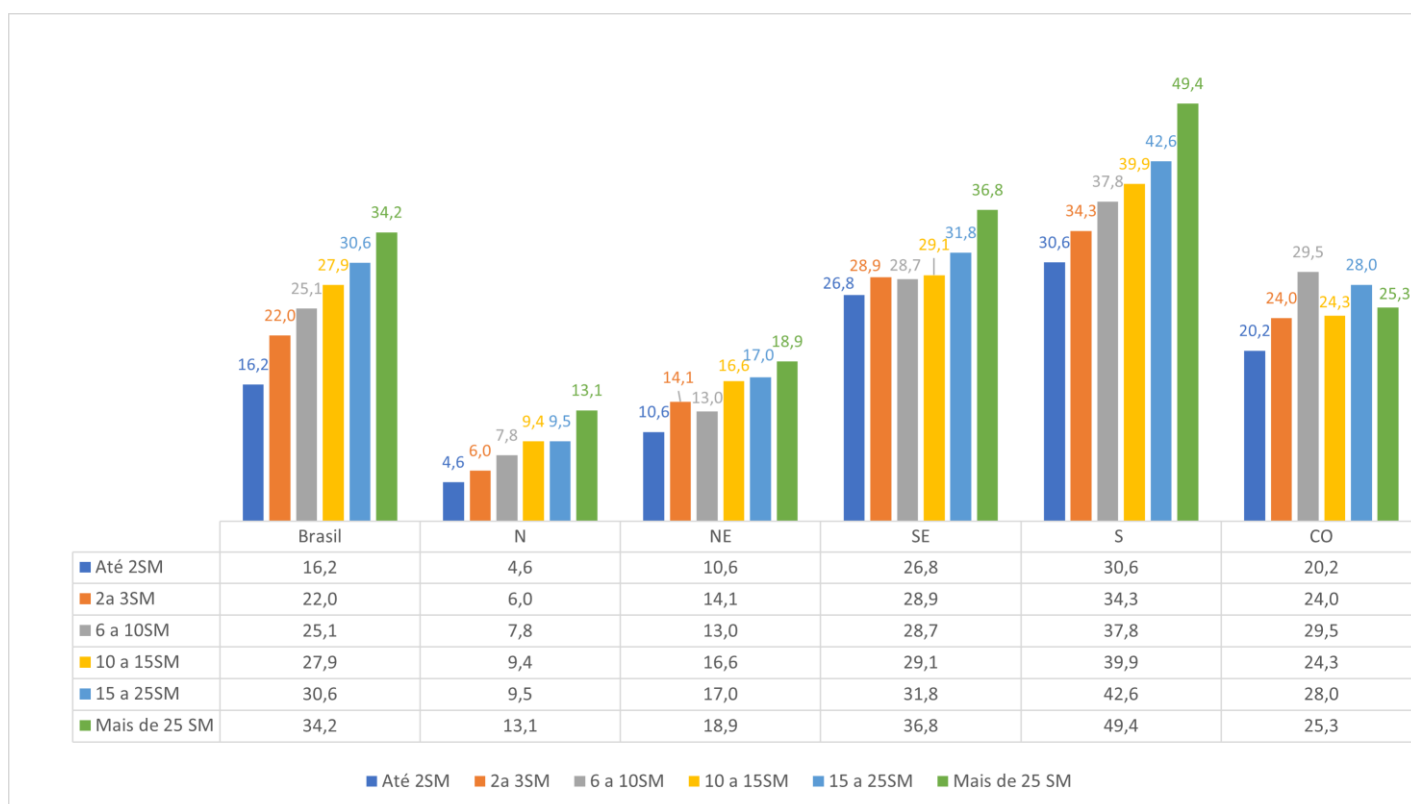
No Brasil, quando considerada a situação do domicílio, a aquisição foi maior nas áreas urbanas, nas edições de 2002-2003 e 2008-2009, e equilibrada entre áreas urbanas e rurais, em 2017-2018 (Tabela 1).

Gráfico 38: Aquisição domiciliar *per capita* anual de leite (Kg) por Grandes Regiões, 2008-2018



Fonte: POF/IBGE, 2018

Gráfico 39: Aquisição domiciliar *per capita* anual (Kg) de LEITE por classes de rendimentos segundo Grandes Regiões, 2018



Fonte: POF/IBGE, 2018

Tabela 25: Aquisição domiciliar *per capita* anual de leite (Kg) nos Estados. Brasil, período 2008-2018

UF	2008	2018	Variação (%)
RO	44,869	15,348	-65,79%
AC	27,626	15,979	-42,16%
AM	4,988	4,443	-10,93%
RR	4,538	5,034	10,93%
PA	14,624	5,421	-62,93%
AP	1,538	2,784	81,01%
TO	44,9	6,508	-85,51%
MA	12,493	4,757	-61,92%
PI	15,112	9,331	-38,25%
CE	31,493	19,022	-39,60%
RN	26,765	21,99	-17,84%
PB	21,827	15,94	-26,97%
PE	12,725	6,129	-51,83%
AL	10,431	5,759	-44,79%
SE	18,791	11,832	-37,03%
BA	23,73	17,143	-27,76%
MG	46,309	35,368	-23,63%
ES	25,974	20,386	-21,51%
RJ	30,282	19,1	-36,93%
SP	44,523	31,354	-29,58%
PR	48,18	29,373	-39,03%
SC	57,988	45,438	-21,64%
RS	65,677	42,354	-35,51%
MS	42,588	30,212	-29,06%
MT	31,724	28,128	-11,34%
GO	35,855	26,567	-25,90%
DF	32,899	17,682	-46,25%

Fonte: POF/IBGE, 2018

2.3.22. Alimentos Preparados e Misturas Industriais

A média nacional de aquisição anual domiciliar *per capita* de alimentos preparados e misturas industriais aumentou em 2017-2018 em relação a 2008-2009, de 3,51 Kg, para 3,99 kg. Em todas as grandes regiões houve aumento na aquisição no período considerado, sendo que a região Sudeste registra a maior média nacional, correspondente a 5,12 Kg (Gráfico 40). Observa-se que em todas as grandes regiões a aquisição é maior nos domicílios de classes de rendimentos mais altas, apresentando desigualdade na aquisição proporcional às classes de rendimentos.

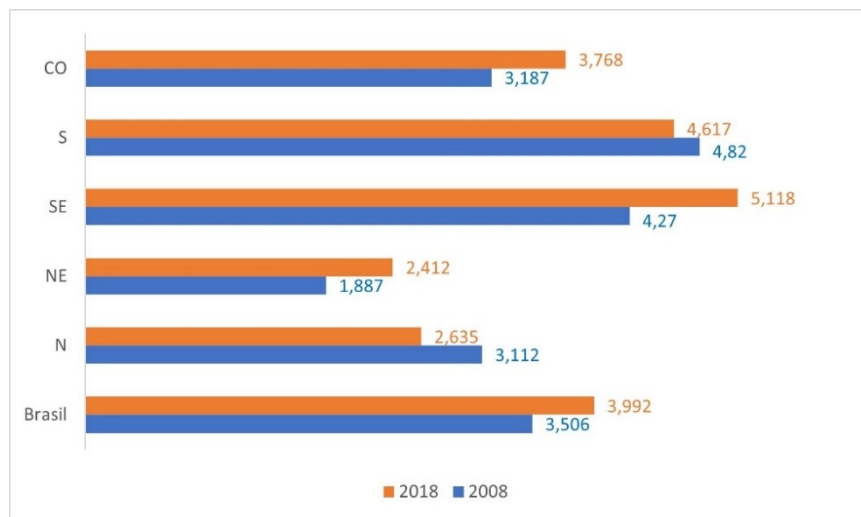
Destaque para a região Sudeste, em que domicílios com renda acima de 15 salários mínimos apresentaram aquisição *per capita* anual de 14,0 Kg, enquanto os domicílios com renda até 2 salários mínimos registraram o correspondente a 1,8 Kg (Gráfico 41).

Conforme apresentado na Tabela 2, com exceção de Rondônia, Pará, Tocantins, Paraíba, Espírito Santo e Paraná, em todos os demais estados a aquisição anual domiciliar *per capita* aumentou em 2017-2018 em relação a 2008-2009. Em 2017-2018, as maiores aquisições

médias foram nos estados do Amapá (6,7 Kg), São Paulo (6,5 Kg) e Distrito Federal (5,7 Kg).

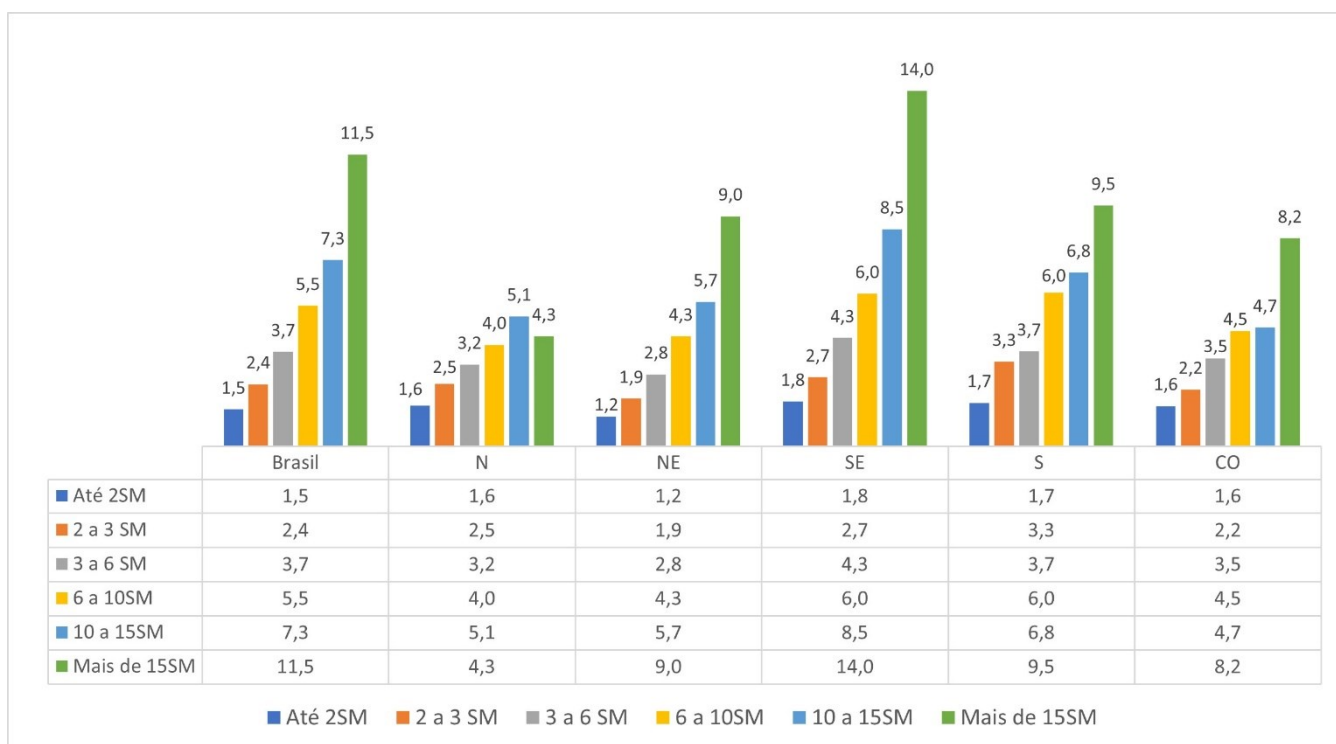
No Brasil, a aquisição foi consideravelmente maior nas áreas urbanas em 2002-2003, 2008-2009 e 2017-2018 (Tabela 1).

Gráfico 40: Aquisição domiciliar *per capita* anual de alimentos preparados e misturas industriais (Kg) por Grandes Regiões, 2008-2018



Fonte: POF/IBGE, 2018

Gráfico 41: Aquisição domiciliar *per capita* anual (Kg) de alimentos preparados e misturas industriais por classes de rendimentos segundo Grandes Regiões, 2018



Fonte: POF/IBGE, 2018

Tabela 26: Aquisição domiciliar *per capita* anual de alimentos preparados e misturas industriais (Kg) nos Estados. Brasil, período 2008-2018.

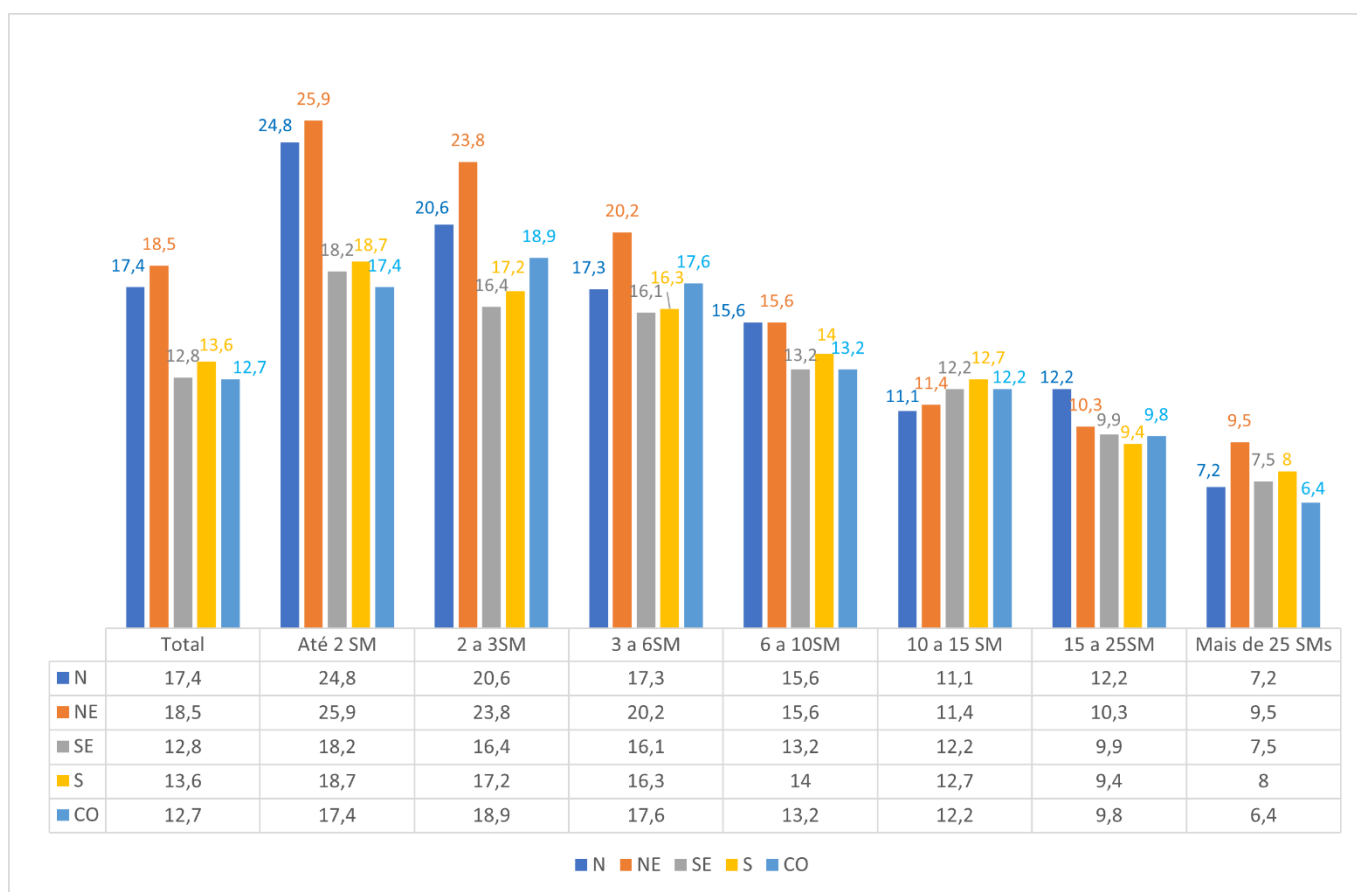
UF	2008	2018	Variação (%)
RO	2,849	1,815	-36,29%
AC	2,185	2,581	18,12%
AM	2,927	3,473	18,65%
RR	1,379	1,828	32,56%
PA	3,542	2,413	-31,87%
AP	4,716	6,702	42,11%
TO	1,751	0,801	-54,25%
MA	1,515	1,708	12,74%
PI	2,081	2,782	33,69%
CE	2,423	3,171	30,87%
RN	3,155	5,074	60,82%
PB	2,09	1,756	-15,98%
PE	2,103	2,32	10,32%
AL	1,015	1,194	17,64%
SE	1,834	3,142	71,32%
BA	1,435	1,967	37,07%
MG	3,384	4,391	29,76%
ES	2,612	2,368	-9,34%
RJ	2,607	2,95	13,16%
SP	5,483	6,512	18,77%
PR	5,416	3,869	-28,56%
SC	4,472	5,754	28,67%
RS	4,433	4,658	5,08%
MS	3,653	5,535	51,52%
MT	2,096	2,196	4,77%
GO	2,964	3,036	2,43%
DF	4,567	5,672	24,20%

Fonte: POF/IBGE, 2018

2.4 DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO

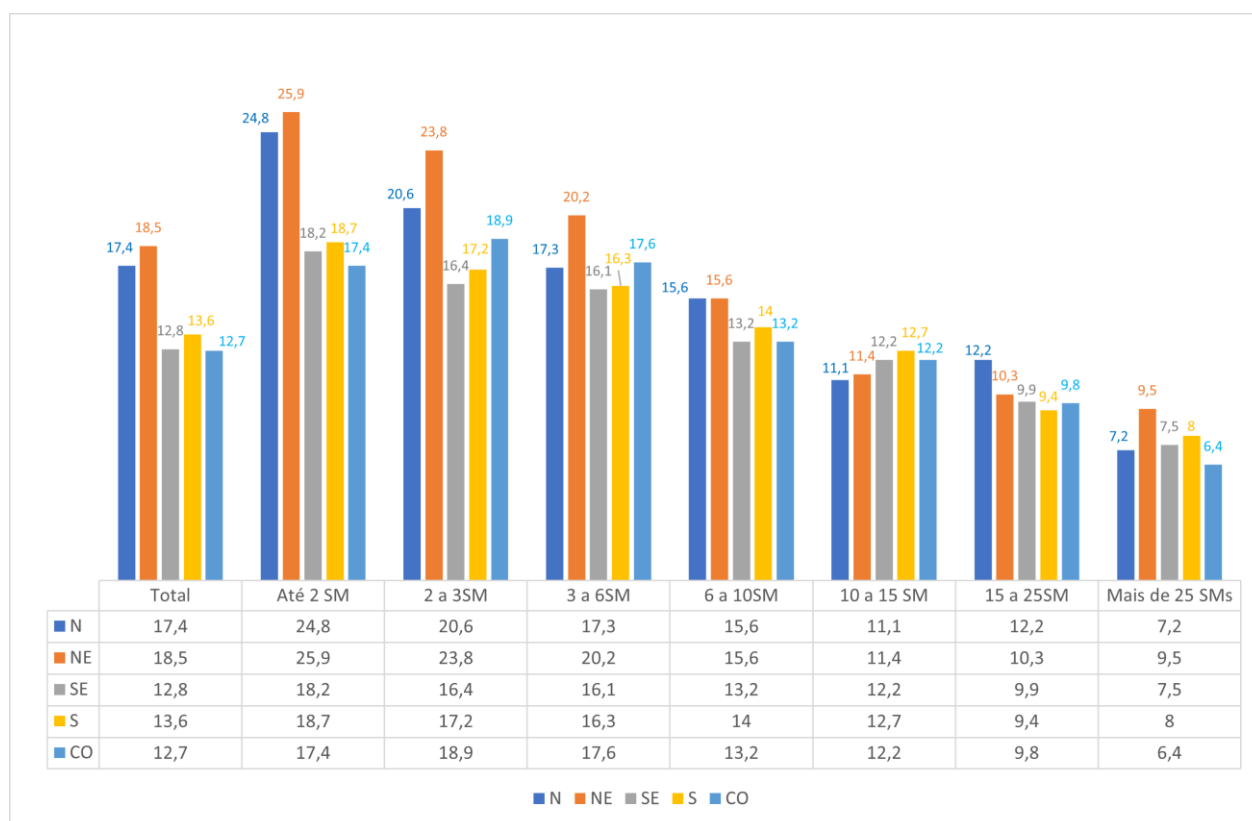
Uma característica evidenciada nas edições da POF é a desigualdade nas despesas dos domicílios segundo as classes de rendimentos. A alimentação, uma das principais despesas de consumo, reduziu nacionalmente a sua proporção em relação aos demais gastos entre 2002-2003 e 2017-2018, de 16,8% para 14,6%, respectivamente. No entanto, quanto menor o rendimento do domicílio maior é a parcela do orçamento destinado aos gastos com alimentação, evidenciado nos Gráficos 42 e 43. Nas regiões Norte e Nordeste, os domicílios com rendimento até 2 salários mínimos comprometem com a alimentação em relação aos demais gastos, respectivamente, 24,8% e 25,9%, enquanto nos domicílios com rendimento acima de 25 salários mínimos são despendidos 7,2% e 9,5%, respectivamente.

Gráfico 42: Distribuição das despesas de consumo média mensal familiar (%) segundo classes de rendimento. Brasil, 2017-2018.



Fonte: POF/IBGE, 2018

Gráfico 43: Proporção da despesa média familiar com alimentação (%) segundo classes de rendimentos (SMs) e regiões geográficas. Brasil, 2017-2018.



Fonte: POF/IBGE, 2018

Uma tendência observada na POF acerca das despesas com alimentação é o aumento dos gastos com alimentação fora do domicílio nas áreas rurais, inclusive para as classes de menores rendimentos. Nos domicílios rurais, em 2008-2009, esse componente representava 17,5% do total de despesas com alimentação; em 2017-2018, esse gasto foi equivalente a 24,0%. Para domicílios rurais de até 2 salários mínimos, esse valor aumentou de 13,4%, em 2008-2009, para 18,6%, em 2017-2018, como mostra a Tabela 27:

Tabela 27: Distribuição das despesas com alimentação por situação do domicílio e classe de menor rendimento. Brasil, 2008-2018.

Tipo de despesa	2008-2009				2017-2018			
	Urbana		Rural		Urbana		Rural	
	Total	Até 2 SMs	Total	Até 2 SMs	Total	Até 2 SMs	Total	Até 2SM
Despesas com alimentação	100	100	100	100	100	100	100	100
Alimentação no domicílio	66,9	81,1	82,5	86,6	66,1	78,7	76	81,4
Alimentação fora do domicílio	33,1	18,9	17,5	13,4	33,9	21,3	24	18,6

Fonte: POF/IBGE, 2008-2018.

3. APONTAMENTOS PARA A ANÁLISE DAS PESQUISAS SOBRE CLASSIFICAÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E DE FOME DA POPULAÇÃO BRASILEIRA.

São aqui consideradas outras fontes de informação além das pesquisas realizadas pelo IBGE (POF e PNAD) que aplicam a EBIA, visando aprimorar os sistemas de informação, a facilidade de acesso às informações e organização de sistemas de indicadores que contemplem as dimensões de análise da SAN previstas no Decreto nº 7.272/2010.

Podem ser destacados os levantamentos considerados na SOFI/FAO - *The State of Food Security and Nutrition in the World* (O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo, elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura); e os Inquéritos Nacionais sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (2021 e 2022), elaborados pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN).

É necessário circunscrever alguns dos fundamentos sobre as terminologias adotadas no presente estudo, diante das diferentes perspectivas teóricas e da construção de metodologias que buscam identificar as condições da insegurança alimentar e da fome. Como demonstrado por George (1978) no contexto do início da década de 1970, ao tratar de um conjunto de países (incluindo o Brasil) ressalta que o crescimento populacional, mesmo quando superior à produção de alimentos, não condiciona por si só a fome e a subnutrição, mas se dá principalmente pela distribuição e pelas condições de acesso da população.

Josué de Castro, em 1946, no livro “A Geografia da Fome” já ressaltava o fenômeno da fome como um tabu na sociedade e como objeto de disputas de posicionamentos sobre a sua existência e formas de sua mensuração (CASTRO, 2008). A partir de suas experiências na condução de inquéritos sobre as condições de vida em três áreas da população operária (estudo econômico de sua alimentação) realizados na capital de Pernambuco, na década de 1930, e em outros estados, nas décadas de 1930 e 1940, no movimento pela fixação de um salário-mínimo, constata que a maior parte dos trabalhadores era acometida pela fome e detinham remunerações insuficientes para selecionar os alimentos e as quantidades necessárias para suprir suas necessidades, identificando, assim, a fome nas suas modalidades parcial ou oculta.

Como contraponto à noção então predominante de que a fome estaria circunscrita à seca do sertão nordestino, evidencia que a ausência permanente de nutrientes nos regimes habituais de alimentação dessas pessoas, sendo que:

o fenômeno muito mais frequente e mais grave, em suas consequências numéricas, da fome parcial, da chamada fome oculta, na qual, pela falta permanente de determinados elementos nutritivos, em seus regimes habituais, grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias (CASTRO, 2008, p. 26).

O conceito de *segurança alimentar e nutricional* pode aqui ser entendido a partir: i) da definição de segurança alimentar e nutricional conforme a nº Lei 11.346/2006, que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com objetivo de assegurar o direito humano à alimentação adequada (incluindo a mitigação de riscos de escassez de água potável, com a redação da Lei nº 13.839/2019); e 2) das dimensões incorporadas no suplemento de Segurança Alimentar da PNAD/IBGE (IBGE, 2011) apresentadas por Kepple (2010):

a disponibilidade do alimento significa a oferta de alimentos para toda a população e depende da produção, importação (quando necessária), sistemas de armazenamento e distribuição; o acesso físico e econômico aos alimentos significa a capacidade de obter alimentos em quantidade suficiente e com qualidade nutricional, a partir de estratégias cultural e socialmente aceitáveis, além de depender da política de preços e da renda familiar (KEPPLE, 2010, p. 13).

Assumindo a definição de segurança alimentar e nutricional em sentido mais abrangente, como resultado do direito humano à alimentação adequada com as condições em que se produz e se comercializa os alimentos, esta se conforma em objetivo estratégico e permanente de políticas públicas que evidenciam as dimensões de análise consideradas no Decreto nº 7.272/2010 para organizar o monitoramento e avaliação: 1) produção de alimentos, 2) disponibilidade de alimentos, 3) renda e condições de vida, 4) acesso à alimentação adequada e saudável, incluindo a água, 5) saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados, 6) educação e 7) programas e ações relacionados à segurança alimentar e nutricional. Assim, o entendimento da expressão “nutricional” adicionada ao campo da agenda pública abordada usualmente como “segurança alimentar” expressa a necessidade de tratar de forma indissociável uma única expressão, na escala do indivíduo, para duas dimensões: *disponibilidade* e *qualidade de alimentos*, sem distinção da disponibilidade física desses alimentos (*food security* ou segurança alimentar) e da qualidade de alimentos cujo consumo não seja prejudicial à saúde (*food safety* ou segurança dos alimentos), considerando,

assim, os modelos predominantes de produção de alimentos e as referências de alimentação adequadas.

Segundo Perez-Escamilla e Segal-Correa (2008), dentre os principais métodos de mensuração da insegurança alimentar, podem ser mencionados: o da FAO para estimar as calorias *per capita* disponíveis, as pesquisas de aquisição e consumo de alimentos, os antropométricos e as de percepção de insegurança alimentar no domicílio.

4. SOFI/FAO: O ESTADO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRIÇÃO NO MUNDO (*THE STATE OF FOOD SECURITY AND NUTRITION IN THE WORLD*)

Cafiero (2014) ao analisar a metodologia de mensuração da FAO¹¹, ressalta que a segurança alimentar não é apenas a ausência de fome, mas contempla diferentes dimensões e em uma condição que se aplica individualmente numa base contínua (aspectos de saúde e nutrição associados ao consumo alimentar e aos hábitos e preferências individuais são tão importantes como a satisfação de necessidades energéticas alimentares). Criado em 1974, quando a FAO começa a relatar a abrangência da fome no mundo (FAO, 2019), o Indicador de Prevalência de Subalimentação (*PoU*, na sigla em inglês para *Prevalence of Undernourishment*), publicado de forma regular no relatório do Estado de Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo (SOFI) divulgadas como médias dos três últimos anos (a mais recente, para o período de 2019 a 2021) - contemplado nas metas do ODS 2 (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) no âmbito da Agenda 2030 das Nações Unidas. Abrange, para cada país, estimativas de consumo calórico *per capita* usando as Folhas de Balanços Alimentares (FBA)¹² da FAO; variação no consumo calórico na população; e o valor de referência (ponto de corte) para definir o requerimento calórico mínimo *per capita* (e estimar o percentual da população com baixo consumo calórico). Trata-se, portanto, de uma estimativa da proporção da população do país que possa estar consumindo, de forma regular, quantidades de alimentos insuficientes para

¹¹ Resumidamente, o indicador da FAO foi concebido para contemplar um conceito de subalimentação, isto é, “um estado de privação alimentar que perdure um período de tempo prolongado” (CAFIERO, 2014, p. 6).

¹² As Folhas de Balanço Alimentares (FAO) são obtidas anualmente por levantamentos de fontes nacionais e internacionais da oferta de alimentos considerando: **1) alimentos disponíveis para consumo (em calorias)**, contendo dados de produção, importação, estoques, desperdícios de produtos alimentares e de todas as disponibilidades de uso no país (inclusive destinação de alimentos como ração animal); **2) requerimento basal mínimo**, considerando a estrutura demográfica; e **3) variação do consumo de alimentos**, derivado de pesquisas e inquéritos nacionais de renda e de orçamento familiar.

suprir as necessidades básicas para uma vida saudável e ativa.

Na última edição do relatório SOFI/FAO (período de 2019 a 2021), para o Brasil, o *PoU* foi de 4,1%, correspondente a cerca de 8,6 milhões de pessoas. As estimativas de Prevalência de Subalimentação somente são divulgadas quando superior a 2,5% da população.

Para elaborar as estimativas nacionais de Insegurança Alimentar Moderada ou Grave com base da escala FIES (*Food Insecurity Experience*) apresentados na SOFI 2022, os dados para cada país correspondem às estimativas baseadas em estatísticas oficiais de dados nacionais ou estimativas baseadas em dados da FAO em sondagens realizadas pela *Gallup World Poll*, *Geopoll* ou *Kantar* para países que as autoridades nacionais competentes não expressaram objeção à sua publicação. Foram coletados dados em cerca de 150 países. Para os anos em que os dados nacionais oficiais não estão disponíveis os valores são estimados utilizando dados da FAO ou das estimativas coletadas.

Uma pessoa estaria em insegurança alimentar quando lhe falta o acesso regular a alimentos suficientes, seguros e nutritivos para um crescimento e desenvolvimento normais e para uma vida ativa e saudável, seja pela falta de disponibilidade de alimentos ou ausência de recursos financeiros para a sua obtenção. A insegurança alimentar pode ser sentida em diferentes níveis de gravidade. A FAO mensura a insegurança alimentar utilizando a Escala de Experiência de Insegurança Alimentar (FIES), exemplificada na Figura 1:

Figura 1: Níveis de gravidade de insegurança alimentar mensurados pela FIES



Fonte: Cafiero *et al.*, 2022, pág. 5

A Tabela 28 e Gráfico 44 apresentam o total de pessoas em situação de insegurança alimentar moderada ou grave e o percentual da população total nos

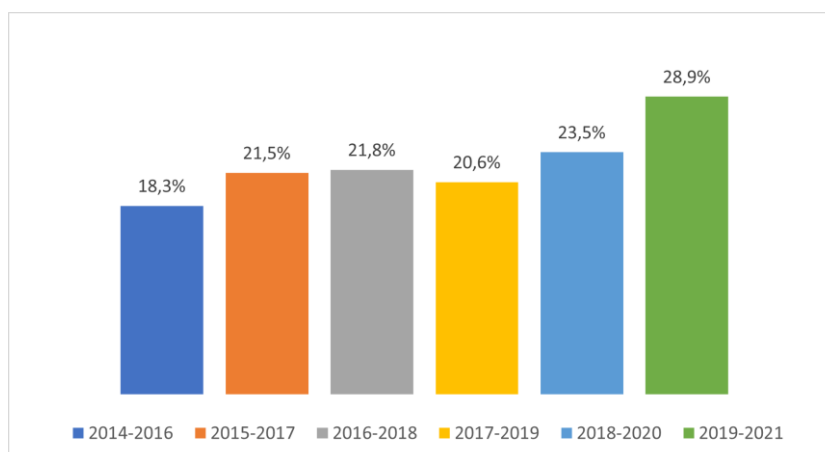
períodos de 2014 a 2021. Os melhores resultados são registrados para o período de 2014-2016, para ambos os indicadores. Em relação ao percentual da população total em situação de insegura alimentar moderada ou grave, os períodos de 2018-2020 e de 2019-2021 apresentaram significativos aumentos, atingindo para o último período aproximadamente 61,3 milhões de pessoas em insegurança alimentar moderada ou grave, equivalente a 28,9% da população brasileira.

Tabela 28: Número de pessoas com Insegurança Alimentar Moderada ou Grave (período de 3 anos), BRASIL, 2014 a 2021.

Períodos (anos)	Milhões de pessoas
2014-2016	37,5
2015-2017	44,4
2016-2018	45,4
2017-2019	43,1
2018-2020	49,6
2019-2021	61,3

Fonte: FAOSTAT (out.2022). Disponível em: <<https://www.fao.org/faostat/es/#home>>

Gráfico 44: Prevalência de Insegurança Alimentar Moderada ou Grave na população total (%), períodos de 3 anos. BRASIL, 2014-2021.



Fonte: FAOSTAT (out.2022). Disponível em: <<https://www.fao.org/faostat/es/#home>>

Ressalta-se que, apesar do indicador da FAO, estimado em valores de referência (ou pontos de corte) não permitam a comparação com outras pesquisas aqui analisadas, são apresentados na SOFI dados de aproximadamente 150 países a partir da disponibilidade calórica *per capita*. Os resultados para o Brasil assinalam a tendência de aumento da insegurança alimentar nos dois últimos triênios, compreendendo o período de 2018 a 2021.

5. A ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (EBIA)

A construção da escala brasileira foi construída a partir de uma versão adaptada e validada de uma metodologia coordenada pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (BICKEL *et al.*, 2000), durante a década de 1990. Tiveram como referências os trabalhos anteriores desenvolvidos por pesquisadores da Universidade de Cornell, que elaboraram métodos qualitativos e quantitativos para investigar a insegurança alimentar entre mulheres pobres (RADIMER, 2002) e projeto sobre fome infantil e avaliação nutricional de crianças nos Estados Unidos (WEHLER *et al.*, 1992), que captam as experiências de fome ou risco de fome. Após adaptações, a escala foi utilizada em censo nos Estados Unidos para avaliação da segurança alimentar na Escala de Segurança Alimentar Domiciliar dos Estados Unidos, definindo a fome como “um nível grave de experiência alimentar (...)” (BICKEL *et al.*, 2000, p. 30) devido à falta de recursos para obter alimentos.

A escala brasileira, denominada Escala Brasileira da Insegurança Alimentar (EBIA) é uma versão adaptada e validada da construída pelo Departamento de Agricultura (USDA) dos Estados Unidos (SEGAL-CORREA *et al.*, 2003). O estudo foi conduzido por grupos focais (população urbana e população rural)¹³ das cinco grandes regiões brasileiras, demandando estudos qualitativos e quantitativos.

Segundo Perez-Escamilla e Segal-Correa (2008), dentre os métodos de mensuração existentes, o único método que representa uma medida direta da insegurança alimentar é aquele elaborado em escalas de insegurança alimentar baseadas na experiência. Uma característica da chamada escala psicométrica¹⁴, como a utilizada na EBIA, é medir o fenômeno diretamente a partir da experiência de insegurança alimentar percebida pelas pessoas afetadas respondentes da entrevista, captando não somente a dificuldade de acesso aos alimentos, mas também a

¹³ Contou a participação de pesquisadores da Universidade Estadual de Campinas, do Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição da Universidade de Brasília, da Universidade Federal da Paraíba, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e da Universidade Federal de Mato Grosso.

¹⁴ As escalas de medida direta de insegurança alimentar, aplicadas em diferentes países, apresentam aspectos comuns aos diferentes contextos socioculturais e representam os graus de severidade de insegurança alimentar que consideram aspectos como: “1) componente psicológico – ansiedade ou dúvida sobre a disponibilidade futura de alimentos na casa para suprir as necessidades dos moradores; 2) qualidade dos alimentos – comprometimento das preferências socialmente estabelecidas acerca dos alimentos e sua variedade no estoque doméstico; 3) redução quantitativa dos alimentos entre adultos; 4) redução quantitativa dos alimentos entre as crianças; 5) fome – quando alguém fica o dia inteiro sem comer por falta de dinheiro para comprar alimentos” (IBGE, 2020c, p. 22).

dimensão psicossocial da insegurança alimentar, tomando como base os domicílios como unidade de análise (IBGE, 2020c) .

Das dezoito questões presentes na escala dos Estados Unidos foram mantidas inicialmente quinze na adaptação para o Brasil. Outra diferença relevante na adaptação brasileira diz respeito ao período de referência, que adotou um período de 3 meses anterior à entrevista (na versão original da escala esse período corresponde a 12 meses).

A primeira utilização da EBIA ocorreu em 2003, em projeto financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para estimativas em municípios brasileiros. Após validação do instrumento de coleta com recursos do então Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) foi firmado um convênio com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para que um conjunto de informações sobre insegurança alimentar fosse incorporado à Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios (PNAD) de 2004 (BRASIL, 2005). Em 2004, a EBIA foi incorporada ao suplemento de segurança alimentar da PNAD, em 2006, foi também utilizada na Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS), do Ministério da Saúde.

A aplicação da EBIA pelas pesquisas conduzidas pelo IBGE permite identificar as situações de fome e de insegurança alimentar nos domicílios, embora não permita identificar essas situações em escalas municipais ou intramunicipais. Assim, a percepção da experiência do domicílio nos 90 dias que antecedem a entrevista aponta para um dos seguintes graus: segurança alimentar, insegurança alimentar leve, insegurança alimentar moderada e insegurança alimentar grave, conforme descrito no Quadro 4:

Quadro 4 - Descrição dos graus de segurança e insegurança alimentar segundo a EBIA.

Situação de segurança alimentar	Descrição
Segurança alimentar	A família/domicílio tem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.
Insegurança alimentar leve	Preocupação ou incerteza quanto acesso aos alimentos no futuro; qualidade inadequada dos alimentos resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos.
Insegurança alimentar moderada	Redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos.
Insegurança alimentar grave	Redução quantitativa de alimentos também entre as crianças, ou seja, ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre todos os moradores, incluindo as crianças. Nessa situação, a fome passa a ser uma experiência vivida no domicílio.

Fonte: IBGE, 2020c, p. 22.

Para a análise da EBIA, é utilizado um gradiente de pontuação final baseada no somatório das respostas (afirmativas). A pontuação das respostas se enquadra nos pontos de corte (Tabela 29), que equivalem aos graus de segurança alimentar descritos no Quadro 4.

Tabela 29: Pontos de corte para domicílios, com e sem menores de 18 anos de idade, segundo a situação de segurança alimentar

Situação de segurança alimentar	Pontos de corte para domicílios	
	Com menores de 18 anos	Sem menores de 18 anos
Segurança alimentar	0	0
Insegurança alimentar leve	1 – 5	1 - 3
Insegurança alimentar moderada	6 – 9	4 - 5
Insegurança alimentar grave	10 – 14	6 - 8

Fonte: IBGE, 2020c, p. 22.

As questões que compõem a EBIA podem ser consultadas no Quadro 5:

Quadro 5 - Perguntas da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)

Numeração	Pergunta
1	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?
2	Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?
3	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?
4	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?
5	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?
6	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez comeu menos do que achou que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?
7	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?
8	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?
9	Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida?
10	Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, comeu menos do que deveria porque não havia dinheiro para comprar comida?
11	Nos últimos três meses, alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro para comprar comida?
12	Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, deixou de fazer alguma refeição , porque não havia dinheiro para comprar comida?
13	Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?
14	Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida?

Segundo a EBIA, a situação de fome estaria presente somente quando o domicílio estiver classificado como insegurança alimentar grave, quando há redução quantitativa de alimentos, ou seja, uma ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre todos os moradores, incluindo as crianças. Embora o termo *fome* esteja presente nas questões 7 e 13 da EBIA (Quadro 5), a estrutura da escala constituem agrupamentos conceituais que permitem estimar as prevalências de segurança ou insegurança alimentar foram testadas e validadas na forma da escala apresentada, de forma que não é possível a utilização das questões de forma isolada.

O IBGE adverte que não é recomendável “a utilização de procedimentos

analíticos a partir de uma ou mais de suas perguntas, isoladamente, ou qualquer outra alternativa. Estas abordagens forneceriam resultados não consistentes e não comparáveis” (IBGE, 2020c, p. 27).

5.1. RESULTADOS DA EBIA NAS PESQUISAS DO IBGE

A EBIA foi aplicada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) nos anos de 2004, 2009 e 2013, e na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2017-2018, possibilitando identificar os domicílios segundo os graus de segurança ou insegurança alimentar, explorados a seguir.

Conforme apresentado na Tabela 30, os dados dos anos de 2004 e 2009 da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD/IBGE) demonstram que, nesse período, houve melhora da segurança alimentar em todas as grandes regiões. Observa-se a queda da insegurança alimentar grave ou moderada em todas as grandes regiões do Brasil. A insegurança alimentar leve se manteve estável na região Sudeste e diminuiu na região Sul, mas aumentou nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Já os domicílios na condição de segurança alimentar aumentaram em todas as grandes regiões. Quando considerado o total de domicílios em algum grau de insegurança alimentar, todas as grandes regiões apresentaram redução.

Em 2013, houve expressiva melhora nos indicadores em relação ao ano de 2009, com aumento do percentual de domicílios em segurança alimentar no país e em todas as grandes regiões, sendo que o percentual de domicílios em insegurança alimentar decaiu em todas as regiões.

Na edição de 2017-2018, observa-se a diminuição expressiva de domicílios em situação de segurança alimentar em todas as regiões brasileiras. Há uma piora em todos os graus de insegurança alimentar para todas as grandes regiões.

Tabela 30: Distribuição percentual de domicílios particulares permanentes por grau de segurança alimentar no domicílio segundo grandes regiões (PNAD 2004, 2009 e 2013 e POF 2017-2018). BRASIL, 2004-2018.

Região	Percentual de domicílios em situação de segurança alimentar e nutricional (%)	Percentual de domicílios em situação de insegurança alimentar e nutricional leve (%)	Percentual de domicílios em situação de insegurança alimentar e nutricional moderada (%)	Percentual de domicílios em situação de insegurança alimentar e nutricional grave (%)	Percentual de domicílios em situação de insegurança alimentar e nutricional (%)
2004					
BRASIL	65,1	18,0	9,9	6,9	34,9
Norte	53,4	21,3	13,5	11,8	46,6
Nordeste	46,4	22,8	17,5	13,2	53,5
Sudeste	72,9	16,2	6,8	4,0	27,0
Sul	76,5	14,0	5,8	3,7	23,4
Centro-Oeste	68,8	17,9	8,2	5,0	31,1
2009					
BRASIL	69,8	18,7	6,5	5,0	30,2
Norte	60,0	21,6	9,2	9,2	40,0
Nordeste	53,9	24,8	12,0	9,3	46,1
Sudeste	76,7	16,2	4,1	2,9	23,3
Sul	81,4	13,2	3,3	2,1	18,6
Centro-Oeste	69,8	20,4	5,8	4,0	30,2
2013					
BRASIL	77,4	14,8	4,6	3,2	22,6
Norte	63,9	21,6	7,7	6,7	36,1
Nordeste	61,9	23,6	8,9	5,6	38,1
Sudeste	85,5	10,2	2,4	1,9	14,5
Sul	85,1	10,5	2,5	1,9	14,9
Centro-Oeste	81,8	12,7	3,2	2,3	18,2
2017-2018					
BRASIL	63,3	24,0	8,1	4,6	36,7
Norte	43,0	31,8	15,0	10,2	57,0
Nordeste	49,7	29,8	13,4	7,1	50,3
Sudeste	68,8	22,5	5,8	2,9	31,2
Sul	79,3	15,3	3,2	2,2	20,7
Centro-Oeste	64,8	23,2	7,3	4,7	35,2

Fonte: PNAD 2004-2013 e POF 2017/2018.

Em 2017-2018, conforme a Tabela 30 dos 68,9 milhões de domicílios (equivalente à população total (207,1 milhões de habitantes, em 2018), 66,3% estavam em situação de segurança alimentar (equivalente a 122,2 milhões de pessoas), enquanto 36,7% dos domicílios estavam em algum grau de insegurança alimentar (equivalente a 84,9 milhões de pessoas). Destes em situação de insegurança alimentar, 24% dos domicílios (equivalente a 16,4 milhões de pessoas) estavam em insegurança alimentar leve; 8,1% (equivalente a 5,6 milhões de pessoas) em insegurança alimentar moderada; e 4,6% (3,1 milhões de pessoas) em

insegurança alimentar grave (IBGE, 2020c).

Tabela 31: Distribuição percentual dos domicílios por grau de segurança alimentar segundo a situação do domicílio. Brasil, 2004-2018.

Situação de segurança alimentar no domicílio	2004		2009		2013		2017-2018	
	urbana	rural	Urbana	rural	urbana	rural	urbana	rural
Segurança alimentar	66,7	56,2	70,7	64,8	79,5	64,7	64,9	53,6
Insegurança leve	17,6	20,2	18,5	19,5	13,7	21,4	23,5	27,2
Insegurança moderada	9,2	13,9	6,1	8,5	3,9	8,4	7,5	12,2
Insegurança grave	6,5	9,6	4,6	7,1	2,8	5,5	4,1	7,1

Fonte: PNAD 2004-2013 e POF 2017/2018.

Quando considerada a situação do domicílio (urbano ou rural) apresentada na Tabela 31, observa-se a mesma tendência da Tabela 30 para o período de 2004 a 2013, de crescimento da situação de segurança alimentar nas áreas urbanas e rurais, e de diminuição da proporção de domicílios em insegurança alimentar, com exceção da insegurança alimentar leve na área rural, que apresentou crescimento de 19,5%, em 2009, para 21,4%, em 2013.

Em 2018, essa tendência se inverte, com redução da segurança alimentar e aumento expressivo dos graus de insegurança alimentar, tanto nas áreas urbanas como nas rurais.

Ao analisar os dados de aquisição alimentar segundo a POF 2017-2018 segundo a situação do domicílio, a partir de produtos selecionados¹⁵, observa-se que a aquisição anual *per capita* de produtos *in natura* e pouco processados, tais como hortaliças, frutas, carnes bovinas, carnes suínas e leite é significativamente maior nos municípios em segurança alimentar que em relação aos domicílios em algum grau de insegurança alimentar. Há distribuição mais equilibrada para produtos como feijão, ovos, sal, açúcar, enquanto alguns produtos como arroz, fubá de milho e pescados possuem maiores aquisições nos domicílios com algum grau de insegurança alimentar (Tabela 32). Com relação aos ultraprocessados, a aquisição é maior nos domicílios com segurança alimentar e menor nos domicílios com insegurança alimentar, indicando uma tendência que alimentos *in natura* ou minimamente processados e ingredientes culinários processados vêm perdendo espaço para alimentos processados e, sobretudo, para alimentos ultraprocessados.

¹⁵ A seleção dos produtos segue a mesma terminologia e organização de grupos, subgrupos e produtos constantes no Quadro 2.

Tabela 32: Aquisição alimentar domiciliar *per capita* anual (Kg), por situação de segurança alimentar existente no domicílio, segundo os produtos selecionados. Brasil, 2017-2018.

Produtos	Aquisição alimentar domiciliar per capita anual (Kg)				
	Situação de segurança alimentar existente no domicílio				
	Total	Com segurança alimentar	Com insegurança alimentar		
Leve			Moderada	Grave	
Arroz	19,771	18,713	21,036	22,112	21,223
Feijão	5,915	5,659	5,941	7,074	6,721
Hortaliças	23,81	28,174	19,075	15,282	13,133
Frutas	26,445	33,097	18,967	13,609	11,297
Farinha de trigo	2,232	2,628	1,819	1,42	1,244
Farinha vitamínada	0,055	0,065	0,049	0,034	0,021
Amido de milho	0,074	0,089	0,053	0,057	0,037
Creme de arroz	0,135	0,117	0,173	0,183	0,065
Creme de milho	0,042	0,029	0,052	0,073	0,073
Fécula de mandioca	0,798	0,83	0,77	0,81	0,55
Flocos de aveia	0,068	0,092	0,033	0,034	0,032
Flocos de milho	0,767	0,754	0,808	0,784	0,664
Fubá de milho	1,287	1,056	1,439	2,09	1,759
Macarrão	3,122	3,087	3,123	3,461	2,921
Carnes bovinas	25,567	29,26	21,268	19,27	16,448
Carnes suínas	2,434	2,847	1,989	1,566	1,504
Pescados	2,606	2,209	2,67	3,739	4,996
Aves	12,447	12,434	12,111	13,783	12,018
Ovos	3,332	3,676	2,818	3,022	2,609
Leite	23,962	27,9	20,681	15,13	10,961
Açúcar	10,819	10,755	10,741	11,836	10,171
Sal	1,504	1,556	1,358	1,648	1,426
Óleos vegetais	5,333	5,552	5,13	5,071	4,313
Gorduras	1,313	1,369	1,287	1,192	1,02
Alimentos preparados e misturas industriais	3,998	5,08	2,822	1,8	1,513

Fonte: POF/IBGE, 2018.

6. I E II INQUÉRITO NACIONAL SOBRE INSEGURANÇA ALIMENTAR NO CONTEXTO DA COVID-19 NO BRASIL (REDE PENSSAN)

A Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional¹⁶ (Rede PENSSAN), durante o período da pandemia de Covid-19 realizou duas edições do “Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Covid-19 no Brasil” (2021 e 2022). O Inquérito contou com o apoio de

¹⁶ Criada em 2012, é formada por pesquisadores, estudantes e profissionais organizada na forma de uma rede de pesquisa e de intercâmbio independente e autônoma em relação a governos, partidos, organismos nacionais e internacionais e interesses privados. Em seu estatuto, prevê o objetivo de pesquisas voltadas à superação da fome e a promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional, além de contribuição ao debate de políticas públicas nesse campo.

outras instituições, como ActionAid Brasil, Fundação Friedrich Ebert Brasil, Instituto Ibirapitanga, Oxfam-Brasil, e do Instituto Vox Populi na coleta de dados.

O I Inquérito Vigisan (2021) contemplou uma amostra nacional com 2.180 domicílios (1.662 urbanos e 518 rurais), contemplando 187 municípios e 287 setores censitários nas 5 grandes regiões, em todos os 26 estados e no Distrito Federal, no período de período de 05 a 24 de dezembro de 2020; aplicação a versão curta da EBIA (INTERLENGHI *et al.*, 2019) com 8 questões relativas a eventos nos três meses anteriores à entrevista, e para as questões sobre emprego, foram considerados os últimos 12 meses. As entrevistas presenciais ocorreram no período de 5 a 24 de dezembro de 2020, para entrevistados com idade igual ou superior a 18 anos, independente de ser ou não o principal responsável pela família, tendo como critério de escolha a capacidade de fornecer informações sobre o perfil demográfico de todos os moradores do domicílio e as questões sobre alimentação e rendimentos da família.

O questionário é composto por questões sobre características do domicílio, informações dos moradores do domicílio, renda familiar e situação econômica do entrevistado ao longo da pandemia do Coronavírus, aplicação de questões da EBIA e conjunto de questões relacionadas às formas de alimentação e ao acesso aos programas sociais.

A utilização pelo VIGISAN das oito questões iniciais da EBIA (condições de acesso aos alimentos no domicílio e entre os residentes adultos), conforme Quadro 6, de forma que as frequências das condições de segurança e insegurança alimentar obtidas nas pesquisas conduzidas pelo IBGE entre 2004 e 2018 possam ser comparadas, uma vez que adota a mesma forma de mensurar a insegurança alimentar e utilizam amostrar probabilísticas e representativas das populações urbana e rural do país, com a mesma base de dados dos setores censitários do IBGE.

Quadro 6: Questões da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar aplicadas no Inquérito VIGISAN

1	Os(as) moradores(as) deste domicílio tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?
2	Os alimentos acabaram antes que tivessem dinheiro para comprar mais comida?
3	Os(as) moradores(as) deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?
4	Os(as) moradores(as) deste domicílio comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham , porque o dinheiro acabou?
5	Algum(a) morador(a) de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer alguma refeição , porque não havia dinheiro para comprar comida?
6	Algum morador(a) de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, comeu menos do que achou que devia , porque não havia dinheiro para comprar mais comida?
7	Algum(a) morador(a) de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, sentiu fome, mas não comeu , porque não havia dinheiro para comprar comida?
8	Algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?

Fonte: REDE PENSSAN, 2021, p. 24.

A classificação dos níveis de segurança e insegurança alimentar a partir da aplicação da EBIA de 8 itens (INTERLENGHI *et al.*, 2019), mencionados no Quadro 6, se deram a partir dos somatórios das respostas afirmativas e com os pontos de cortes conforme detalhados a seguir na Tabela 33:

Tabela 33: Classificação e pontos de corte da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar de oito itens. VIGISAN Inquérito SA/IA – Covid-19. Brasil, 2020

Classificação	Pontos de corte
Segurança alimentar	0
Insegurança alimentar leve	1 – 3
Insegurança alimentar moderada	4 – 5
Insegurança alimentar grave	6 – 8

Fonte: REDE PENSSAN, 2021, p. 27

Os resultados do I Inquérito (2021) apontaram que do total de 211,7 milhões de pessoas, 116,9 milhões se enquadravam em algum grau de insegurança alimentar. Destas, 43,4 milhões estavam em insegurança alimentar moderada ou grave (sendo 19,1 milhões em situação insegurança alimentar grave), como distribuição apresentada na Tabela 34:

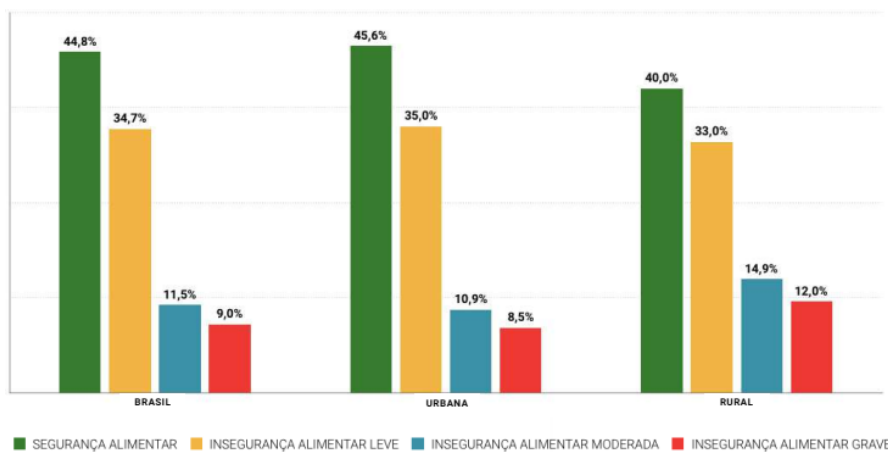
Tabela 34: Distribuição total de moradores, segundo nível de segurança/insegurança alimentar no país, grandes regiões e situação dos domicílios. VIGISAN Inquérito SA/IA Covid-19. Brasil, 2020.

	Total	Segurança alimentar	Insegurança alimentar leve	Insegurança alimentar moderada	Insegurança alimentar grave
BRASIL	211.752.656	94.910.100	73.423.348	24.284.652	19.134.556
Grandes regiões					
Norte	15.784.923	5.821.979	4.893.907	2.219.719	2.849.319
Nordeste	55.830.694	15.708.938	22.944.801	9.491.974	7.684.981
Centro-Oeste	16.512.384	7.716.552	5.715.511	1.934.023	1.146.298
Sudeste/Sul	123.624.655	65.662.631	39.869.129	10.638.937	7.453.958
Situação do domicílio					
Urbana	181.242.978	82.709.666	63.347.618	19.725.548	15.460.147
Rural	30.509.678	12.200.434	10.075.730	4.559.105	3.674.40

Fonte: REDE PENSSAN, 2021, p. 36.

No Brasil, 55,2% do total de domicílios estavam em situação de insegurança alimentar em 2020 (REDE PENSSAN, 2021). Considerando a situação do domicílio (área urbana ou rural), ressalta-se a maior proporção de domicílios em insegurança alimentar grave na área rural (12,0%) que em relação à área urbana (8,5%), como mostra a Figura 2:

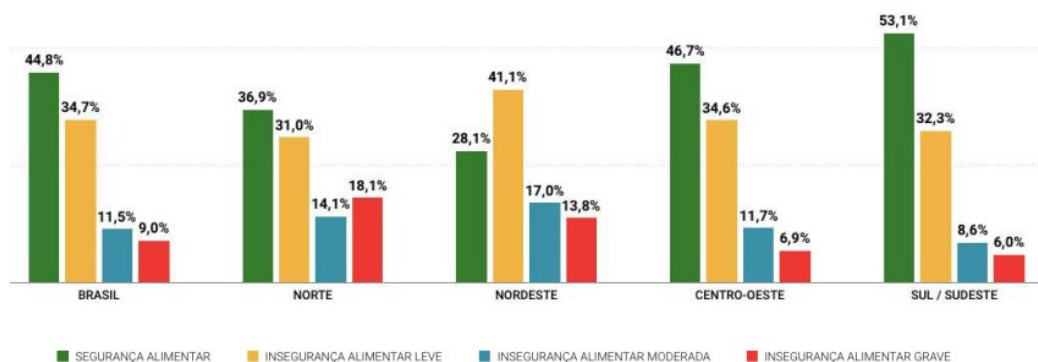
Figura 2: Distribuição proporcional dos domicílios por nível de segurança/insegurança alimentar no Brasil e situação da moradia. VIGISAN Inquérito SA/IA Covid-19. Brasil, 2020



Fonte: REDE PENSSAN, 2021, p.37

Em relação às desigualdades entre as grandes regiões (Figura 3), destacam-se as regiões Norte e Nordeste, com menores proporções de domicílios em segurança alimentar (36,9% e 28,1%, respectivamente) e maiores de insegurança alimentar moderada e grave. A região sul é a que apresenta a maior proporção de domicílios em segurança alimentar (53,1%) e menores de insegurança alimentar moderada e grave (equivalentes a 8,6% e 6,0%, respectivamente).

Figura 3: Distribuição proporcional dos domicílios por nível de segurança/insegurança alimentar no Brasil e grandes regiões. VIGISAN Inquérito SA/IA Covid-19. Brasil, 2020.

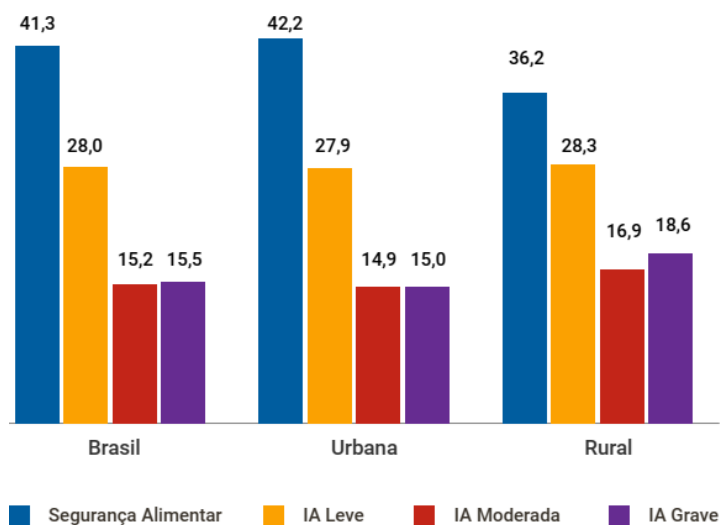


Fonte: REDE PENSSAN, 2021, p.38

O II VIGISAN (2022) ampliou a cobertura da amostra nacional, contemplando 12.745 domicílios (10.361 urbanos e 2.384 rurais), em 577 municípios e 1.738 setores censitários, no período novembro de 2021 a abril de 2022 e foram coletadas informações sobre 35.022 pessoas (média de 2,75 pessoa por domicílios na amostra).

Identificou-se que a situação de insegurança alimentar acometeu proporcionalmente mais moradores de áreas rurais que em relação aos de áreas urbanas. A prevalência mais elevada para insegurança alimentar grave foi encontrada na área rural (18,6%) que em relação à área urbana (15,0%), como apresentado na Figura 4.

Figura 4: Distribuição proporcional dos domicílios por nível de segurança/insegurança alimentar no Brasil e situação da moradia. VIGISAN Inquérito SA/IA Covid-19. Brasil, 2021/2022.



Fonte: REDE PENSSAN, 2022, p.36

No Brasil, 58,7% do total de domicílios encontravam-se em situação de insegurança alimentar, correspondente a 125,2 milhões de pessoas (REDE PENSSAN, 2022). Destas, 33,1 milhões estavam em situação de insegurança alimentar grave. A menor proporção de domicílios em segurança alimentar é encontrada na região Nordeste, equivalente a 32,0% do total, como apresentado na Tabela 35.

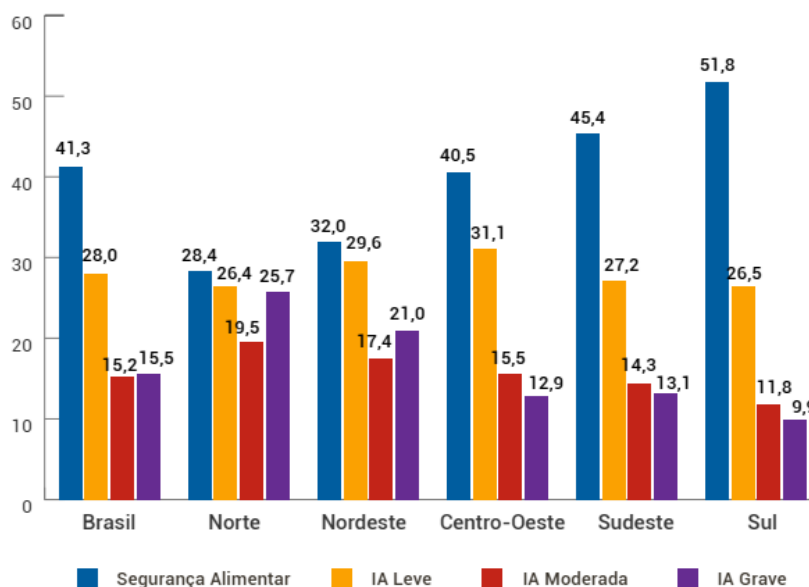
Tabela 35: Distribuição dos domicílios (%) e moradores(n), por condição de segurança alimentar/insegurança alimentar, Brasil e grandes regiões. II VIGISAN – SA/IA e Covid-19. Brasil, 2021-2022.

Brasil e grandes regiões	Domicílios (%)				Moradores (mil habitantes)			
	SA	IA leve	IA moderada	IA grave	SA	IA leve	IA moderada	IA grave
	2021-2022				2021-2022			
BRASIL	41,3	28,0	15,2	15,5	88.160	59.667	32.387	33.103
Norte	28,4	26,4	19,5	25,7	5.370	4.991	3.687	4.859
Nordeste	32,0	29,6	17,4	21,0	18.444	17.047	10.051	12.127
Centro-Oeste	40,5	31,1	15,5	12,9	6.766	5.196	2.590	2.155
Sul/Sudeste	48,1	26,9	13,2	11,7	57.737	32.290	15.845	14.044
Sudeste	45,4	27,2	14,3	13,1	40.693	24.380	12.818	11.742
Sul	51,8	26,5	11,8	9,9	15.749	8.057	3.588	3.010

Fonte: REDE PENSSAN, 2022, p.37

A desigualdade entre macrorregiões brasileiras é apresentada na Figura 5. Nas regiões Sul e Sudeste, destacam-se as prevalências de segurança alimentar acima da média nacional (41,3%), de 51,8% e 45,4%, respectivamente, enquanto nas regiões Norte e Nordeste são observadas a prevalência de insegurança alimentar moderada e grave acima da média nacional.

Figura 5: Distribuição percentual da segurança Alimentar e dos níveis de insegurança Alimentar segundo grandes regiões. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021-2022.



Fonte: REDE PENSSAN, 2022, p.37

A edição de 2022 apresentou ainda outros recortes de desigualdade, expresso pela composição familiar. Como mostrado na Tabela 36, aqueles domicílios com jovens, muitas vezes dependentes economicamente possuem maior vulnerabilidade à insegurança alimentar.

Tabela 36: Distribuição percentual da condição de Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar nos domicílios, segundo a presença de moradores em diferentes faixas de idade, Brasil. II VIGISAN-SA/IA e Covid-19. Brasil, 2021-2022

Composição das famílias	SA (%)	IA leve (%)	IA moderada (%)	IA grave (%)
Somente adultos	47,4	25,9	13,2	13,5
Com 1 morador até 18 anos	41,1	29,4	14,7	14,8
Com 2 moradores até 18 anos	31,3	29,3	19,2	20,2
Com 3 ou mais moradores até 18 anos	17,5	31,6	25,2	25,7

Fonte: REDE PENSSAN, 2022, p. 40.

O II VIGISAN disponibilizou, de forma complementar, um suplemento com dados para os estados e Distrito Federal (REDE PENSSAN, 2022a). Na Tabela 37 e Figura 6 são apresentados os dados da condição de segurança alimentar e níveis de insegurança alimentar segundo as Unidades Federativas e Distrito Federal. Quando analisadas as particularidades existentes nas macrorregiões, observa-se em alguns estados o percentual da população acima da média nacional é expressivo no Espírito Santo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Minas Gerais e

Rondônia, enquanto **que** a insegurança moderada acomete grande percentual na Paraíba, Ceará, Bahia, Acre e Amapá. A insegurança alimentar moderada é expressiva no Ceará, Pará, Maranhão, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. A insegurança alimentar abrange 15,5% da população, e acomete proporção maior em Alagoas, Piauí, Sergipe, Maranhão, Ceará, Roraima e Pernambuco.

Tabela 37: Distribuição percentual de domicílios e moradores (n), por condição de Segurança Alimentar e níveis de Insegurança Alimentar (IA leve, moderada e grave) e localização do domicílio, macrorregiões e Unidades da Federação. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021-2022.

(Continua)

	Segurança alimentar	Insegurança Alimentar				Segurança alimentar	Insegurança Alimentar			
		Total	Leve	Moderada	Grave		Total	Leve	Moderada	Grave
BRASIL	41,3	58,7	28	15,2	15,5	88.100	125.217	59.729	32.424	33.064
Norte	28,4	71,6	26,4	19,5	25,7	5.370	13.537	4.991	3.687	4.859
Rondônia	46,9	53,1	26,4	11,5	15,1	851	963	479	209	274
Acre	31	69	29	21,2	18,8	281	626	263	192	170
Amazonas	29,5	70,5	27,5	17	26	1.260	3.010	1.174	726	1.110
Roraima	37	63	22,2	13,6	27,2	242	411	145	89	178
Pará	21,8	78,2	25,8	22,4	30	1.913	6.863	2.264	1.966	2.633
Amapá	20,6	79,4	29	18,4	32	181	697	255	161	281
Tocantins	34,8	65,2	26,1	21,6	17,5	559	1.048	420	347	281
Nordeste	31,9	68,1	29,6	17,4	21	18.396	39.214	17.070	10.034	12.110
Maranhão	22,9	77,1	26	21,2	29,9	1.638	5.515	1.860	1.516	2.139
Piauí	20	80	25,8	20	34,3	658	2.635	849	658	1.128
Ceará	18,2	81,8	29,3	26,3	26,3	1.682	7.567	2.707	2.430	2.430
Rio Grande do Norte	51,2	48,8	23,4	14,5	10,9	1.823	1.737	833	516	388
Paraíba	36,1	63,9	42,3	11	10,6	1.466	2.594	1.717	447	430
Pernambuco	40,9	59,1	22,8	14,1	22,2	3.957	5.718	2.206	1.364	2.148
Alagoas	22,2	77,8	22,9	18,2	36,7	747	2.618	771	612	1.235
Sergipe	28,9	71,1	26,4	14,7	30	676	1.663	617	344	702
Bahia	37,4	62,6	36,2	15	11,4	5.604	9.381	5.425	2.248	1.708

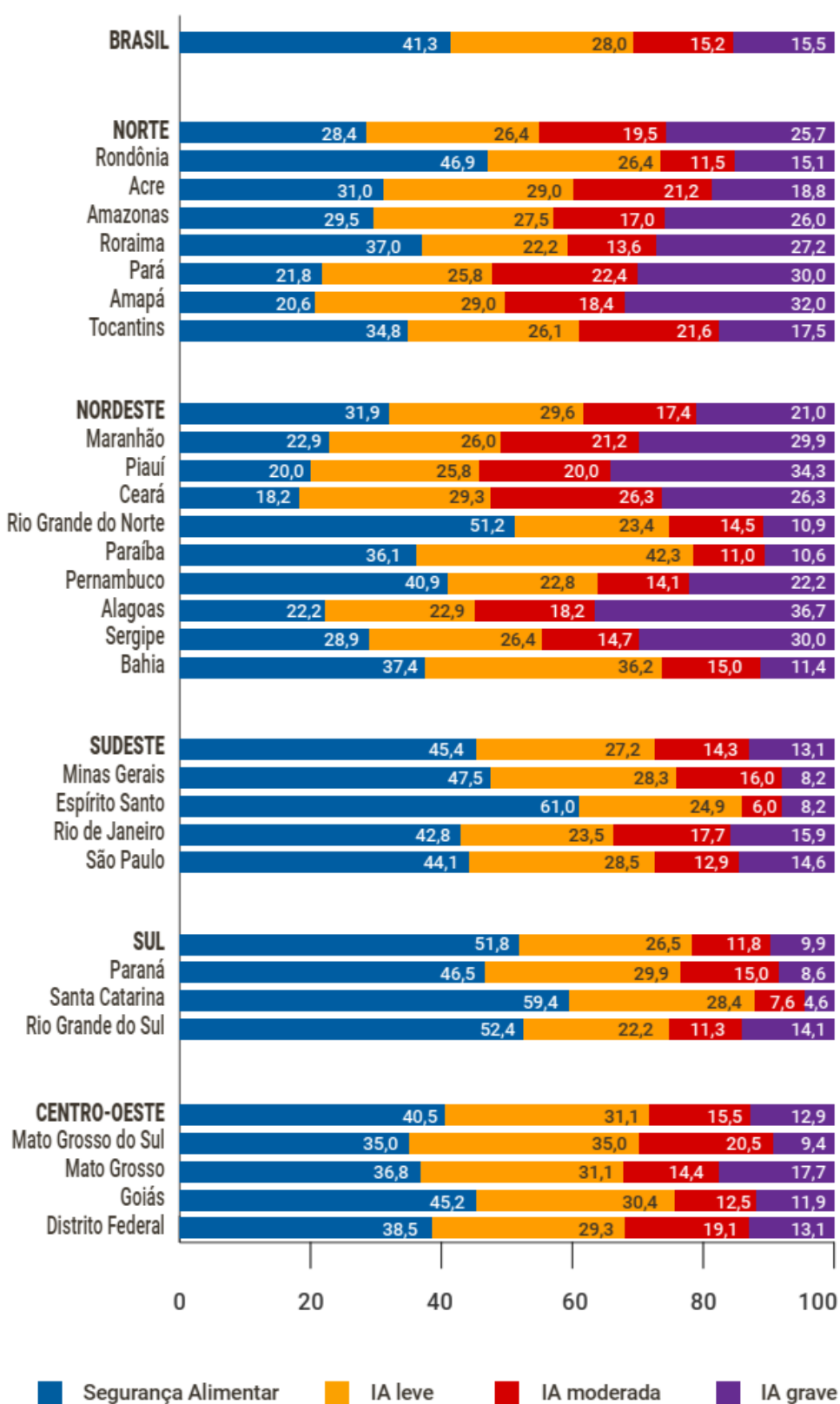
Tabela 37: Distribuição percentual de domicílios e moradores (n), por condição de Segurança Alimentar e níveis de Insegurança Alimentar (IA leve, moderada e grave) e localização do domicílio, macrorregiões e Unidades da Federação. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021-2022.

(Continuação)

	Segurança alimentar	Insegurança Alimentar				Segurança alimentar	Insegurança Alimentar			
		Total	Leve	Moderada	Grave		Total	Leve	Moderada	Grave
Sudeste	45,4	54,6	27,2	14,3	13,1	40.693	48.940	24.380	12.818	11.742
Minas Gerais	47,5	52,5	28,3	16	8,2	10.171	11.242	6.060	3.426	1.756
Espírito Santo	61	39	24,9	6	8,2	2.506	1.607	1.023	247	337
Rio de Janeiro	42,8	57,2	23,5	17,7	15,9	7.474	9.972	4.104	3.091	2.777
São Paulo	44,1	55,9	28,5	12,9	14,6	20.572	26.124	13.295	6.018	6.811
Sul	51,8	48,2	26,5	11,8	9,9	15.749	14.654	8.057	3.588	3.010
Paraná	46,5	53,5	29,9	15	8,6	5.393	6.205	3.468	1.740	997
Santa Catarina	59,4	40,6	28,4	7,6	4,6	4.359	2.987	2.091	558	338
Rio Grande do Sul	52,4	47,6	22,2	11,3	14,1	6.009	5.447	2.546	1.284	1.617
Centro-Oeste	40,5	59,5	31,1	15,5	12,9	6.766	9.941	5.196	2.590	2.155
Mato Grosso do Sul	35	65	35	20,5	9,4	994	1.843	994	582	267
Mato Grosso	36,8	63,2	31,1	14,4	17,7	1.313	2.254	1.109	514	631
Goiás	45,2	54,8	30,4	12,5	11,9	3.257	3.949	2.191	901	858
Distrito Federal	38,5	61,5	29,3	19,1	13,1	1.191	1.903	907	591	405

Fonte: REDE PENSSAN, 2022a, p. 36-37

Figura 6: Distribuição percentual da segurança alimentar e níveis de insegurança alimentar nas Unidades de Federação, segundo macrorregiões do Brasil. II VIGISAN-SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021-2022



Fonte: REDE PENSSAN, 2022a, p. 34

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A análise de aquisição de alimentos segundo classes de rendimentos da POF revela a condição de desigualdade no acesso aos produtos ou grupos de alimentos dentre os selecionados no presente documento técnico, especialmente aqueles relacionados aos grupos de alimentos *in natura* ou minimamente processados entre os domicílios pertencentes às classes extremas de rendimento mensal familiar (até 2 salários mínimos e mais de 15 salários-mínimos). Destes, merecem destaques na desigualdade de acesso a alguns grupos de alimentos, tais como frutas, hortaliças, proteínas de origem animal não processadas (carnes bovinas, carnes suínas, aves e pescados), sendo maior o seu consumo, em todas as grandes regiões, nos domicílios de maior rendimento (a condição de maior desigualdade na aquisição também se mostra de forma significativa nos ultraprocessados, dentre os itens contemplados nos produtos de alimentos processados e misturas industriais).

Outros alimentos *in natura* ou minimamente processados também apresentam grande desigualdade na distribuição da aquisição entre classes de rendimentos, como arroz, feijão, farinhas, féculas e amidos, mais presente nas aquisições dos domicílios de menor rendimento, enquanto nos domicílios de maior rendimento o consumo desses alimentos mencionados é significativamente menor.

Segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014), a alimentação diz respeito não somente à ingestão de nutrientes, mas também como os alimentos são preparados e combinados entre si, influenciando a saúde e o bem-estar. A diversidade no consumo de alimentos corresponde ainda a outros atributos com potencial de influenciar as doenças relacionadas à alimentação:

Igualmente importantes para a saúde são os alimentos específicos que fornecem os nutrientes, as inúmeras possíveis combinações entre eles e suas formas de preparo, as características do modo de comer e as dimensões sociais e culturais das práticas alimentares (BRASIL, 2014, p.15).

Os dados sobre a composição do total de despesas dos orçamentos domésticos das famílias demonstram que as famílias de menor rendimento, especialmente as com rendimentos até 2 salários e entre 2 e 3 salários, comprometem significativa fração com as despesas com alimentação, correspondendo a 14,2% e 22% das despesas de consumo, enquanto as famílias com mais de 25 salários mínimos despendem 7,6% de seu orçamento familiar (a média nacional é de 14,6%). Esta condição descrita implica, para as famílias de menor rendimento, não apenas em menor quantidade de alimentos adquiridos, mas

também em menor diversificação de itens na aquisição dos alimentos, especialmente os alimentos *in natura* ou minimamente processados. Além disso, assinala a maior vulnerabilidade dessas famílias de menor rendimento em momentos de elevação dos preços dos alimentos e perda da capacidade do poder de compra, sendo que outros principais gastos de despesas de consumo (habitação, transporte, educação, assistência à saúde, higiene e cuidados pessoais) nessas classes de menor rendimento e que compõem os orçamentos domésticos constituem em obstáculos à capacidade de escolha para aquisição de alimentos adequados e saudáveis.

A análise de pesquisas de aquisição alimentar e de aplicação de escalas de insegurança alimentar (como a EBIA), com abrangência nacional é complexa e as suas desagregações e recortes territoriais evidenciam as particularidades regionais e sociais. Particularmente sobre a POF, os seus resultados permitem identificar a distribuição de aquisição domiciliar e condição de segurança ou insegurança alimentar nos domicílios segundo a situação (urbana ou rural), comparações com edições das PNADs e resultados por grandes regiões. Ademais, evidencia a desigualdade domiciliar no acesso à aquisição de alimentos, os caminhos para investigação de hábitos alimentares segundo classes de rendimento e pode subsidiar e complementar outras dimensões da nutrição e de doenças relacionadas à alimentação contempladas em outros levantamentos e sistemas de informação, como os que oferecem dados antropométricos (dentre os quais, podem ser mencionados o Sistema Nacional de Vigilância Nutricional, do Ministério da Saúde, e a Pesquisa Nacional de Saúde, do IBGE).

Os indicadores abordados neste relatório assinalam a tendência de aumento, segundo as fontes mais recentes disponíveis, da parcela da população brasileira em insegurança alimentar, seja segundo o IBGE (escala da EBIA na POF de 2017-2018 em relação às edições da PNAD de 2004, 2009 e 2013), a FAO (*Pou* e FIES na SOFI de 2021 e 2022) e a REDE PENSSAN (VIGISAN de 2021 e 2022). Embora não sejam comparáveis, as escalas da EBIA e da FIES constituem indicadores do acesso aos alimentos em quantidade e qualidade necessárias para satisfazer as necessidades das famílias ou dos domicílios e, portanto, são imprescindíveis para o monitoramento e a avaliação da realização ao direito humano à alimentação adequada previsto no ordenamento brasileiro. Da mesma forma, devem ser considerados para as análises das implicações para a desnutrição decorrentes da parcela da população ou dos domicílios em situação de fome ou em algum grau de insegurança alimentar.

REFERÊNCIAS:

BATISTA FILHO, M.; RISSIN, A. A transição nutricional no Brasil: tendências regionais e temporais. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 19 (Sup. 1), 2003, p. 181-191. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-311X2003000700019>> . Acesso em 16 set. 2022.

BICKEL, G. *et al.* Guide to Measuring Household Food Security. Revised 2000. Alexandria: USDA, Office of Analysis, Nutrition, and Evaluation Food and Nutrition Service, 2000. Disponível em: <<https://naldc.nal.usda.gov/download/38369/PDF>> Acesso em 29 de out. 2022

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate* (Número 2). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Vigitel Brasil 2006-2021: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de morbidade referida e autoavaliação de saúde nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal entre 2006 e 2021: morbidade referida e autoavaliação de saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-svs/vigitel/vigitel-brasil-2006-2021-vigilancia-de-fatores-de-risco-e-protecao-para-doencas-cronicas-por-inquerito-telefonico.pdf>> Acesso em 28 set. 2022

BRASIL. Ministério da Saúde. *Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher: dimensões do processo reprodutivo e da saúde da criança*. Brasília: Ministério da Saúde/ Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 2009. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnds_crianca_mulher.pdf> Acesso em 02 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Guia alimentar para a população brasileira*. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Básica à Saúde, 2014.

CAFIERO, C. Advances in hunger measurement: traditional FAO methods and recent innovations. *Working Paper Series*, num. 14-04. Roma: FAO Statistics Division, Ago. 2014. Disponível em: <<https://www.fao.org/publications/card/ru/c/d5b438da-fb21-4279-8855-9c26189c6cd4/>> Acesso em 23 set. 2022.

Cafiero, C., G. *et al.* *Access to food in 2021: filling data gaps. Results of twenty national surveys using the Food Insecurity Experience Scale (FIES)*. Roma: FAO, 2022. Disponível em <<https://doi.org/10.4060/cc0721en>> Acesso em 10 nov. 2022.

FAO. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2019. Safeguarding against economic slowdowns and downturns*. Rome: FAO, 2019. Disponível em: <<https://www.fao.org/3/ca5162en/ca5162en.pdf>> Acesso em 03 de nov. de 2022

GEORGE, S. *O mercado da fome*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa de Orçamentos Familiares 1996-1996: análise da disponibilidade domiciliar de alimentar*. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa de Orçamentos Familiares 1987-1988: análise da disponibilidade domiciliar de alimentar*. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa de Orçamento Familiares 2008-2009: Aquisição alimentar domiciliar per capita: Brasil e Grandes Regiões*. IBGE, 2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa de Orçamento Familiares 2008-2009: Análise do consumo alimentar pessoal no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018*. Primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018*. Avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017- 2018*. Análise do consumo alimentar pessoal no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018*. Análise da segurança alimentar no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020c

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003*. Aquisição alimentar domiciliar *per capita*: Brasil e Grandes Regiões. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

INTERLENGHI, G. S. *et al.* Suitability of the eight-item version of the Brazilian Household Food Insecurity Measurement Scale to identify risk groups: evidence from a nationwide representative sample. *Public Health Nutrition*, Vol. 22, p. 776-784, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/S1368980018003592>> Acesso em 17 nov. 2022.

KEPPLE, A. *Análise reflexiva sobre o conjunto dos principais resultados dos estudos realizados pela SAGI a respeito dos programas de Segurança Alimentar e Nutricional PAA e Cisternas*. Brasília: SAGI/MDS, 2010.

PEREZ-ESCAMILLA, R.; SEGAL-CORREA, A. M. Food insecurity measurement and indicators. *Revista Nutrição*, Campinas, num. 21, jul./ago., 2008, p. 15-21. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rn/a/mfgJyKLC9HP7nXLRX5fH3Fh/?format=pdf&lang=en>>. Acesso em 14 out. 2022.

RADIMER, K. Measurement of household food security in the USA and other industrialised countries. *Public Health Nutrition*, num. 5 (6a), 2002, p. 859-864. Disponível em <<https://doi.org/10.1079/PHN2002385> > Acesso em 27 de out. 2022.

REDE PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. São Paulo: Rede PENSSAN, 2021.

REDE PENSSAN- Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil: São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022.

REDE PENSSAN- Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil. Suplemento I: Insegurança Alimentar nos estados. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022a.

SEGAL-CORREA, A. M. *et al.* (In)Segurança Alimentar no Brasil: validação de metodologia para acompanhamento e avaliação. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2003. Disponível em: <https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/validacao_brasil1.pdf> Acesso em 17 de ago. de 2022.

WEHLER, C. A. *et al.* The community childhood identification project: A model of domestic hunger-demonstration project in Seattle, Washington. *Journal of Nutrition Education*, vol. 24, n.1, 1992, p.29S-35S. Disponível em: <[https://doi.org/10.1016/S0022-3182\(12\)80135-X](https://doi.org/10.1016/S0022-3182(12)80135-X)> Acesso em 29 de out. 2022.